CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA(O) Nº 002/2026

REGIDO PELA LEI Nº 14.133/2021.

CONTRATANTE	**ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À SAÚDE, À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CAMOCIM**
OBJETO	Contratação de empresa para execução dos serviços de reforma e ampliação para a implantação de 10 leitos de UTI no Hospital Filantrópico polo Municipal de Camocim - Hospital Murilo Aguiar.
VALOR TOTAL ESTIMADO	R$ 5.942.027,26 (Cinco milhões, novecentos e quarenta e dois mil, vinte e sete reais e vinte e seis centavos)
DATA DA SESSÃO PÚBLICA	29/10/2026 às 08:00
DATA DA ETAPA DE LANCES	29/10/2026 às 09:00
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor Preço Global
REGIME DE EXECUÇÃO	Empreitada por Preço Global
MODO DE DISPUTA	ABERTO
LOCAL	https://www.licitamaisbrasil.com.br
FUNDAMENTAÇÃO	Lei nº 14.133/2021
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS	NÃO
EXCLUSIVO PARA PRÉ-QUALIFICADOS	SIM

- Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF.
- Dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento e operacionalização na Plataforma Licita Mais Brasil, poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone 08005916173, WhatsApp (11)4040-8714 ou e-mail contato@licitamaisbrasil.com.br, de segunda a sexta-feira das 08 às 17 horas.

PARTE A

- Objeto
- Participação na Licitação
- Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação
- Preenchimento da Proposta
- Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação de Lances

- Fase de Julgamento
- Fase de Habilitação
- Recursos
- Infrações Administrativas e Sanções
- Impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento
- Disposições Gerais

PARTE B.

- ANEXO I – Projeto Básico.
- Apêndice I do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- Apêndice II do Anexo I - Projeto Executivo
- ANEXO II - Declarações
- ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato

EDITAL

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À SAÚDE, À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CAMOCIM DO MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA(O) Nº 002/2026

(Processo Administrativo nº 002/2026)

O município de Camocim – CE, inscrito no CNPJ sobre nº 07.095.292/0001-32, por meio da Associação de Proteção à Saúde, à Maternidade e à Infância de Camocim, responsável pelas licitações, Rua 24 de Maio, 698 – Centro – Cep: 62.400-000 – Camocim-CE, realizará licitação, na modalidade Concorrência, na forma Eletrônica(o), com participação exclusiva para pré-qualificados, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto 1229001/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa para execução dos serviços de reforma e ampliação para a implantação de 10 leitos de UTI no Hospital Filantrópico polo Municipal de Camocim - Hospital Murilo Aguiar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será tipo Menor Preço Global, executada pelo regime Empreitada por Preço Global, conforme Projeto Básico e as tabelas constantes no Projeto Executivo.

1.3. O valor estimado pela para a contratação do objeto deste certame é de R$ 5.942.027,26 (Cinco milhões, novecentos e quarenta e dois mil, vinte e sete reais e vinte e seis centavos).

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. **Poderão participar deste Concorrência os interessados que estiverem previamente Pré-Qualificados por meio do procedimento de Pré-Qualificação N.º 001/2026, pela Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Mais Brasil, disponível no link https://www.licitamaisbrasil.com.br.**

2.1.1. **O licitante que não haja sido pré-qualificado, conforme item acima, tente participar, terá sua desclassificação de forma imediata**

2.1.2. Os licitantes Pré-Qualificados deverão se antecipar aos prazos do processo, visto que a Plataforma pede um prazo de 24 horas úteis para a análise e aprovação dos cadastros.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização

ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

- Será admitida a participação de consórcio nesta licitação, desde que seja comprovado: o comprovante de compromisso público ou particular de constituição do consórcio; Identificação da empresa líder do consórcio; Instrumento de constituição do consórcio, caso o percentual de participação do consorciado não conste do atestado ou da certidão.

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.1.1. Na presente licitação, a fase de habilitação serão dos pré-qualificados, tendo em vista que se trata de uma licitação exclusiva para participantes Pré-Qualificados, através do procedimentos de **Pré-Qualificação nº 001/2026.**

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

3.3.2. Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.3.3. Declaro para fins do disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei nº9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprego menor de 18

(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7° da Constituição Federal;

3.3.4. Declaro que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa n° 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP;

3.3.5. Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1° e no inciso III do art. 5° da Constituição Federal;

3.3.6. Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei n°8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

3.3.7. Declaro que as propostas econômicas apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1° ao 3° do art. 4°, da Lei n.° 14.133, de 2021.

3.4.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n° 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n° 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. O licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema; e

3.11. O valor final mínimo na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário;

4.1.2. Marca (se solicitada);

4.1.3. Anexar o arquivo da Proposta Inicial detalhada em PDF conforme exigências do Anexo I - Projeto Básico, bem como Apêndice II do Anexo I - Projeto Executivo, além de outros documentos exigidos nesse Edital (se for o caso).

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,01 (Hum centavo de real).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de ABERTO.

5.11. Para o envio de lances na Concorrência Eletrônica(o) o modo de disputa "**ABERTO**", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será

suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. Empresas brasileiras;

5.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação

verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.2 e 3.4 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Executivo;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.8. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.10. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.11. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. **Os documentos de Habilitação são os mesmos exigidos na Pré-Qualificação Nº 001/2026, conforme Termo de Referência.**

7.2. Os documentos previstos no **Projeto Básico**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de

2021. O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

(A) Documentação relativa a habilitação jurídica;
(B) Documentação relativa a habilitação econômico-financeira;
(C) Documentação relativa a habilitação fiscal;
(D) Documentação relativa a habilitação social e trabalhista;
(E) Documentação relativa a qualificação técnica.

7.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de

inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.11. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail: contato@hdma.com.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.12. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.13. A habilitação será verificada por meio dos arquivos anexados na Plataforma Licita Mais Brasil. O licitante poderá se antecipar e já anexar seus documentos durante o cadastro da proposta inicial.

7.13.1. Durante a fase de habilitação somente o licitante primeiro colocado deverá encaminhar seus arquivos para análise, no prazo de duas horas. Para isso o licitante deverá selecionar os documentos anexados e encaminhar para a análise do Agente de Contratação;

7.13.2. O licitante deve se atentar as regras de funcionamento da Plataforma Licita Mais Brasil, e caso surjam dúvidas ele poderá entrar em contato com o time de suporte.

7.13.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na Plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.15. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.licitamaisbrasil.com.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta

em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4° da IN SEGES/ME n.° 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a Administração Pública Municipal.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n° 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, diretamente através de campo específico da Plataforma Licita Mais Brasil, https://www.licitamaisbrasil.com.br.

10.4. Os licitantes interessados em solicitar esclarecimentos ou impugnar o processo deverão realizar um Cadastro Simples na Plataforma, que é totalmente gratuito.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. GARANTIA

11.1. A obra terá garantia de 05 (cinco) anos contados a partir do recebimento definitivo dos serviços e obras, por sua qualidade e segurança nos termos do artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

Da garantia de execução do contrato

11.2. adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/21, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% do valor inicial do contrato.

11.3. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia. No caso de caução em dinheiro, o valor deverá ser depositado na conta: Banco do Brasil, agência 39-6, conta corrente nº 15304-4,

b) Seguro-garantia;

c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

11.4. Caso a contratada optar pela modalidade prevista na alínea "b" do item anterior, terá o prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato para a prestação da garantia.

11.5. Inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observando o máximo de 2% (dois por cento).

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

11.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. Em ambos os casos o prezo para liberação ou restituição será de até 90 (noventa) dias.

Da garantia de proposta

11.8. **NO DOCUMENTOS DE PROPOSTA INICIAL DEVERÁ APRESENTAR EM ANEXO A PROPOSTA, GARANTIA DA PROPOSTA DE PREÇOS NO MONTANTE DE 1% (UM POR CENTO) DO ORÇADO PELA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À SAÚDE, À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CAMOCIM, REFERENTE AO OBJETO EM QUESTÃO**, e será devolvida ao(s) licitante(s) no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

11.8.1. Valores das garantias das propostas que deverão ser apresentados, obedecendo ao subitem anterior, pelo licitante vencedor do melhor lance proposto após a fase de lances.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos https://www.licitamaisbrasil.com.br e .

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I - Projeto Básico

12.11.1.1. Apêndice I do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

12.11.2. Apêndice II do Anexo I - Projeto Executivo

12.11.3. ANEXO II - Declarações

12.11.4. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Camocim/CE, 09 de outubro de 2026.

Maria de Jesus Marques
Associação de Proteção à Saúde, à Maternidade e à Infância de Camocim

ANEXO I -PROJETO BÁSICO

PROJETO BÁSICO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA(O) Nº 002/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para execução dos serviços de Reforma e ampliação para a implantação de 10 leitos de uti no Hospital Filantrópico Polo Municipal de Camocim - Hospital Murilo Aguiar.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT
01	Execução dos serviços de Reforma e ampliação para a implantação de 10 leitos de uti no Hospital Filantrópico Polo Municipal de Camocim - Hospital Murilo Aguiar	SERVIÇO	1,00

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado na forma do Art. 107 da Lei 14.133/21.

1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de reforma e ampliação do Hospital Filantrópico Polo Municipal de Camocim – Hospital Murilo Aguiar, visando à implantação de 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). A intervenção busca ampliar a capacidade de atendimento hospitalar, fortalecer a assistência aos pacientes em estado grave e proporcionar melhores condições de infraestrutura, segurança e qualidade dos serviços de saúde ofertados à população, contribuindo para a melhoria da rede pública de saúde do Município de Camocim/CE.

2.2. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. No que se refere à fundamentação legal e à escolha da modalidade licitatória, esta contratação baseia-se no Art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que

estabelece a Concorrência como a modalidade adequada para contratação de obras e serviços de engenharia. Considerando o vulto e a complexidade técnica da obra, optou-se pela modalidade Concorrência na forma Eletrônica, conforme previsto nos §§ 1° e 2° do referido artigo, com o objetivo de ampliar a competitividade, assegurar maior transparência, economicidade e isonomia entre os licitantes, em consonância com os princípios da nova Lei de Licitações e Contratos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para execução dos serviços de reforma e ampliação do Hospital Murilo Aguiar, visando à implantação de 10 leitos de UTI, conforme projetos, especificações técnicas e normas aplicáveis. A execução deverá contemplar o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais recursos necessários, garantindo qualidade, segurança, funcionalidade e durabilidade da estrutura. Durante o ciclo de vida do objeto, deverão ser observadas as condições adequadas de uso, conservação e manutenção das instalações, assegurando sua eficiência e contribuindo para a continuidade dos serviços de saúde prestados à população.

3.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Garantir, que antes, durante e após as construções, sejam feitas ações que reduzam os impactos ambientais;

4.1.2. Todos os materiais e equipamentos utilizados na execução do serviço sejam caracterizados por componentes sustentáveis, em conformidade com as normativas aplicáveis

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual. A vedação à subcontratação justifica-se pela necessidade de assegurar que a execução integral do objeto seja realizada pela empresa contratada, garantindo a qualidade técnica dos serviços, a compatibilidade com os projetos e especificações, o cumprimento dos prazos e a adequada responsabilização pela execução contratual. Considerando a complexidade e a relevância do objeto, busca-se assegurar maior

controle e fiscalização, reduzindo riscos de falhas na execução e garantindo o alcance dos resultados pretendidos.

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 14 horas.

4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.11. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. Todos os serviços referentes ao objeto, deverão ser executados seguindo procedimentos e normas específicas para cada procedimento, descritos no memorial descritivo anexo à este termo de referência;

5.1.3. A execução das etapas do objeto deve seguir o estabelecido no cronograma físico financeiro anexo a este Projeto Básico.

5.2. Os serviços serão prestados na rua Dr. João Thome, bairro Centro do município de Camocim, CE.

5.3. Os serviços serão prestados em horário estabelecido junto a empresa contratada.

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução do objeto, nas quantidades estimadas e qualidades citadas nas especificações técnicas do projeto executivo, anexo a este Termo de Referência.

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. A licitante deve ter pleno conhecimento do local, nos termos citados anteriormente no item 4.7 deste Termo de Referência;

5.5.2. Os preços dos serviços presentes na proposta devem conter todos os gastos inerentes ao serviço executado.

5.6. Para obras de engenharia, o Art. 618 do Código Civil estabelece um prazo de garantia de 5 anos pela solidez e segurança da obra.

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período de execução do objeto

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua

competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de

obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, sempre observando a unidade de medida executada para cada um dos itens inerentes à execução do objeto.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. Unidade de medida do serviço executado;

7.2.2. Quantidade executada do serviço;

7.2.3. Qualidade do serviço executado.

7.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.3.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.3.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, VII do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, VII, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.4.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.4.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até

que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.4.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.4.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.6.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.6.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.14. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.15. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

7.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice nacional da construção civil (INCC).

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo Menor preço global.

8.2. **Somente poderão participar da presente licitação as empresas previamente pré-qualificadas no processo de pré-qualificação técnica conduzido pela Associação de Proteção à Saúde, à Maternidade e à Infância de Camocim sob nº 001/2026, específico para OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE HOSPITALAR, DESTINADO A EXECUÇÃO DAS OBRAS NECESSÁRIAS À IMPLANTAÇÃO DE 10 LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM HOSPITAL MURILO AGUIAR.**

8.3. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

8.3.1. Para cada trecho a execução dos serviço será agrupado em um grupo/lote conforme justificativa detalhada no Estudo Técnico Preliminar.

8.4. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.4.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

8.5. A habilitação será restrita à verificação da manutenção das condições da pré-qualificação, sem prejuízo da comprovação da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e demais condições que devam permanecer válidas até a contratação.

8.6. Documentação:

8.6.1. As empresas participantes devem estar regularmente habilitadas conforme os documentos e critérios previamente exigidos no Processo de Pré-qualificação nº 001/2026.

8.7. Critérios de Seleção:

8.7.1. Será considerada vencedora a empresa que apresentar a proposta com o menor preço, atendendo integralmente ao objeto especificado no edital.

8.8. Disposições Gerais:

8.8.1. A regularidade da condição de pré-qualificação das empresas participantes será verificada pelo órgão licitante antes da formalização da contratação, não sendo permitida a participação de empresas fora do rol de pré-qualificadas conforme o Processo nº 001/2026.

8.9. Das empresas Pré-qualificadas, aptas a participar deste certame:

8.9.1. As informações e resultados da Pré-Qualificação nº 001/2026 estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) Portal de licitações do Mantenedora do Hospital Deputado Murilo Aguiar: https://hdma.com.br/licitacoes/639 ;

b) Portal Eletrônico Licita Mais: https://licitamaisbrasil.com.br/

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O O valor estimado para a contratação, conforme projeto executivo foi de **R$ 5.942.027,26** (cinco milhões, novecentos e quarenta e dois mil e vinte e sete reais e vinte e seis centavos).

APÊNDICE I DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA(O) Nº 002/2026

INTRODUÇÃO

A lei 14.133 em seu Art. 18 °, inciso I, descreve a necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar (ETP) que caracterize o interesse público envolvido. O ETP é definido, de acordo com o Inciso XX do Art. 6° da lei supracitada como um documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O presente documento visa à elaboração de estudos preliminares para a Contratação de empresa para execução dos serviços de **REFORMA E AMPLIAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DE 10 LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - HOSPITAL MURILO AGUIAR**.

A infraestrutura hospitalar constitui elemento essencial para a garantia de serviços de saúde adequados à população, especialmente no que se refere à disponibilidade de ambientes, instalações e equipamentos necessários à prestação segura e eficiente da assistência. A manutenção e ampliação da estrutura física dos estabelecimentos de saúde são fundamentais para assegurar condições adequadas de atendimento, proporcionar maior segurança aos pacientes e profissionais e ampliar a capacidade de oferta dos serviços hospitalares.

Nesse contexto, a presente contratação tem por finalidade atender à necessidade de adequação, reforma e ampliação da estrutura hospitalar, possibilitando a implantação de novos leitos e o fortalecimento da capacidade de atendimento do Município. A intervenção contribuirá para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde, a ampliação da capacidade de atendimento da unidade, a redução da necessidade de encaminhamento de pacientes para outros municípios e a oferta de um ambiente hospitalar mais seguro, adequado e compatível com as demandas da população.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por finalidade a execução dos serviços de reforma e ampliação para implantação de 10 (dez) leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI no Hospital Filantrópico Polo Municipal de Camocim – Hospital Murilo Aguiar, visando adequar e ampliar a estrutura física da unidade hospitalar para possibilitar a oferta de atendimento intensivo à população.

A intervenção é necessária para proporcionar ambientes adequados, seguros e compatíveis com os requisitos técnicos e sanitários aplicáveis ao funcionamento de uma UTI, contemplando as adequações e ampliações necessárias à implantação dos novos leitos e à melhoria da capacidade assistencial do hospital.

A implantação dos 10 leitos contribuirá para o fortalecimento da rede de atenção à saúde do Município, ampliando a capacidade de atendimento de pacientes em estado grave, reduzindo a necessidade de transferência para outros municípios e proporcionando maior agilidade e segurança na assistência hospitalar. Dessa forma, a contratação mostra-se essencial para atender ao interesse público e às necessidades de saúde da população de Camocim e região.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, se dará por meio de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor preço por valor global, e o contrato que vier a ser firmado terá o prazo de execução de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da ordem de serviços, conforme cronograma físico-financeiro.

A contratação deverá ser realizada com empresa previamente pré-qualificada, em conformidade com as condições e critérios estabelecidos no procedimento de pré-qualificação, devendo a empresa contratada manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas.

A empresa deverá possuir capacidade técnica e operacional compatível com a execução dos serviços de reforma e ampliação para implantação de 10 leitos de UTI, dispondo de profissionais legalmente habilitados, equipamentos, materiais e estrutura necessários à adequada execução da obra, observando os projetos, memoriais, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e demais documentos que integram a contratação.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas da ABNT, legislação aplicável, normas de segurança do trabalho, requisitos sanitários e demais regulamentações pertinentes a estabelecimentos assistenciais de saúde, especialmente aquelas aplicáveis aos ambientes destinados à Unidade de Terapia Intensiva.

A contratada deverá apresentar e manter as respectivas ARTs/RRTs dos profissionais responsáveis, bem como cumprir o cronograma físico-financeiro estabelecido,

garantindo a qualidade, segurança, funcionalidade e durabilidade dos serviços executados.

Deverá, ainda, realizar a adequada gestão dos resíduos da construção civil, adotar medidas de segurança para trabalhadores, pacientes e usuários do hospital e minimizar os impactos decorrentes da execução da obra, especialmente por se tratar de intervenção em unidade hospitalar em funcionamento.

Por fim, considerando que o procedimento foi precedido de pré-qualificação, somente poderão participar da contratação as empresas que tenham sido regularmente pré-qualificadas e que atendam às demais condições estabelecidas no edital e nos documentos da contratação, assegurando-se a execução por empresa com capacidade técnica previamente reconhecida pela Administração.

3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

No desenvolvimento deste Estudo, a estimativa das quantidades necessárias para a execução dos serviços de REFORMA E AMPLIAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DE 10 LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - HOSPITAL MURILO AGUIAR, foi rigorosamente fundamentada em dados técnicos e memórias de cálculo detalhadas, que acompanham em anexo esse documento.
Os quantitativos foram determinados com base no projeto executivo, cujas informações foram meticulosamente analisadas para assegurar a precisão nas estimativas. Essa análise foi complementada por um levantamento de mercado, utilizando os sistemas SEINFRA, SINAPI e composições próprias. O BDI utilizado foi de 28,72% de serviço e de 14,09% de aquisição de materiais. Tal metodologia permitiu a elaboração de um orçamento detalhado e fundamentado, que não somente atende às necessidades específicas da obra, mas também se alinha às melhores práticas de gestão de projetos públicos, promovendo a transparência e a responsabilidade na utilização dos recursos públicos.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para subsidiar a definição da estratégia para a presente contratação, foi realizado levantamento de mercado considerando empresas especializadas na execução de obras e serviços de engenharia compatíveis com reformas e ampliações de estabelecimentos assistenciais de saúde, especialmente empreendimentos que envolvam instalações e sistemas necessários ao funcionamento de Unidade de Terapia Intensiva – UTI.

A análise considerou as características e a complexidade da intervenção, que contempla a reforma e ampliação do Hospital Filantrópico Polo Municipal de

Camocim – Hospital Murilo Aguiar, incluindo a implantação de 10 leitos de UTI e a execução integrada de serviços de engenharia, instalações elétricas, hidrossanitárias, gases medicinais, climatização, prevenção e combate a incêndio, entre outros sistemas previstos nos projetos e documentos técnicos da contratação.

Considerando a complexidade técnica e operacional do empreendimento, foi realizada pré-qualificação de empresas, como etapa preparatória, destinada à verificação prévia da capacidade técnica e operacional dos interessados, mediante critérios objetivos e compatíveis com as características e os serviços de maior relevância da futura contratação.

A pré-qualificação possibilitou a análise antecipada da experiência e da qualificação das empresas interessadas, proporcionando maior segurança quanto à aptidão dos potenciais executores para a realização dos serviços, sem prejuízo da posterior realização do procedimento licitatório destinado à seleção da empresa que efetivamente executará a obra.

Além da identificação de empresas com capacidade para execução de obras e serviços de engenharia compatíveis com o objeto, foram consideradas as alternativas possíveis para atendimento da necessidade, especialmente a execução integrada da reforma e ampliação por uma única contratada e a eventual divisão dos serviços em contratações distintas. A análise técnica indica que a execução integrada apresenta maior adequação ao objeto, em razão da interdependência entre os serviços de engenharia civil, instalações elétricas, hidrossanitárias, gases medicinais, climatização, prevenção e combate a incêndio e demais sistemas necessários ao funcionamento da UTI. A divisão da execução entre diferentes contratadas poderia aumentar os riscos de incompatibilidade entre projetos e serviços, dificultar a coordenação das etapas, ampliar a possibilidade de atrasos e gerar dúvidas quanto à responsabilidade por eventuais falhas de integração. Dessa forma, a solução integrada mostra-se mais adequada à obtenção do resultado pretendido, sem prejuízo da observância da competitividade e da busca pela proposta mais vantajosa.

Dessa forma, considerando os resultados da pré-qualificação realizada, bem como a natureza, a complexidade e as especificidades da intervenção hospitalar, entende-se que a estratégia adotada se mostra tecnicamente adequada para subsidiar a presente contratação, assegurando que a futura execução seja realizada por empresa que demonstre capacidade compatível com as exigências do empreendimento.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado está compatível com os quantitativos levantados dos projetos de arquitetura e engenharia e os custos da tabela SEINFRA, SINAPI e composições próprias levando em consideração a necessidade para execução do serviço, sendo estipulado a quantidade de material necessário e a mão de obra utilizada.
O valor estimado para a contratação, conforme projeto executivo foi de **R$ 5.942.027,26 (cinco milhões, novecentos e quarenta e dois mil, vinte e sete reais e vinte e seis centavos)**.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação de empresa especializada para a execução integral dos serviços de reforma e ampliação destinados à implantação de 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI no Hospital Filantrópico Polo Municipal de Camocim – Hospital Murilo Aguiar, compreendendo todos os serviços, materiais, equipamentos, mão de obra e demais recursos necessários à completa execução do empreendimento, conforme projetos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e demais documentos que compõem a contratação.

A execução deverá contemplar, de forma integrada, os serviços de engenharia civil e as instalações complementares necessárias ao adequado funcionamento da UTI, incluindo instalações elétricas, hidrossanitárias, gases medicinais, climatização, prevenção e combate a incêndio, infraestrutura e demais sistemas previstos nos projetos, observando as normas técnicas e regulamentações aplicáveis aos estabelecimentos assistenciais de saúde.

A solução considera todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde a mobilização, preparação e execução dos serviços até a conclusão, realização dos testes e verificações necessários, correção de eventuais inconformidades, entrega da obra e disponibilização das instalações em condições adequadas para utilização. Deverão ser observados, durante a execução, requisitos de qualidade, segurança, acessibilidade, eficiência e durabilidade dos materiais e sistemas empregados.

A contratação será realizada com empresa que tenha demonstrado capacidade técnica e operacional compatível com a complexidade do empreendimento, considerando a pré-qualificação previamente realizada, de modo a proporcionar maior segurança quanto à execução dos serviços e ao cumprimento das especificações estabelecidas.

Ao final, a solução deverá resultar na entrega da área reformada e ampliada, devidamente concluída e apta à implantação e funcionamento dos 10 leitos de UTI,

proporcionando infraestrutura adequada ao atendimento hospitalar de maior complexidade e contribuindo para a ampliação e melhoria da assistência à saúde no Município de Camocim/CE.

7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Não se recomenda o parcelamento do objeto, considerando que a contratação envolve a execução integrada de reforma e ampliação para implantação de 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI, composta por serviços de engenharia civil e instalações complementares interdependentes, tais como instalações elétricas, hidrossanitárias, gases medicinais, climatização, prevenção e combate a incêndio, entre outros sistemas necessários ao adequado funcionamento da unidade.

O parcelamento em diferentes contratos poderia gerar dificuldades de coordenação, incompatibilidades entre os serviços, sobreposição de responsabilidades, atrasos na execução e aumento dos riscos relacionados à qualidade e ao funcionamento integrado das instalações. A execução por uma única empresa permite maior controle sobre o cronograma, a compatibilização dos serviços e a responsabilidade pela entrega integral do objeto.

Além disso, considerando que a pré-qualificação já foi realizada para empresas com capacidade técnica compatível com a complexidade do empreendimento, a contratação de forma integrada mostra-se mais adequada e eficiente para a Administração, favorecendo a padronização, a coordenação da execução e a responsabilização da contratada pelo resultado final.

Dessa forma, o não parcelamento mostra-se técnica e economicamente justificável, por proporcionar maior eficiência na execução, reduzir riscos de incompatibilidade e assegurar que a reforma e ampliação sejam concluídas de forma integrada e apta à implantação dos 10 leitos de UTI.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação, pretende-se viabilizar a conclusão da reforma e ampliação do Hospital Filantrópico Polo Municipal de Camocim – Hospital Murilo Aguiar, com a implantação de 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI, proporcionando infraestrutura física adequada, segura e compatível com os requisitos técnicos aplicáveis aos estabelecimentos assistenciais de saúde.

Busca-se ampliar a capacidade de atendimento hospitalar de média e alta complexidade do Município, proporcionando melhores condições para o atendimento de pacientes que necessitem de cuidados intensivos, reduzindo a

necessidade de transferência para outros municípios e contribuindo para maior resolutividade da assistência à saúde.

Pretende-se, ainda, assegurar a execução integral dos serviços previstos nos projetos e especificações técnicas, com qualidade, segurança, funcionalidade, durabilidade e adequado desempenho das instalações e sistemas necessários ao funcionamento da UTI.

Como resultado final, espera-se a entrega de uma estrutura hospitalar concluída, equipada com as instalações e sistemas necessários à operação dos 10 leitos de UTI, permitindo sua posterior utilização pelo Município e contribuindo para a melhoria da qualidade e da oferta dos serviços públicos de saúde à população de Camocim e região.

9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Antes da celebração do contrato para a Contratação de empresa para execução dos serviços de **REFORMA E AMPLIAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DE 10 LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - HOSPITAL MURILO AGUIAR**, a administração deverá adotar uma série de providências para assegurar a correta execução contratual. Estas medidas incluem a definição e capacitação de servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato. Além de um acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

A presente contratação não existe contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à execução da obra, embora possam existir contratações posteriores necessárias à efetiva operacionalização da UTI, uma vez que os serviços necessários à reforma e ampliação para implantação dos 10 leitos de UTI estão contemplados no objeto, conforme projetos, especificações técnicas e planilha orçamentária.

Após a conclusão da obra, poderão ser realizadas contratações específicas para aquisição e instalação de equipamentos, mobiliários, materiais médico-hospitalares e demais itens necessários à operacionalização da Unidade de Terapia Intensiva, os quais não integram o objeto desta contratação e deverão ser objeto de procedimentos próprios, conforme a necessidade e o planejamento da Administração.

11. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando a necessidade de realização da reforma e ampliação do Hospital Filantrópico Polo Municipal de Camocim – Hospital Murilo Aguiar, para implantação de 10 (dez) leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI, a existência de mercado fornecedor compatível, as características técnicas da intervenção e a pré-qualificação previamente realizada, conclui-se pela viabilidade da presente contratação.

A solução mostra-se adequada para atender à necessidade da Administração, tendo em vista a complexidade da intervenção e a necessidade de execução integrada dos serviços de engenharia e instalações específicas previstas nos projetos e documentos técnicos da contratação. A pré-qualificação realizada contribuiu para a verificação prévia da capacidade técnica e operacional das empresas interessadas, proporcionando maior segurança para a realização do procedimento licitatório.

Dessa forma, considerando os aspectos técnicos, operacionais e de mercado analisados, bem como a disponibilidade de empresas aptas à execução dos serviços, entende-se que a contratação é tecnicamente e operacionalmente viável, devendo ser realizada mediante procedimento licitatório próprio, observados os requisitos estabelecidos no edital, nos projetos, no orçamento e demais documentos que integram a contratação.

12. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES CONTIDAS NOS PRESENTES ESTUDOS PRELIMINARES

A equipe responsável pelo planejamento da contratação é composta pelos seguintes integrantes:

PRESIDENTE	Maria de Jesus Marques	ATA ASSEMBLEIA GERAL DE NOMEAÇÃO 2024/2026 de 02 de Agosto de 2024 - Delegada poderes para Presidente da Associação de Proteção à Saúde, à Maternidade e à Infância de Camocim
INTEGRANTE TÉCNICO	Francisco Dogival do Nascimento	PORTARIA Nº 004/2026 - de 30 de julho de 2026 – Nomeia equipe de estudo técnico preliminar para os atos das licitações e contratações, no âmbito da aplicação da Lei Federal nº

		14.133/2021, com atribuição específicas sobre os convênios nº 09/2026 e nº 12/2026 firmados com o Estado do Ceará.
	Andréia França Sousa Silva	PORTARIA Nº 004/2026 - de 30 de julho de 2026 – Nomeia equipe de estudo técnico preliminar para os atos das licitações e contratações, no âmbito da aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, com atribuição específicas sobre os convênios nº 09/2026 e nº 12/2026 firmados com o Estado do Ceará.
	Lucas Lopes Ribeiro	PORTARIA Nº 004/2026 - de 30 de julho de 2026 – Nomeia equipe de estudo técnico preliminar para os atos das licitações e contratações, no âmbito da aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, com atribuição específicas sobre os convênios nº 09/2026 e nº 12/2026 firmados com o Estado do Ceará.

Nesse sentido, a equipe de planejamento reitera o compromisso de disponibilizar todas as informações pertinentes do presente estudo preliminar, de forma transparente e acessível a qualquer interessado que deseje conhecer os detalhes e fundamentos envolvidos na contratação em questão, seguindo os mesmos em anexo.

Ressalta-se que a disponibilidade das informações contribui para a eficiência e a lisura do processo de contratação, permitindo a devida fiscalização, análise crítica e participação ativa de todos os interessados, promovendo, assim, a transparência e a observância dos princípios da administração pública.

Portanto, a equipe de planejamento reafirma seu compromisso em disponibilizar as informações contidas neste estudo preliminar de Contratação de empresa para execução dos serviços de **REFORMA E AMPLIAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DE 10 LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - HOSPITAL MURILO AGUIAR**, assegurando o acesso amplo, transparente e democrático a todos os interessados, em conformidade com a legislação vigente e os princípios da transparência e do acesso à informação.

RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO

DO DOCUMENTO

A equipe de planejamento certifica que é responsável pela elaboração deste estudo, o qual busca atender aos requisitos estabelecidos pela legislação vigente, especialmente o disposto no artigo 18, § 1°, inciso XIII da Lei 14.133, que regulamenta as contratações públicas.

O documento em questão foi desenvolvido com base nas melhores práticas e conhecimentos técnicos da equipe de planejamento, considerando as necessidades e objetivos específicos da contratação em questão. Além disso, foram levadas em conta as diretrizes legais e regulamentares aplicáveis, bem como os princípios de eficiência, economicidade e interesse público.

Ressalta-se que a equipe de planejamento buscou garantir a conformidade do estudo técnico preliminar com as normas e diretrizes estabelecidas, a fim de embasar a contratação de forma adequada e transparente.

É importante salientar que o presente documento é fruto de análises e estudos realizados pela equipe de planejamento, que se compromete com a qualidade e veracidade das informações nele contidas. Contudo, é necessário ressaltar que a análise final e a aprovação deste estudo técnico preliminar são de responsabilidade da autoridade competente, que deve avaliar a conformidade e tomar a decisão final quanto a Contratação de empresa para execução dos serviços de REFORMA E AMPLIAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DE 10 LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - HOSPITAL MURILO AGUIAR.

ANEXOS

RISCOS	
OBJETO	Contratação de empresa para execução dos serviços de REFORMA E AMPLIAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DE 10 LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - HOSPITAL MURILO AGUIAR
FASE DA ANÁLISE	**Planejamento da contratação e Seleção do Prestador de Serviços.** Análise completa do objeto da Contratação de empresa para execução dos serviços de REFORMA E AMPLIAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DE 10 LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - HOSPITAL MURILO AGUIAR Planejamento detalhado do processo de contratação, incluindo a definição dos requisitos, estimativas de quantidades e definição da estratégia de seleção do prestador de serviços. As estratégias propostas visam assegurar que o processo de contratação seja conduzido de maneira eficiente, minimizando os riscos associados à não realização da contratação e garantindo que os benefícios esperados sejam alcançados.

Risco	Probabilidade	Impacto	Ação de Mitigação	Ação de Contingência
Atraso na execução dos serviços	Média		rar cronograma financeiro nado e realizar panhamento uo da execução	Notificação da contratada, aplicação das medidas contratuais cabíveis e reprogramação do cronograma
Execução dos	Média		Fiscalização	Determinação

Risco	Probabilidade	Impacto	Ação de Mitigação	Ação de Contingência
serviços em desacordo com os projetos e especificações técnicas			contínua e conferência dos serviços executados conforme projetos e normas técnicas	de correção ou refazimento dos serviços sem ônus para a Administração
Indisponibilidade ou atraso no fornecimento de materiais e equipamentos	Média	Médio	Planejamento prévio das aquisições e acompanhamento do fornecimento pela contratada	Substituição por materiais tecnicamente equivalentes, quando permitido, e adoção das medidas contratuais cabíveis
Aumento dos custos de materiais e insumos durante a execução	Média	Médio	Manutenção de orçamento detalhado e acompanhamento dos preços de mercado	Aplicação das regras contratuais e legais relativas ao reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabível
Falhas na execução das instalações específicas da UTI, como gases medicinais, elétrica, climatização e combate a incêndio	Baixa	Alto	Exigir profissionais habilitados, ART/RRT e fiscalização especializada dos serviços	Correção imediata dos serviços e realização de testes e verificações antes da entrega
Acidentes de trabalho ou falhas relacionadas à segurança da obra	Baixa	Alto	Exigir cumprimento das normas de segurança e saúde do trabalho e fiscalização das condições do canteiro	Paralisação do serviço afetado, correção das condições inseguras e adoção das medidas legais e contratuais

Risco	Probabilidade	Impacto	Ação de Mitigação	Ação de Contingência
Interferências ou incompatibilidades entre projetos durante a execução	Média	Médio	Análise prévia dos projetos e compatibilização entre as disciplinas antes e durante a execução	Solicitação de solução técnica, elaboração de ajustes necessários e formalização das alterações cabíveis
Baixa qualidade dos materiais ou serviços empregados	Baixa	Alto	Exigir materiais conforme especificações e realizar inspeções e controles de qualidade	Rejeição dos materiais ou serviços inadequados e determinação de substituição ou refazimento
Paralisação ou abandono da obra pela contratada	Baixa	Alto	Avaliação da capacidade da empresa, fiscalização contínua e acompanhamento do cronograma	Aplicação das sanções cabíveis, rescisão/extinção contratual e adoção das medidas necessárias para continuidade da obra
ções ou imprevistos te a execução que rometam o prazo custo	Média	Médio	Planejamento detalhado e acompanhamento técnico permanente da execução	Formalização das alterações necessárias, observando os limites e requisitos previstos na legislação e no contrato
pção ou rência nas ades hospitalares ntes	Média	Alto	Planejamento da execução por etapas e definição de medidas de isolamento e segurança das áreas de intervenção	Readequação do cronograma e adoção imediata de medidas para garantir a segurança de pacientes, profissionais e usuários

Risco	Probabilidade	Impacto	Ação de Mitigação	Ação de Contingência
)btenção das ções necessárias uncionamento da ós a conclusão	Baixa	Alto	Realização de testes, inspeções e verificações dos sistemas antes do recebimento definitivo	Correção das inconformidades e realização de novos testes antes da liberação para utilização

APÊNDICE II DO ANEXO I - PROJETO EXECUTIVO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA(O) Nº 002/2026

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25 jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 0,00% 28,72%
BDI MAT.: 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
1.0			SERVIÇOS PRELIMINARES						R$ 15.193,32	R$ 19.553,26
1.1	SEINFRA	C1937	PLACAS PADRÃO DE OBRA	M2	6,00	6,00	R$ 183,41	R$ 236,08	R$ 1.100,46	R$ 1.416,48
1.2	SEINFRA	C1630	LOCAÇÃO DA OBRA - EXECUÇÃO DE GABARITO	M2	1.018,97	1.018,97	R$ 7,15	R$ 9,20	R$ 7.285,63	R$ 9.374,52
1.3	SEINFRA	C0370	BARRACÃO PARA ESCRITÓRIO TIPO A1	UN	1,00	1,00	R$ 6.807,23	R$ 8.762,26	R$ 6.807,23	R$ 8.762,26
2.0			DEMOLIÇÕES E RETIRADAS						R$ 38.424,65	R$ 49.450,66
2.1	SEINFRA	C2210	RETIRADA DE PORTAS E JANELAS, INCLUSIVE BATENTES	M2	48,88	48,88	R$ 16,70	R$ 21,49	R$ 816,29	R$ 1.050,43
2.2	SEINFRA	C2206	RETIRADA DE ESQUADRIAS METÁLICAS	M2	5,28	5,28	R$ 10,44	R$ 13,43	R$ 55,12	R$ 70,91
2.3	SINAPI	97666	REMOÇÃO DE METAIS SANITÁRIOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	22,00	22,00	R$ 9,44	R$ 12,15	R$ 207,68	R$ 267,30
2.4	SINAPI	97663	REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	23,00	23,00	R$ 12,96	R$ 16,68	R$ 298,08	R$ 383,64
2.5	SEINFRA	C1065	DEMOLIÇÃO DE PISO CERÂMICO SOBRE LASTRO DE CONCRETO	M2	434,00	434,00	R$ 29,23	R$ 37,62	R$ 12.685,82	R$ 16.327,08
2.6	SEINFRA	C1071	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO C/AZULEJOS	M2	223,56	223,56	R$ 52,19	R$ 67,17	R$ 11.667,59	R$ 15.016,52
2.7	SEINFRA	C1045	DEMOLIÇÃO DE COBERTURA C/TELHAS CERÂMICAS	M2	494,76	494,76	R$ 12,53	R$ 16,12	R$ 6.199,34	R$ 7.975,53
2.8	SEINFRA	C1043	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TIJOLOS S/ REAPROVEITAMENTO	M3	103,70	103,70	R$ 62,63	R$ 80,61	R$ 6.494,73	R$ 8.359,25
3.0			MOVIMENTAÇÃO DE TERRA						R$ 36.112,48	R$ 46.481,01
3.1	SINAPI	96523	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	M3	234,43	234,43	R$ 95,79	R$ 123,30	R$ 22.456,04	R$ 28.905,21
3.2	SINAPI	97083	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2021	M2	211,80	211,80	R$ 3,40	R$ 4,37	R$ 720,12	R$ 925,56
3.3	SINAPI	96619	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	M2	211,80	211,80	R$ 41,07	R$ 52,86	R$ 8.698,62	R$ 11.195,74
3.4	SINAPI	93382	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	M3	156,20	156,20	R$ 27,13	R$ 34,92	R$ 4.237,70	R$ 5.454,50
4.0			ESTRUTURA (INFRA / SUPRAESTRUTURA)						R$ 439.060,57	R$ 565.091,91
4.1			***INFRA ESTRUTURA***						***R$ 155.117,44***	***R$ 199.643,73***
4.1.1	SEINFRA	C0843	CONCRETO P/VIBR., FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	M3	108,61	108,61	R$ 533,00	R$ 686,07	R$ 57.889,13	R$ 74.514,06
4.1.2	SEINFRA	C0216	ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm	KG	3.748,70	3.748,70	R$ 11,96	R$ 15,39	R$ 44.834,45	R$ 57.692,49

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25 jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 0,00% 28,72%
BDI MAT.: 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
4.1.3	SEINFRA	C0215	ARMADURA CA-50A GROSSA D= 12,5 A 25,0mm	KG	1.398,60	1.398,60	R$ 12,99	R$ 16,72	R$ 18.167,81	R$ 23.384,59
4.1.4	SEINFRA	C0217	ARMADURA CA-60 FINA D=3,40 A 6,40mm	KG	873,50	873,50	R$ 12,09	R$ 15,56	R$ 10.560,61	R$ 13.591,66
4.1.5	SEINFRA	C1399	FORMA PLANA CHAPA COMPENSADA PLASTIFICADA, ESP.= 12mm UTIL. 5X	M2	191,53	191,53	R$ 123,56	R$ 159,04	R$ 23.665,44	R$ 30.460,93
4.2			***SUPRA ESTRUTURA***						***R$ 283.943,13***	***R$ 365.448,18***
4.2.1	SEINFRA	C0843	CONCRETO P/VIBR., FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	M3	157,39	157,39	R$ 533,00	R$ 686,07	R$ 83.888,87	R$ 107.980,55
4.2.2	SEINFRA	C0216	ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm	KG	5.567,60	5.567,60	R$ 11,96	R$ 15,39	R$ 66.588,49	R$ 85.685,36
4.2.3	SEINFRA	C0215	ARMADURA CA-50A GROSSA D= 12,5 A 25,0mm	KG	3.310,40	3.310,40	R$ 12,99	R$ 16,72	R$ 43.002,09	R$ 55.349,88
4.2.4	SEINFRA	C0217	ARMADURA CA-60 FINA D=3,40 A 6,40mm	KG	4.792,00	4.792,00	R$ 12,09	R$ 15,56	R$ 57.935,28	R$ 74.563,52
4.2.5	SEINFRA	C1399	FORMA PLANA CHAPA COMPENSADA PLASTIFICADA, ESP.= 12mm UTIL. 5X	M2	263,26	263,26	R$ 123,56	R$ 159,04	R$ 32.528,40	R$ 41.868,87
5.0			**PAREDES E PAINÉIS**						R$ 162.615,30	R$ 209.299,94
5.1	SEINFRA	C0073	ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO FURADO (9x19x19)cm C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP.=10cm (1:2:8)	M2	2.134,27	2.134,27	R$ 62,98	R$ 81,06	R$ 134.416,32	R$ 173.003,92
5.2	SEINFRA	C0773	CHAPIM PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO	M2	38,45	38,45	R$ 136,66	R$ 175,90	R$ 5.254,57	R$ 6.763,35
5.3	SINAPI	105036	VERGA PRÉ-FABRICADA COM ATÉ 1,5 M DE VÃO, ESPESSURA DE "15" CM. AF_03/2024	M	183,80	183,80	R$ 47,64	R$ 61,32	R$ 8.756,23	R$ 11.270,61
5.4	SINAPI	105023	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE "15" CM. AF_03/2024	M	51,80	51,80	R$ 66,01	R$ 84,96	R$ 3.419,31	R$ 4.400,92
5.5	SINAPI	93187	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE "20" CM. AF_03/2024	M	51,80	51,80	R$ 77,76	R$ 100,09	R$ 4.027,96	R$ 5.184,66
5.6	SINAPI	88650	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60CM. AF_02/2023	M	516,15	516,15	R$ 13,06	R$ 16,81	R$ 6.740,91	R$ 8.676,48
6.0			**COBERTURA**						R$ 264.557,46	R$ 340.521,71
6.1	SEINFRA	C4511	ESTRUTURA DE MADEIRA P/ TELHAS ONDULADAS DE FIBROCIMENTO, ALUMÍNIO OU PLÁSTICAS, APOIADA SOBRE PAREDES E/OU LAJES DE FORRO	M2	1.045,73	1.045,73	R$ 73,23	R$ 94,26	R$ 76.578,80	R$ 98.570,50
6.2	SEINFRA	C1337	ESTRUTURA DE MADEIRA P/ TELHA CERÂMICA OU CONCRETO VÃO 7 A 10m (TESOURAS / TERÇAS / CONTRAVENTAMENTOS / FERRAGENS)	M2	134,22	134,22	R$ 152,36	R$ 196,11	R$ 20.449,75	R$ 26.321,88
6.3	SEINFRA	C4827	TELHA DE ALUMÍNIO ONDULADA, ESP.=0,7MM	M2	1.045,73	1.045,73	R$ 76,44	R$ 98,39	R$ 79.935,60	R$ 102.889,37

Kilvane Moraes Bomfim

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25 jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 0,00% 28,72%
BDI MAT.: 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
6.4	SEINFRA	C4462	TELHA CERÂMICA	M2	134,22	134,22	R$ 70,31	R$ 90,50	R$ 9.437,00	R$ 12.146,91
6.5	SEINFRA	C1004	CUMEEIRA TIPO ONDULINE EM ESTRUTURA METÁLICA	M	50,37	50,37	R$ 71,05	R$ 91,45	R$ 3.578,78	R$ 4.606,33
6.6	SEINFRA	C4463	CUMEEIRA TELHA CERÂMICA, EMBOÇADA	M	19,48	19,48	R$ 30,10	R$ 38,74	R$ 586,34	R$ 754,65
6.7	SEINFRA	C4285	FORRO DE GESSO ACARTONADO ARAMADO - FORNECIMENTO E MONTAGEM	M2	1.239,80	1.239,80	R$ 54,69	R$ 70,39	R$ 67.804,66	R$ 87.269,52
6.8	SINAPI	100327	RUFO EXTERNO/INTERNO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 26, CORTE DE 33 CM, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M	77,70	77,70	R$ 57,76	R$ 74,34	R$ 4.487,95	R$ 5.776,21
6.9	SEINFRA	C3652	RUFO/ALGEIROZ EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO L=30CM	M	13,40	13,40	R$ 126,76	R$ 163,16	R$ 1.698,58	R$ 2.186,34
7.0			IMPERMEABILIZAÇÃO						R$ 10.411,17	R$ 13.397,51
7.1	SINAPI	98557	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023	M2	155,23	155,23	R$ 40,91	R$ 52,65	R$ 6.350,45	R$ 8.172,85
7.2	SINAPI	98558	TRATAMENTO DE RALO OU PONTO EMERGENTE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA REFORÇADO COM TELA DE POLIÉSTER (MAV). AF_09/2023	UN	88,98	88,98	R$ 9,97	R$ 12,83	R$ 887,13	R$ 1.141,61
7.3	SINAPI	98559	TRATAMENTO DE RODAPÉ COM TELA DE POLIÉSTER. AF_09/2023	M	635,99	635,99	R$ 4,99	R$ 6,42	R$ 3.173,59	R$ 4.083,05
8.0			ESQUADRIAS (PORTAS / JANELAS / GRADES / COMBOGÓS)					R$ -	R$ 282.136,93	R$ 362.146,17
8.1			***PORTAS***					R$ -	***R$ 250.144,49***	***R$ 321.983,22***
8.1.1	SINAPI	90791	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA PESADA OU SUPERPESADA, 80X210CM, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	24,00	24,00	R$ 1.176,87	R$ 1.514,86	R$ 28.244,88	R$ 36.356,64
8.1.2	SINAPI	90793	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA PESADA OU SUPERPESADA, 90X210CM, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	16,00	16,00	R$ 1.237,70	R$ 1.593,16	R$ 19.803,20	R$ 25.490,56
8.1.3	SEINFRA	C1994	PORTA TIPO PARANÁ (S/ACESSÓRIOS)	M2	146,28	146,28	R$ 150,28	R$ 193,44	R$ 21.982,95	R$ 28.296,40
8.1.4	SEINFRA	C1144	DOBRADIÇA CROMADA 3" X 2 1/2"	UN	269,00	269,00	R$ 28,59	R$ 36,80	R$ 7.690,71	R$ 9.899,20
8.1.5	SEINFRA	C1361	FECHADURA COMPLETA PARA PORTA INTERNA	UN	91,00	91,00	R$ 145,21	R$ 186,91	R$ 13.214,11	R$ 17.008,81
8.1.6	SEINFRA	C2216	REVESTIMENTO C/LAMINADO MELAMÍNICO COLADO	M2	292,56	292,56	R$ 76,06	R$ 97,90	R$ 22.252,11	R$ 28.641,62

Keluiane Moraes Bonna

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25 jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 0,00% 28,72%
BDI MAT.: 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
8.1.7	SINAPI	91338	PORTA DE ALUMÍNIO DE ABRIR COM LAMBRI, COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M2	166,02	166,02	R$ 824,94	R$ 1.061,86	R$ 136.956,53	R$ 176.289,99
8.2			***JANELA***						***R$ 19.375,47***	***R$ 24.939,90***
8.2.1	SEINFRA	C4515	JANELA EM ALUMÍNIO ANODIZADO NATURAL/FOSCO, DE CORRER, COM BANDEIROLA E/OU PEITORIL, SEM VIDRO - FORNECIMENTO E MONTAGEM	M2	26,72	26,72	R$ 366,28	R$ 471,47	R$ 9.787,00	R$ 12.597,67
8.2.2	SEINFRA	C2675	VIDRO COMUM FUMÊ EM CAIXILHOS C/MASSA E= 6mm, COLOCADO	M2	26,72	26,72	R$ 358,85	R$ 461,91	R$ 9.588,47	R$ 12.342,23
8.3			***GRADES***						***R$ 12.616,97***	***R$ 15.223,05***
8.3.1	SEINFRA	C1426	GRADE DE FERRO DE PROTEÇÃO	M2	23,63	23,63	R$ 239,77	R$ 308,63	R$ 5.665,76	R$ 7.292,92
8.3.2	SEINFRA	I0534	CHAPA DE AÇO FINA 3/16" (4,75MM - 38,00KG/M2)	KG	898,09	898,09	R$ 7,74	R$ 8,83	R$ 6.951,21	R$ 7.930,13
9.0			**INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS E COMB. A INCÊNDIO**						R$ 165.507,56	R$ 213.020,80
9.1			***INSTALAÇÕES SANITÁRIAS E ÁGUAS PLUVIAIS***						***R$ 66.696,41***	***R$ 85.844,11***
9.1.1	SINAPI	89707	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	45,00	45,00	R$ 54,39	R$ 70,01	R$ 2.447,55	R$ 3.150,45
9.1.2	SINAPI	89708	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 150 X 185 X 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	2,00	2,00	R$ 120,05	R$ 154,52	R$ 240,10	R$ 309,04
9.1.3	SEINFRA	C0607	CAIXA EM ALVENARIA (60X60X60cm) DE 1 TIJOLO COMUM, LASTRO DE CONCRETO E TAMPA DE CONCRETO	UN	23,00	23,00	R$ 726,93	R$ 935,70	R$ 16.719,39	R$ 21.521,10
9.1.4	SINAPI	98104	CAIXA DE GORDURA SIMPLES (CAPACIDADE: 36L), RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS = 0,2X0,4 M, ALTURA INTERNA = 0,8 M. AF_12/2020	UN	7,00	7,00	R$ 369,33	R$ 475,40	R$ 2.585,31	R$ 3.327,80
9.1.5	SINAPI	86877	VÁLVULA EM METAL CROMADO 1.1/2" X 1.1/2" PARA TANQUE OU LAVATÓRIO, COM OU SEM LADRÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	47,00	47,00	R$ 80,06	R$ 103,05	R$ 3.762,82	R$ 4.843,35
9.1.6	SINAPI	89724	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	74,00	74,00	R$ 10,13	R$ 13,03	R$ 749,62	R$ 964,22
9.1.7	SINAPI	89731	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	101,00	101,00	R$ 16,07	R$ 20,68	R$ 1.623,07	R$ 2.088,68

Kelvione Marques Bonfim

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR **DATA:** jan/25 jan/25
LOCAL: CENTRO **FONTE:** SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
CIDADE: CAMOCIM/CE. **BDI SER.:** 0,00% 28,72% **BDI MAT.:** 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
9.1.8	SINAPI	89737	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	12,00	12,00	R$ 24,27	R$ 31,24	R$ 291,24	R$ 374,88
9.1.9	SINAPI	89744	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	34,00	34,00	R$ 29,48	R$ 37,94	R$ 1.002,32	R$ 1.289,96
9.1.10	SINAPI	89726	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	17,00	17,00	R$ 10,36	R$ 13,33	R$ 176,12	R$ 226,61
9.1.11	SINAPI	89732	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	31,00	31,00	R$ 16,80	R$ 21,62	R$ 520,80	R$ 670,22
9.1.12	SINAPI	89739	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	8,00	8,00	R$ 25,25	R$ 32,50	R$ 202,00	R$ 260,00
9.1.13	SINAPI	89746	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	9,00	9,00	R$ 30,32	R$ 39,02	R$ 272,88	R$ 351,18
9.1.14	SINAPI	89825	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022	UN	37,00	37,00	R$ 19,00	R$ 24,45	R$ 703,00	R$ 904,65
9.1.15	SINAPI	89782	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	8,00	8,00	R$ 14,64	R$ 18,84	R$ 117,12	R$ 150,72
9.1.16	SEINFRA	C2353	TÊ PVC BRANCO P/ESGOTO D=100X50mm (4"X2")-JUNTAS C/ANÉIS	UN	14,00	14,00	R$ 47,87	R$ 61,61	R$ 670,18	R$ 862,54
9.1.17	SINAPI	89785	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	29,00	29,00	R$ 28,26	R$ 36,37	R$ 819,54	R$ 1.054,73
9.1.18	SINAPI	89561	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	UN	2,00	2,00	R$ 14,32	R$ 18,43	R$ 28,64	R$ 36,86
9.1.19	SEINFRA	C1582	JUNÇÃO SIMPLES DE REDUÇÃO PVC P/ESGOTO 100X50mm(4"X2")	UN	21,00	21,00	R$ 48,64	R$ 62,60	R$ 1.021,44	R$ 1.314,60

Kilmore Moraes Bezerra

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25 jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 0,00% 28,72% **BDI MAT.:** 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
9.1.20	SINAPI	89797	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	14,00	14,00	R$ 54,24	R$ 69,81	R$ 759,36	R$ 977,34
9.1.21	SEINFRA	C1760	LUVA SIMPLES PVC BRANCO P/ESGOTO 40mm (1 1/2")	UN	15,00	15,00	R$ 9,21	R$ 11,85	R$ 138,15	R$ 177,75
9.1.22	SEINFRA	C1761	LUVA SIMPLES PVC BRANCO P/ESGOTO 50mm (2")	UN	22,00	22,00	R$ 11,76	R$ 15,13	R$ 258,72	R$ 332,86
9.1.23	SEINFRA	C1762	LUVA SIMPLES PVC BRANCO P/ESGOTO 75mm (3")	UN	7,00	7,00	R$ 20,11	R$ 25,88	R$ 140,77	R$ 181,16
9.1.24	SEINFRA	C1758	LUVA SIMPLES PVC BRANCO P/ESGOTO 100mm (4")	UN	98,00	98,00	R$ 24,80	R$ 31,92	R$ 2.430,40	R$ 3.128,16
9.1.25	SINAPI	89711	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	88,70	88,70	R$ 21,55	R$ 27,73	R$ 1.911,48	R$ 2.459,65
9.1.26	SINAPI	89712	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	131,60	131,60	R$ 27,30	R$ 35,14	R$ 3.592,68	R$ 4.624,42
9.1.27	SINAPI	89713	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	35,30	35,30	R$ 34,03	R$ 43,80	R$ 1.201,25	R$ 1.546,14
9.1.28	SINAPI	89714	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	586,50	586,50	R$ 38,04	R$ 48,96	R$ 22.310,46	R$ 28.715,04
9.1.29			***INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS***					R$ -	***R$ 30.228,08***	***R$ 38.899,55***
9.1.30	SINAPI	86884	ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 30CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	36,00	36,00	R$ 10,91	R$ 14,04	R$ 392,76	R$ 505,44
9.1.31	SINAPI	94496	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1 1/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	25,00	25,00	R$ 81,74	R$ 105,21	R$ 2.043,50	R$ 2.630,25
9.1.32	SINAPI	94495	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	28,00	28,00	R$ 60,01	R$ 77,24	R$ 1.680,28	R$ 2.162,72
9.1.33	SINAPI	86887	ENGATE FLEXÍVEL EM INOX, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	18,00	18,00	R$ 64,28	R$ 82,74	R$ 1.157,04	R$ 1.489,32
9.1.34	SINAPI	89351	REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	28,00	28,00	R$ 32,27	R$ 41,53	R$ 903,56	R$ 1.162,84
9.1.35	SINAPI	95635	KIT CAVALETE PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA - ENTRADA PRINCIPAL, EM PVC 25 MM (3/4") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (EXCLUSIVE HIDRÔMETRO). AF_03/2024	UN	1,00	1,00	R$ 220,44	R$ 283,75	R$ 220,44	R$ 283,75

Kelmore Moraes Bomfim

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25 jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 0,00% 28,72% **BDI MAT.:** 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
9.1.36	SINAPI	90373	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 1/2 INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	76,00	76,00	R$ 13,01	R$ 16,74	R$ 988,76	R$ 1.272,24
9.1.37	SINAPI	94672	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM X 3/4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	56,00	56,00	R$ 5,95	R$ 7,65	R$ 333,20	R$ 428,40
9.1.38	SINAPI	89362	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	175,00	175,00	R$ 9,38	R$ 12,07	R$ 1.641,50	R$ 2.112,25
9.1.39	SEINFRA	C1558	JOELHO PVC SOLD. AZUL D=20mmX1/2"	UN	76,00	76,00	R$ 15,17	R$ 19,52	R$ 1.152,92	R$ 1.483,52
9.1.40	SEINFRA	C1559	JOELHO PVC SOLD. AZUL D=25mmX3/4"	UN	56,00	56,00	R$ 17,02	R$ 21,90	R$ 953,12	R$ 1.226,40
9.1.41	SINAPI	89499	CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 40MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	15,00	15,00	R$ 19,44	R$ 25,02	R$ 291,60	R$ 375,30
9.1.42	SEINFRA	C1566	JOELHO REDUÇÃO PVC SOLD.MARROM D=40X32mm (1 1/4"X1")	UN	18,00	18,00	R$ 17,53	R$ 22,56	R$ 315,54	R$ 406,08
9.1.43	SEINFRA	C1565	JOELHO REDUÇÃO PVC SOLD.MARROM D=32X25mm (1"X3/4")	UN	22,00	22,00	R$ 14,28	R$ 18,38	R$ 314,16	R$ 404,36
9.1.44	SINAPI	94688	TÊ, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	57,00	57,00	R$ 6,57	R$ 8,45	R$ 374,49	R$ 481,65
9.1.45	SINAPI	94692	TÊ, PVC, SOLDÁVEL, DN 40 MM INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	32,00	32,00	R$ 18,84	R$ 24,25	R$ 602,88	R$ 776,00
9.1.46	SINAPI	94704	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 MM X 1", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	2,00	2,00	R$ 26,80	R$ 34,49	R$ 53,60	R$ 68,98
9.1.47	SINAPI	89383	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 3/4, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	96,00	96,00	R$ 6,54	R$ 8,41	R$ 627,84	R$ 807,36
9.1.48	SINAPI	89391	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 1, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	1,00	1,00	R$ 8,62	R$ 11,09	R$ 8,62	R$ 11,09
9.1.49	SEINFRA	C1729	LUVA PVC SOLD. MARROM D= 25mm (3/4")	UN	78,00	78,00	R$ 5,54	R$ 7,13	R$ 432,12	R$ 556,14
9.1.50	SEINFRA	C1730	LUVA PVC SOLD. MARROM D= 32mm (1")	UN	19,00	19,00	R$ 7,13	R$ 9,17	R$ 135,47	R$ 174,23
9.1.51	SEINFRA	C1731	LUVA PVC SOLD. MARROM D= 40mm (1 1/4")	UN	86,00	86,00	R$ 12,10	R$ 15,57	R$ 1.040,60	R$ 1.339,02
9.1.52	SINAPI	89380	LUVA DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	35,00	35,00	R$ 9,99	R$ 12,85	R$ 349,65	R$ 449,75

Kilmore Moraes Bomfim

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25 jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 0,00% 28,72% **BDI MAT.:** 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
9.1.53	SINAPI	103993	BUCHA DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 40MM X 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	32,00	32,00	R$ 9,66	R$ 12,43	R$ 309,12	R$ 397,76
9.1.54	SINAPI	89356	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	233,00	233,00	R$ 23,64	R$ 30,42	R$ 5.508,12	R$ 7.087,86
9.1.55	SINAPI	89357	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	57,00	57,00	R$ 32,56	R$ 41,91	R$ 1.855,92	R$ 2.388,87
9.1.56	SINAPI	89449	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	257,00	257,00	R$ 18,55	R$ 23,87	R$ 4.767,35	R$ 6.134,59
9.1.57	SEINFRA	C0441	BOMBA CENTRÍFUGA DE 1/2 CV, INCLUSIVE MAT.DE SUCCÃO	UN	2,00	2,00	R$ 785,94	R$ 1.011,66	R$ 1.571,88	R$ 2.023,32
9.1.58	SEINFRA	C0332	AUTOMÁTICO DE BOIA	UN	2,00	2,00	R$ 84,13	R$ 108,29	R$ 168,26	R$ 216,58
9.1.59	SINAPI	94795	TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCÁVEL, 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,00	1,00	R$ 33,78	R$ 43,48	R$ 33,78	R$ 43,48
9.1.60			***PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO***						***R$ 68.583,07***	***R$ 88.277,14***
9.1.61	SEINFRA	C0448	BOMBA CENTRÍFUGA P/ PRESSURIZAÇÃO/HIDRANTE 10 CV	UN	2,00	2,00	R$ 3.524,16	R$ 4.536,29	R$ 7.048,32	R$ 9.072,58
9.1.62	SEINFRA	C1456	HIDRANTE C/REGISTRO GLOBO ANGULAR D= 65mm (2 1/2")	UN	3,00	3,00	R$ 905,09	R$ 1.165,03	R$ 2.715,27	R$ 3.495,09
9.1.63	SEINFRA	C4304	HIDRANTE DE PISO	UN	1,00	1,00	R$ 1.212,15	R$ 1.560,27	R$ 1.212,15	R$ 1.560,27
9.1.64	SINAPI	101909	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PQS DE 6 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_PE	UN	8,00	8,00	R$ 322,60	R$ 415,25	R$ 2.580,80	R$ 3.322,00
9.1.65	SEINFRA	C2563	TUBO AÇO GALV. C/OU S/COSTURA D=65mm (2 1/2")	M	140,00	140,00	R$ 127,17	R$ 163,69	R$ 17.803,80	R$ 22.916,60
9.1.66	SEINFRA	C0001	ABRIGO P/ HIDRANTE C/MANGUEIRA E ESGUICHO DE LATÃO	UN	3,00	3,00	R$ 2.529,32	R$ 3.255,74	R$ 7.587,96	R$ 9.767,22
9.1.67	SEINFRA	C4394	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA	UN	21,00	21,00	R$ 261,01	R$ 335,97	R$ 5.481,21	R$ 7.055,37
9.1.68	SEINFRA	c0732	CENTRAL ALARME P/6 LAÇOS SUPERV., MOD. FIRE-LITE/SIMILAR	UN	1,00	1,00	R$ 7.715,34	R$ 9.931,18	R$ 7.715,34	R$ 9.931,18
9.1.69	SEINFRA	C4042	ALARME SONORO/VISUAL, SIRENE 120 dB, COM ACIONADOR MANUAL, ALIMENTAÇÃO 220 VAC - INSTALADO	UN	3,00	3,00	R$ 224,40	R$ 288,84	R$ 673,20	R$ 866,52
9.1.70	SEINFRA	C4403	REGISTRO GLOBO / FECHO RÁPIDO DE 2 1/2"	UN	3,00	3,00	R$ 238,54	R$ 307,04	R$ 715,62	R$ 921,12
9.1.71	SEINFRA	C4041	DETETOR IÔNICO DE FUMAÇA, MONTAGEM DE TETO, C/ BASE ALIMENTAÇÃO 220VAC, UMA SAÍDA DIGITAL - INSTALADO	UN	39,00	39,00	R$ 230,90	R$ 297,21	R$ 9.005,10	R$ 11.591,19
9.1.72	SEINFRA	C4626	PLACA EM ALUMÍNIO 15x30cm C/ VINIL APLICADO EM 1 FACE E FIXAÇÃO COM FITA DUPLA FACE (FORNECIMENTO E MONTAGEM)	UN	25,00	25,00	R$ 19,58	R$ 25,20	R$ 489,50	R$ 630,00
9.1.73	SINAPI	95728	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	M	166,00	166,00	R$ 28,38	R$ 36,53	R$ 4.711,08	R$ 6.063,98

Kilmore Moraes Bonfim

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25 jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 0,00% 28,72%
BDI MAT.: 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
9.1.74	SINAPI	91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	267,00	267,00	R$ 3,16	R$ 4,06	R$ 843,72	R$ 1.084,02
10.0			**INSTALAÇÕES SPDA / ELÉTRICA / CAB. ESTRUTURADO**						R$ 848.110,53	R$ 1.091.598,98
10.1			***SPDA***						***R$ 53.362,37***	***R$ 68.685,61***
10.1.1	SINAPI	96973	CORDOALHA DE COBRE NU 35 MM², NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	249,00	249,00	R$ 73,73	R$ 94,90	R$ 18.358,77	R$ 23.630,10
10.1.2	SINAPI	96974	CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM², NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	282,00	282,00	R$ 95,76	R$ 123,26	R$ 27.004,32	R$ 34.759,32
10.1.3	SINAPI	98463	SUPORTE ISOLADOR PARA FIXAÇÃO DA CORDOALHA DE COBRE EM ALVENARIA OU CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	5,00	5,00	R$ 26,38	R$ 33,95	R$ 131,90	R$ 169,75
10.1.4	SINAPI	96989	CAPTOR TIPO FRANKLIN PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	5,00	5,00	R$ 143,66	R$ 184,91	R$ 718,30	R$ 924,55
10.1.5	SINAPI	96987	BASE METÁLICA PARA MASTRO 1 ½" PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	5,00	5,00	R$ 125,67	R$ 161,76	R$ 628,35	R$ 808,80
10.1.6	SINAPI	96988	MASTRO 1 ½", COM 3 METROS, PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	5,00	5,00	R$ 171,61	R$ 220,89	R$ 858,05	R$ 1.104,45
10.1.7	SINAPI	96985	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 5/8", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	28,00	28,00	R$ 66,80	R$ 85,98	R$ 1.870,40	R$ 2.407,44
10.1.8	SINAPI	98111	CAIXA DE INSPEÇÃO PARA ATERRAMENTO, CIRCULAR, EM POLIETILENO, DIÂMETRO INTERNO = 0,3 M. AF_12/2020	UN	28,00	28,00	R$ 63,92	R$ 82,27	R$ 1.789,76	R$ 2.303,56
10.1.9	SEINFRA	C4853	CAIXA DE EQUIPOTENCIALIZAÇÃO DE TERRA	UN	4,00	4,00	R$ 500,63	R$ 644,41	R$ 2.002,52	R$ 2.577,64
10.2			***ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO***						***R$ 737.945,40***	***R$ 949.799,13***
10.2.1	SEINFRA	C1638	LUMINÁRIA FLUORESCENTE COMPLETA (2 X 32)W	UN	171,00	171,00	R$ 128,84	R$ 165,84	R$ 22.031,64	R$ 28.358,64
10.2.2	SEINFRA	C4811	LUMINÁRIA DE EMBUTIR CILÍNDRICA COM CORPO EM CHAPA DE AÇO FOSFATIZADA E PINTADA ELETROSTATICAMENTE E REFLETOR REPUXADO EM ALUMÍNIO ANODIZADO, COM VIDRO JATEADO CENTRAL, PARA UMA LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 20W, COMPLETA	UN	20,00	20,00	R$ 137,48	R$ 176,96	R$ 2.749,60	R$ 3.539,20
10.2.3	SINAPI	91952	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	60,00	60,00	R$ 18,85	R$ 24,26	R$ 1.131,00	R$ 1.455,60

Killiane Marques Barros

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25 jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 0,00% 28,72%
BDI MAT.: 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
10.2.4	SINAPI	91958	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	21,00	21,00	R$ 34,48	R$ 44,38	R$ 724,08	R$ 931,98
10.2.5	SINAPI	91966	INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS), 10A/250V, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	2,00	2,00	R$ 50,11	R$ 64,50	R$ 100,22	R$ 129,00
10.2.6	SINAPI	91955	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	10,00	10,00	R$ 36,33	R$ 46,76	R$ 363,30	R$ 467,60
10.2.7	SEINFRA	C2493	TOMADA UNIVERSAL 10A 250V	UN	23,00	23,00	R$ 18,43	R$ 23,72	R$ 423,89	R$ 545,56
10.2.8	SEINFRA	C2484	TOMADA 2 POLOS MAIS TERRA 20A 250V	UN	5,00	5,00	R$ 23,28	R$ 29,96	R$ 116,40	R$ 149,80
10.2.9	SINAPI	91991	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	31,00	31,00	R$ 36,45	R$ 46,91	R$ 1.129,95	R$ 1.454,21
10.2.10	SEINFRA	C4762	CAIXA DE LIGAÇÃO PVC 4" X 2"	UN	288,00	288,00	R$ 8,85	R$ 11,39	R$ 2.548,80	R$ 3.280,32
10.2.11	SEINFRA	C4761	CAIXA DE LIGAÇÃO PVC 4" X 4"	UN	174,00	174,00	R$ 11,18	R$ 14,39	R$ 1.945,32	R$ 2.503,86
10.2.12	SINAPI	91937	CAIXA OCTOGONAL 3" X 3", PVC, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	101,00	101,00	R$ 14,71	R$ 18,93	R$ 1.485,71	R$ 1.911,93
10.2.13	SINAPI	101875	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 12 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	12,00	12,00	R$ 380,98	R$ 490,39	R$ 4.571,76	R$ 5.884,68
10.2.14	SINAPI	101877	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM PVC, DE EMBUTIR, SEM BARRAMENTO, PARA 3 DISJUNTORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	2,00	2,00	R$ 72,50	R$ 93,32	R$ 145,00	R$ 186,64
10.2.15	SEINFRA	C2090	QUADRO P/ MEDIÇÃO EM POSTE DE CONCRETO	UN	1,00	1,00	R$ 1.736,01	R$ 2.234,59	R$ 1.736,01	R$ 2.234,59
10.2.16	SEINFRA	C0326	ATERRAMENTO COMPLETO C/ HASTE COPPERWELD 3/4"X 2.40M	UN	17,00	17,00	R$ 324,91	R$ 418,22	R$ 5.523,47	R$ 7.109,74
10.2.17	SINAPI	91862	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 20 MM (1/2"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1,00	1,00	R$ 9,27	R$ 11,93	R$ 9,27	R$ 11,93
10.2.18	SINAPI	91864	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	3,30	3,30	R$ 14,66	R$ 18,87	R$ 48,37	R$ 62,27
10.2.19	SINAPI	91865	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1,00	1,00	R$ 18,34	R$ 23,60	R$ 18,34	R$ 23,60

Kilmore Nogueira Bruno

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25 jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 0,00% 28,72% **BDI MAT.:** 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
10.2.20	SINAPI	93008	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 50 MM (1 1/2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	UN	38,10	38,10	R$ 17,62	R$ 22,68	R$ 671,32	R$ 864,10
10.2.21	SINAPI	93009	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 60 MM (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	UN	4,50	4,50	R$ 25,99	R$ 33,45	R$ 116,95	R$ 150,52
10.2.22	SINAPI	93010	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 75 MM (2 1/2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	UN	225,30	225,30	R$ 36,15	R$ 46,53	R$ 8.144,59	R$ 10.483,20
10.2.23	SINAPI	93011	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 85 MM (3"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	UN	15,00	15,00	R$ 44,17	R$ 56,85	R$ 662,55	R$ 852,75
10.2.24	SINAPI	93012	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 110 MM (4"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	UN	51,00	51,00	R$ 66,67	R$ 85,81	R$ 3.400,17	R$ 4.376,31
10.2.25	SEINFRA	C4853	CAIXA DE EQUIPOTENCIALIZAÇÃO DE TERRA	UN	3,00	3,00	R$ 500,63	R$ 644,41	R$ 1.501,89	R$ 1.933,23
10.2.26	SEINFRA	C1160	DUTO PERFURADO - ELETROCALHA DE CHAPA DE AÇO (50X100)mm	M	30,50	30,50	R$ 70,72	R$ 91,03	R$ 2.156,96	R$ 2.776,41
10.2.27	SEINFRA	C1154	DUTO PERFURADO - ELETROCALHA CHAPA DE AÇO (100 X 200)mm	M	103,50	103,50	R$ 94,13	R$ 121,16	R$ 9.742,45	R$ 12.540,06
10.2.28	SINAPI	96973	CORDOALHA DE COBRE NU 35 MM², NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	95,00	95,00	R$ 73,73	R$ 94,90	R$ 7.004,35	R$ 9.015,50
10.2.29	SINAPI	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	843,80	843,80	R$ 4,61	R$ 5,93	R$ 3.889,91	R$ 5.003,73
10.2.30	SINAPI	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	2.357,60	2.357,60	R$ 4,61	R$ 5,93	R$ 10.868,53	R$ 13.980,56
10.2.31	SINAPI	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	753,60	753,60	R$ 4,61	R$ 5,93	R$ 3.474,09	R$ 4.468,84
10.2.32	SINAPI	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1.072,90	1.072,90	R$ 4,61	R$ 5,93	R$ 4.946,06	R$ 6.362,29

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25 jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 0,00% 28,72%
BDI MAT.: 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
10.2.33	SINAPI	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	7.792,80	7.792,80	R$ 4,61	R$ 5,93	R$ 35.924,80	R$ 46.211,30
10.2.34	SINAPI	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	690,80	690,80	R$ 4,61	R$ 5,93	R$ 3.184,58	R$ 4.096,44
10.2.35	SINAPI	91928	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	605,80	605,80	R$ 7,18	R$ 9,24	R$ 4.349,64	R$ 5.597,59
10.2.36	SINAPI	91928	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	178,10	178,10	R$ 7,18	R$ 9,24	R$ 1.278,75	R$ 1.645,64
10.2.37	SINAPI	91928	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	243,90	243,90	R$ 7,18	R$ 9,24	R$ 1.751,20	R$ 2.253,63
10.2.38	SINAPI	91928	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	340,80	340,80	R$ 7,18	R$ 9,24	R$ 2.446,94	R$ 3.148,99
10.2.39	SINAPI	91928	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	337,30	337,30	R$ 7,18	R$ 9,24	R$ 2.421,81	R$ 3.116,65
10.2.40	SINAPI	91930	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	239,40	239,40	R$ 10,05	R$ 12,93	R$ 2.405,97	R$ 3.095,44
10.2.41	SINAPI	91930	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	160,20	160,20	R$ 10,05	R$ 12,93	R$ 1.610,01	R$ 2.071,38
10.2.42	SINAPI	91930	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	136,10	136,10	R$ 10,05	R$ 12,93	R$ 1.367,80	R$ 1.759,77
10.2.43	SINAPI	91930	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	123,90	123,90	R$ 10,05	R$ 12,93	R$ 1.245,19	R$ 1.602,02

Kilmore Moraes Bonfim

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25 jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 0,00% 28,72%
BDI MAT.: 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
10.2.44	SINAPI	91930	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	56,90	56,90	R$ 10,05	R$ 12,93	R$ 571,84	R$ 735,71
10.2.45	SINAPI	91932	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	262,00	262,00	R$ 18,07	R$ 23,25	R$ 4.734,34	R$ 6.091,50
10.2.46	SINAPI	91932	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	262,00	262,00	R$ 18,07	R$ 23,25	R$ 4.734,34	R$ 6.091,50
10.2.47	SINAPI	91932	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	262,00	262,00	R$ 18,07	R$ 23,25	R$ 4.734,34	R$ 6.091,50
10.2.48	SINAPI	91932	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	37,90	37,90	R$ 18,07	R$ 23,25	R$ 684,85	R$ 881,17
10.2.49	SINAPI	91932	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	37,90	37,90	R$ 18,07	R$ 23,25	R$ 684,85	R$ 881,17
10.2.50	SINAPI	91934	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	134,80	134,80	R$ 26,09	R$ 33,58	R$ 3.516,93	R$ 4.526,58
10.2.51	SINAPI	91934	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	152,90	152,90	R$ 26,09	R$ 33,58	R$ 3.989,16	R$ 5.134,38
10.2.52	SINAPI	91934	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	214,40	214,40	R$ 26,09	R$ 33,58	R$ 5.593,69	R$ 7.199,55
10.2.53	SINAPI	92984	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	17,20	17,20	R$ 30,29	R$ 38,98	R$ 520,98	R$ 670,45
10.2.54	SINAPI	92984	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	17,20	17,20	R$ 30,29	R$ 38,98	R$ 520,98	R$ 670,45

Tiberone Marques Barros

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25 jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 0,00% 28,72%
BDI MAT.: 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
10.2.55	SINAPI	92986	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 35 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	17,20	17,20	R$ 41,95	R$ 53,99	R$ 721,54	R$ 928,62
10.2.56	SINAPI	92984	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	35,60	35,60	R$ 30,29	R$ 38,98	R$ 1.078,32	R$ 1.387,68
10.2.57	SINAPI	92984	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	17,20	17,20	R$ 30,29	R$ 38,98	R$ 520,98	R$ 670,45
10.2.58	SINAPI	92986	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 35 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	108,80	108,80	R$ 41,95	R$ 53,99	R$ 4.564,16	R$ 5.874,11
10.2.59	SINAPI	92986	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 35 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	108,80	108,80	R$ 41,95	R$ 53,99	R$ 4.564,16	R$ 5.874,11
10.2.60	SINAPI	92986	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 35 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	108,80	108,80	R$ 41,95	R$ 53,99	R$ 4.564,16	R$ 5.874,11
10.2.61	SINAPI	92988	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 50 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	56,20	56,20	R$ 60,98	R$ 78,49	R$ 3.427,07	R$ 4.411,13
10.2.62	SINAPI	92988	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 50 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	80,20	80,20	R$ 60,98	R$ 78,49	R$ 4.890,59	R$ 6.294,89
10.2.63	SINAPI	92988	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 50 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	80,20	80,20	R$ 60,98	R$ 78,49	R$ 4.890,59	R$ 6.294,89
10.2.64	SINAPI	92996	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 150 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	112,00	112,00	R$ 171,96	R$ 221,34	R$ 19.259,52	R$ 24.790,08
10.2.65	SINAPI	93002	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 300 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	112,00	112,00	R$ 361,12	R$ 464,83	R$ 40.445,44	R$ 52.060,96

Kelviane Nunes Barros

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25 jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 0,00% 28,72% **BDI MAT.:** 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
10.2.66	SINAPI	93002	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 300 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	112,00	112,00	R$ 361,12	R$ 464,83	R$ 40.445,44	R$ 52.060,96
10.2.67	SINAPI	93002	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 300 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	112,00	112,00	R$ 361,12	R$ 464,83	R$ 40.445,44	R$ 52.060,96
10.2.68	SINAPI	93002	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 300 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	112,00	112,00	R$ 361,12	R$ 464,83	R$ 40.445,44	R$ 52.060,96
10.2.69	SEINFRA	C1928	PLACA P/CAIXA ESTAMPADA 4"X2" OU 3"X3"	UN	153,00	153,00	R$ 5,06	R$ 6,51	R$ 774,18	R$ 996,03
10.2.70	SEINFRA	C4758	SUBESTAÇÃO AÉREA DE 300 KVA/13.800-380/220V COM QUADRO DE MEDIÇÃO E PROTEÇÃO GERAL, INCLUSIVE MALHA DE ATERRAMENTO	UN	1,00	1,00	R$ 74.005,17	R$ 95.259,45	R$ 74.005,17	R$ 95.259,45
10.2.71	SEINFRA	C2000	POSTE C/ACESSÓRIOS ATÉ A ENTRADA DA SUBESTAÇÃO ABRIGADA	UN	1,00	1,00	R$ 11.706,13	R$ 15.068,13	R$ 11.706,13	R$ 15.068,13
10.2.72	SEINFRA	C1440	GRUPO GERADOR 86/120 KVA, C/ QUADRO AUTOMÁTICO - COMPLETO	UN	2,00	2,00	R$ 114.172,40	R$ 146.962,71	R$ 228.344,80	R$ 293.925,42
10.2.73	SEINFRA	C1118	DISJUNTOR TRIPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 10A	UN	3,00	3,00	R$ 99,06	R$ 127,51	R$ 297,18	R$ 382,53
10.2.74	SEINFRA	C1117	DISJUNTOR TRIPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 100A	UN	2,00	2,00	R$ 143,81	R$ 185,11	R$ 287,62	R$ 370,22
10.2.75	SEINFRA	C4815	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR 125 A, COM CAIXA MOLDADA 10 KA	UN	5,00	5,00	R$ 414,51	R$ 533,55	R$ 2.072,55	R$ 2.667,75
10.2.76	SEINFRA	C1106	DISJUNTOR TRIPOLAR C/ACIONAMENTO NA PORTA DO Q.D.ATE 16 A	UN	1,00	1,00	R$ 103,67	R$ 133,44	R$ 103,67	R$ 133,44
10.2.77	SEINFRA	C1111	DISJUNTOR TRIPOLAR C/ACIONAMENTO NA PORTA DO Q.D.ATE 32A	UN	8,00	8,00	R$ 103,67	R$ 133,44	R$ 829,36	R$ 1.067,52
10.2.78	SEINFRA	C1125	DISJUNTOR TRIPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 40A	UN	10,00	10,00	R$ 99,06	R$ 127,51	R$ 990,60	R$ 1.275,10
10.2.79	SEINFRA	C1127	DISJUNTOR TRIPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 50A	UN	2,00	2,00	R$ 99,06	R$ 127,51	R$ 198,12	R$ 255,02
10.2.80	SEINFRA	C1128	DISJUNTOR TRIPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 60A	UN	5,00	5,00	R$ 110,75	R$ 142,55	R$ 553,75	R$ 712,75
10.2.81	SEINFRA	C1092	DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 10A	UN	10,00	10,00	R$ 24,07	R$ 30,98	R$ 240,70	R$ 309,80
10.2.82	SEINFRA	C1093	DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 16A	UN	42,00	42,00	R$ 24,07	R$ 30,98	R$ 1.010,94	R$ 1.301,16
10.2.83	SEINFRA	C1095	DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 20A	UN	16,00	16,00	R$ 24,07	R$ 30,98	R$ 385,12	R$ 495,68
10.2.84	SEINFRA	C1096	DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 25A	UN	10,00	10,00	R$ 24,07	R$ 30,98	R$ 240,70	R$ 309,80

Tatiane Borges Bruno

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25 jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 0,00% 28,72% **BDI MAT.:** 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
10.2.85	SEINFRA	C1098	DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 32A	UN	9,00	9,00	R$ 31,58	R$ 40,64	R$ 284,22	R$ 365,76
10.2.86	SEINFRA	C4935	DISJUNTOR TÉRMICO E MAGNÉTICO AJUSTAVEIS, TRIPOLAR DE 450 ATE 600A, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 35KA	UN	3,00	3,00	R$ 4.282,40	R$ 5.512,30	R$ 12.847,20	R$ 16.536,90
10.2.87	SEINFRA	C4562	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO - DPS's - 40 KA/440V	UN	4,00	4,00	R$ 133,83	R$ 172,26	R$ 535,32	R$ 689,04
10.2.88	SEINFRA	C4530	DISJUNTOR DIFERENCIAL DR-16A - 40A, 30mA	UN	2,00	2,00	R$ 160,14	R$ 206,13	R$ 320,28	R$ 412,26
10.3			***CABEAMENTO ESTRUTURADO***						***R$ 56.802,76***	***R$ 73.114,24***
10.3.1	SEINFRA	C3762	RACK FECHADO 44 U'S, 670mm, PROFUNDIDADE PADRÃO 19"	UN	2,00	2,00	R$ 2.864,11	R$ 3.686,68	R$ 5.728,22	R$ 7.373,36
10.3.2	SEINFRA	C4563	ROTEADOR AUTO-GERENCIÁVEL P/ COMUNICAÇÃO DE DADOS, PARA FIBRA ÓPTICA MONO-MODO, COM CONECTORES ST - PADRÃO RACK 19"	UN	2,00	2,00	R$ 5.451,74	R$ 7.017,47	R$ 10.903,48	R$ 14.034,94
10.3.3	SEINFRA	C4569	RÉGUA DE TOMADAS ELÉTRICAS, COM 08 TOMADAS, PADRÃO RACK 19"	UN	2,00	2,00	R$ 123,75	R$ 159,29	R$ 247,50	R$ 318,58
10.3.4	SEINFRA	C4568	ORGANIZADOR DE CABOS HORIZONTAL, ABERTO, PADRÃO RACK 19"	UN	2,00	2,00	R$ 39,68	R$ 51,07	R$ 79,36	R$ 102,14
10.3.5	COTAÇÃO	001	SWITCHER AUTO-GERENCIÁVEL P/ COMUNICACÃO DE DADOS COM 24 PORTAS EM CONECTORES RJ 45, 10/100 KBPS E DUAS PORTAS 10/100/1000 KBPS - PADRÃO RACK 19"	UN	2,00	2,00	R$ 3.011,24	R$ 3.876,06	R$ 6.022,48	R$ 7.752,12
10.3.6	SEINFRA	C4567	BANDEJA MÓVEL, PADRÃO 19"	UN	2,00	2,00	R$ 68,81	R$ 88,57	R$ 137,62	R$ 177,14
10.3.7	SEINFRA	C4533	CABO LÓGICO 4 PARES, CATEGORIA 6 - UTP	M	600,00	600,00	R$ 13,86	R$ 17,84	R$ 8.316,00	R$ 10.704,00
10.3.8	SEINFRA	C4921	TOMADA PARA LÓGICA, COM 1 CONECTOR RJ45, 8 FIOS, CAT-5E, COMPLETA PARA CAIXA 4"x2" (NÃO INCLUSA)	UN	44,00	44,00	R$ 45,66	R$ 58,77	R$ 2.009,04	R$ 2.585,88
10.3.9	SEINFRA	C4033	NO-BREAK TRIFÁSICO, 380/380 VAC-LL, 60 Hz, 2000VA, BATERIAS INCORPORADAS, AUTO-PORTANTE EM GABINETE IP-44 - INSTALADO	CJ	2,00	2,00	R$ 2.887,62	R$ 3.716,94	R$ 5.775,24	R$ 7.433,88
10.3.10	SEINFRA	C1160	DUTO PERFURADO - ELETROCALHA DE CHAPA DE AÇO (50X100)mm	M	35,60	35,60	R$ 70,72	R$ 91,03	R$ 2.517,63	R$ 3.240,66
10.3.11	SEINFRA	C1154	DUTO PERFURADO - ELETROCALHA CHAPA DE AÇO (100 X 200)mm	M	69,10	69,10	R$ 94,13	R$ 121,16	R$ 6.504,38	R$ 8.372,15
10.3.12	SINAPI	98301	PATCH PANEL 24 PORTAS, CATEGORIA 5E - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2025	UN	3,00	3,00	R$ 607,64	R$ 782,15	R$ 1.822,92	R$ 2.346,45
10.3.13	SEINFRA	C1203	ELETRODUTO CONDULETE DE PVC DE 1"	M	38,80	38,80	R$ 36,80	R$ 47,36	R$ 1.427,84	R$ 1.837,56
10.3.14	SEINFRA	C1205	ELETRODUTO CONDULETE DE PVC DE 3/4"	M	201,10	201,10	R$ 26,41	R$ 33,99	R$ 5.311,05	R$ 6.835,38

Elivone Marques Bomfim

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25 jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 0,00% 28,72%
BDI MAT.: 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
11.0			**SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO**						R$ 263.807,44	R$ 339.565,44
11.1			***SISTE DE CENTRO DE CLIMATIZAÇÃO***						***R$ 113.462,53***	***R$ 146.046,98***
11.1.1	MERCADO	1	DUTO DE AR DE RETORNO	m²	129,00	129,00	R$ 127,29	R$ 163,85	R$ 16.420,84	R$ 21.136,65
11.1.2	MERCADO	2	DUTOS DE AR DE INSUFLAMENTO COM ISOLAMENTO TÉRMICO	m²	102,00	102,00	R$ 139,28	R$ 179,27	R$ 14.206,22	R$ 18.285,54
11.1.3	SINAPI	103278	AR CONDICIONADO SPLITÃO 15 TR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2021_PE	UN	1,00	1,00	R$ 31.904,75	R$ 41.067,79	R$ 31.904,75	R$ 41.067,79
11.1.4	MERCADO	3	EXAUSTOR AXIAL TRIFÁSICO 100MM	UN	20,00	20,00	R$ 1.067,97	R$ 1.374,68	R$ 21.359,33	R$ 27.493,60
11.1.5	COTAÇÃO	2	DIFUSOR DE AR EM ALUMINIO 4 VIAS 366X366MM	UN	21,00	21,00	R$ 396,48	R$ 510,34	R$ 8.326,08	R$ 10.717,14
11.1.6	COTAÇÃO	3	GRELHA DE RETORNO FIXA EM ALUMÍNIO COM ALETAS HORIZONTAIS 300X200MM	UN	13,00	13,00	R$ 216,24	R$ 278,34	R$ 2.811,12	R$ 3.618,42
11.1.7	MERCADO	4	FILTRO DE AR A3 HEPA	UN	1,00	1,00	R$ 1.094,59	R$ 1.408,95	R$ 1.094,58	R$ 1.408,95
11.1.8	MERCADO	5	FILTRO DE AR G3	UN	1,00	1,00	R$ 41,02	R$ 52,80	R$ 41,02	R$ 52,80
11.1.9	MERCADO	6	FILTRO DE AR G4	UN	9,00	9,00	R$ 51,26	R$ 65,97	R$ 461,31	R$ 593,73
11.1.10	MERCADO	7	FILTRO DE AR F7 COM CARVÃO ATIVADO	UN	1,00	1,00	R$ 579,82	R$ 746,34	R$ 579,81	R$ 746,34
11.1.11	MERCADO	8	FILTRO DE AR F8	UN	9,00	9,00	R$ 280,19	R$ 360,65	R$ 2.521,68	R$ 3.245,85
11.1.12	MERCADO	9	CAIXA PLENUM - FILTRO DE ALTA EFICIÊNCIA	UN	19,00	19,00	R$ 226,40	R$ 291,41	R$ 4.301,53	R$ 5.536,79
11.1.13	SINAPI	92278	TUBO EM COBRE RÍGIDO, DN 42 MM, CLASSE E, SEM ISOLAMENTO, INSTALADO EM PRUMADA DE HIDRÁULICA PREDIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	M	6,00	6,00	R$ 147,19	R$ 189,46	R$ 883,14	R$ 1.136,76
11.1.14	SINAPI	92290	COTOVELO EM COBRE, DN 42 MM, 90 GRAUS, SEM ANEL DE SOLDA, INSTALADO EM PRUMADA DE HIDRÁULICA PREDIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	6,00	6,00	R$ 78,63	R$ 101,21	R$ 471,78	R$ 607,26
11.1.15	SINAPI	92275	TUBO EM COBRE RÍGIDO, DN 22 MM, CLASSE E, SEM ISOLAMENTO, INSTALADO EM PRUMADA DE HIDRÁULICA PREDIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	M	22,00	22,00	R$ 59,59	R$ 76,70	R$ 1.310,98	R$ 1.687,40
11.1.16	SINAPI	92287	COTOVELO EM COBRE, DN 22 MM, 90 GRAUS, SEM ANEL DE SOLDA, INSTALADO EM PRUMADA DE HIDRÁULICA PREDIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	44,00	44,00	R$ 18,40	R$ 23,68	R$ 809,60	R$ 1.041,92
11.1.17	MERCADO	10	ISOLAÇÃO DE TUBO DE COBRE COM TUBO DE BORRACHA ELASTOMERICA FLEXIVEL, DN 1 5/8"	UN	6,00	6,00	R$ 38,22	R$ 49,19	R$ 229,32	R$ 295,14
11.1.18	MERCADO	11	ISOLAÇÃO DE TUBO DE COBRE COM TUBO DE BORRACHA ELASTOMERICA FLEXIVEL, DN 7/8"	UN	8,00	8,00	R$ 32,32	R$ 41,60	R$ 258,56	R$ 332,80

Elviane Moraes Bomfim

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25 jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 0,00% 28,72%
BDI MAT.: 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
11.1.19	SEINFRA	C3860	SPLIT SYSTEM COMPLETO C/ CONTROLE REMOTO - CAP. 1,00 TR (FORNECIMENTO E MONTAGEM)	UN	2,00	2,00	R$ 2.735,44	R$ 3.521,05	R$ 5.470,88	R$ 7.042,10
11.2			***SISTEMA DE SPLIT***						***R$ 150.344,91***	***R$ 193.518,46***
11.2.1	SEINFRA	C3860	SPLIT SYSTEM COMPLETO C/ CONTROLE REMOTO - CAP. 1,00 TR (FORNECIMENTO E MONTAGEM)	UN	15,00	15,00	R$ 2.735,44	R$ 3.521,05	R$ 41.031,60	R$ 52.815,75
11.2.2	SEINFRA	C3861	SPLIT SYSTEM COMPLETO C/ CONTROLE REMOTO - CAP. 1,50 TR (FORNECIMENTO E MONTAGEM)	UN	3,00	3,00	R$ 4.135,99	R$ 5.323,84	R$ 12.407,97	R$ 15.971,52
11.2.3	SEINFRA	C3862	SPLIT SYSTEM COMPLETO C/ CONTROLE REMOTO - CAP. 2,00 TR (FORNECIMENTO E MONTAGEM)	UN	9,00	9,00	R$ 5.116,67	R$ 6.586,17	R$ 46.050,03	R$ 59.275,53
11.2.4	SEINFRA	C3865	SPLIT SYSTEM COMPLETO C/ CONTROLE REMOTO - CAP. 4,00 TR (FORNECIMENTO E MONTAGEM)	UN	4,00	4,00	R$ 9.353,69	R$ 12.040,06	R$ 37.414,76	R$ 48.160,24
11.2.5	SEINFRA	C4377	CABO EM PVC 1000V 2,5 mm²	M	122,60	122,60	R$ 7,17	R$ 9,22	R$ 879,04	R$ 1.130,37
11.2.6	SEINFRA	C4377	CABO EM PVC 1000V 2,5 mm²	M	122,60	122,60	R$ 7,17	R$ 9,22	R$ 879,04	R$ 1.130,37
11.2.7	SEINFRA	C4377	CABO EM PVC 1000V 2,5 mm²	M	122,60	122,60	R$ 7,17	R$ 9,22	R$ 879,04	R$ 1.130,37
11.2.8	SEINFRA	C4377	CABO EM PVC 1000V 2,5 mm²	M	122,60	122,60	R$ 7,17	R$ 9,22	R$ 879,04	R$ 1.130,37
11.2.9	SEINFRA	C0554	CABO EM PVC 1000V 4MM2	M	40,10	40,10	R$ 8,67	R$ 11,16	R$ 347,66	R$ 447,51
11.2.10	SEINFRA	C0554	CABO EM PVC 1000V 4MM2	M	40,10	40,10	R$ 8,67	R$ 11,16	R$ 347,66	R$ 447,51
11.2.11	SEINFRA	C0554	CABO EM PVC 1000V 4MM2	M	40,10	40,10	R$ 8,67	R$ 11,16	R$ 347,66	R$ 447,51
11.2.12	SEINFRA	C0554	CABO EM PVC 1000V 4MM2	M	40,10	40,10	R$ 8,67	R$ 11,16	R$ 347,66	R$ 447,51
11.2.13	SEINFRA	C1158	DUTO PERFURADO - ELETROCALHA CHAPA DE AÇO (50X50)mm	M	14,00	14,00	R$ 53,98	R$ 69,48	R$ 755,72	R$ 972,72
11.2.14	SEINFRA	C1159	DUTO PERFURADO - ELETROCALHA CHAPA DE AÇO (75X75)mm	M	12,80	12,80	R$ 59,15	R$ 76,13	R$ 757,12	R$ 974,46
11.2.15	SEINFRA	C4536	ELETRODUTO DE ALUMÍNIO, INCLUSIVE CONEXÕES DE 3"	M	64,30	64,30	R$ 109,19	R$ 140,54	R$ 7.020,91	R$ 9.036,72
12.0			**SISTEMA DE GASES MEDICINAIS**						R$ 1.569.852,50	R$ 1.596.988,03
12.1	SINAPI	103835	TUBO EM COBRE RÍGIDO, DN 15 MM, CLASSE A, SEM ISOLAMENTO, INSTALADO EM RAMAL E SUB-RAMAL DE GÁS MEDICINAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	M	610,00	610,00	R$ 66,18	R$ 85,18	R$ 40.369,80	R$ 51.959,80
12.2	SINAPI	103836	TUBO EM COBRE RÍGIDO, DN 22 MM, CLASSE A, SEM ISOLAMENTO, INSTALADO EM RAMAL E SUB-RAMAL DE GÁS MEDICINAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	M	107,00	107,00	R$ 102,95	R$ 132,51	R$ 11.015,65	R$ 14.178,57

Tiloane Marques Bona

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25 jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 0,00% 28,72%
BDI MAT.: 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
12.6	SINAPI	97336	TUBO EM COBRE RÍGIDO, DN 28 MM, CLASSE A, SEM ISOLAMENTO, INSTALADO EM PRUMADA DE GÁS COMBUSTÍVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	M	84,00	84,00	R$ 109,18	R$ 140,53	R$ 9.171,12	R$ 11.804,52
12.11	SINAPI	92317	TE EM COBRE, DN 15 MM, SEM ANEL DE SOLDA, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE HIDRÁULICA PREDIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	21,00	21,00	R$ 18,86	R$ 24,27	R$ 396,06	R$ 509,67
12.12	SINAPI	92318	TE EM COBRE, DN 22 MM, SEM ANEL DE SOLDA, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE HIDRÁULICA PREDIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	39,00	39,00	R$ 29,82	R$ 38,38	R$ 1.162,98	R$ 1.496,82
12.13	SINAPI	92319	TE EM COBRE, DN 28 MM, SEM ANEL DE SOLDA, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE HIDRÁULICA PREDIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	11,00	11,00	R$ 42,17	R$ 54,28	R$ 463,87	R$ 597,08
12.22	SINAPI	92311	COTOVELO EM COBRE, DN 15 MM, 90 GRAUS, SEM ANEL DE SOLDA, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	157,00	157,00	R$ 13,45	R$ 17,31	R$ 2.111,65	R$ 2.717,67
12.23	SINAPI	92312	COTOVELO EM COBRE, DN 22 MM, 90 GRAUS, SEM ANEL DE SOLDA, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE HIDRÁULICA PREDIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	15,00	15,00	R$ 22,60	R$ 29,09	R$ 339,00	R$ 436,35
12.26	SINAPI	92288	COTOVELO EM COBRE, DN 28 MM, 90 GRAUS, SEM ANEL DE SOLDA, INSTALADO EM PRUMADA DE HIDRÁULICA PREDIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	12,00	12,00	R$ 29,11	R$ 37,47	R$ 349,32	R$ 449,64
12.31	SINAPI	93108	BUCHA DE REDUÇÃO EM COBRE, DN 22 MM X 15 MM, SEM ANEL DE SOLDA, PONTA X BOLSA, INSTALADO EM RAMAL E SUB-RAMAL DE HIDRÁULICA PREDIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	54,00	54,00	R$ 14,07	R$ 18,11	R$ 759,78	R$ 977,94
12.33	SINAPI	93057	BUCHA DE REDUÇÃO EM COBRE, DN 28 MM X 22 MM, SEM ANEL DE SOLDA, PONTA X BOLSA, INSTALADO EM PRUMADA DE HIDRÁULICA PREDIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	18,00	18,00	R$ 14,70	R$ 18,92	R$ 264,60	R$ 340,56
12.38	SINAPI	92314	LUVA EM COBRE, DN 15 MM, SEM ANEL DE SOLDA, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE HIDRÁULICA PREDIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	103,00	103,00	R$ 8,98	R$ 11,55	R$ 924,94	R$ 1.189,65

Elviane Marques Bomfim

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25 jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 0,00% 28,72%
BDI MAT.: 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
12.39	SINAPI	92315	LUVA EM COBRE, DN 22 MM, SEM ANEL DE SOLDA, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE HIDRÁULICA PREDIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	21,00	21,00	R$ 13,22	R$ 17,01	R$ 277,62	R$ 357,21
12.40	SINAPI	92316	LUVA EM COBRE, DN 28 MM, SEM ANEL DE SOLDA, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE HIDRÁULICA PREDIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	16,00	16,00	R$ 20,31	R$ 26,14	R$ 324,96	R$ 418,24
12.51	SINAPI	39777	CAIXA DE PASSAGEM METALICA DE SOBREPOR COM TAMPA PARAFUSADA, DIMENSOES 80 X 80 X 20 CM	UN	3,00	3,00	251,70	R$ 287,16	R$ 755,10	R$ 861,48
12.52	SEINFRA	I9150	PLACA DE ACRILICO TRANSPARENTE ADESIVADA PARA SINALIZACAO DE PORTAS, BORDA POLIDA, DE *25 X 8*, E = 6 MM (NAO INCLUI ACESSORIOS PARA FIXACAO)	UN	1,00	1,00	R$ 57,79	R$ 65,93	R$ 57,79	R$ 65,93
12.53	SINAPI - INS	12898	MANÔMETRO COM CAIXA EM AÇO PINTADO, ESCALA *10* KGF/CM2 (*10* BAR), DIÂMETRO NOMINAL DE 100 MM, CONEXÃO DE 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00	2,00	R$ 181,71	R$ 233,89	R$ 363,42	R$ 467,78
12.54	SINAPI	95249	VÁLVULA DE ESFERA BRUTA, BRONZE, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	2,00	2,00	R$ 60,10	R$ 77,36	R$ 120,20	R$ 154,72
12.55	SINAPI	95248	VÁLVULA DE ESFERA BRUTA, BRONZE, ROSCÁVEL, 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	2,00	2,00	R$ 50,88	R$ 65,49	R$ 101,76	R$ 130,98
12.56	SINAPI	95253	VÁLVULA DE ESFERA BRUTA, BRONZE, ROSCÁVEL, 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	3,00	3,00	R$ 220,96	R$ 284,41	R$ 662,88	R$ 853,23
12.57	SINAPI	93054	CONECTOR EM BRONZE/LATÃO, DN 22 MM X 3/4", SEM ANEL DE SOLDA, BOLSA X ROSCA F, INSTALADO EM PRUMADA DE HIDRÁULICA PREDIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	9,00	9,00	R$ 23,65	R$ 30,44	R$ 212,85	R$ 273,96
12.58	SINAPI	93104	CONECTOR EM BRONZE/LATÃO, DN 15 MM X 1/2", SEM ANEL DE SOLDA, BOLSA X ROSCA F, INSTALADO EM RAMAL E SUB-RAMAL DE HIDRÁULICA PREDIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2022	UN	9,00	9,00	R$ 19,64	R$ 25,28	R$ 176,76	R$ 227,52

Kilmore Borges Barros

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25 jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 0,00% 28,72%
BDI MAT.: 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
12.60	MERCADO	12	Fornecimento e instalação de central de backup de oxigênio medicinal por cilindros estacionários, destinada à continuidade do suprimento de gases medicinais em caso de contingência ou falha do sistema principal. A central deverá possuir arranjo mínimo 2 x 6, totalizando 12 cilindros de O_2 medicinal, com painel de redução e controle de pressão, reguladores de alta vazão, válvulas de segurança, chicotes flexíveis para conexão dos cilindros, válvulas de fechamento rápido, instrumentos de monitoramento e interligação à rede hospitalar existente. O sistema deverá ser entregue instalado, testado e em pleno funcionamento, atendendo às condições de segurança operacional exigidas para ambiente hospitalar.	UN	1,00	1,00	R$ 691.690,20	R$ 691.690,20	R$ 691.690,20	R$ 691.690,20
12.61	MERCADO	13	Fornecimento e instalação de central de vácuo clínico medicinal, destinada ao atendimento de áreas assistenciais hospitalares, incluindo centro cirúrgico, UTI, leitos e demais setores de atendimento. O sistema deverá possuir, no mínimo, 02 bombas de vácuo em configuração redundante, com operação automática e/ou manual, entrada automática da unidade reserva, quadro elétrico de comando, reservatório pulmão com capacidade mínima de 250 litros, dupla filtragem bacteriológica, painel de alarme operacional remoto e interligação à rede hospitalar existente. A central deverá ser fornecida instalada, testada e com partida assistida, atendendo às exigências da RDC nº 50/2002 da ANVISA e da ABNT NBR 12188, ou normas vigentes que venham a substituí-las.	UN	1,00	1,00	R$ 783.238,59	R$ 783.238,59	R$ 783.238,59	R$ 783.238,59
12.62	MERCADO	14	RÉGUA HOSPITALAR (TIPO R1) DE PVC DE SOBREPOR PARA ACABAMENTO DE GASES MEDICINAIS, PONTOS ELÉTRICOS E LÓGICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00	2,00	R$ 1.583,73	R$ 2.038,58	R$ 3.167,46	R$ 4.077,16
12.68	MERCADO	15	RÉGUA HOSPITALAR (TIPO R11) DE PVC DE SOBREPOR PARA ACABAMENTO DE GASES MEDICINAIS, PONTOS ELÉTRICOS E LÓGICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	10,00	10,00	R$ 1.170,07	R$ 1.506,11	R$ 11.700,70	R$ 15.061,10
12.69	MERCADO	16	PAINEL DE ALARME ELETRÔNICO, PARA 3 GASES, PARA REDE DE GASES MEDICINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	1,00	R$ 1.490,52	R$ 1.918,60	R$ 1.490,52	R$ 1.918,60
12.70	MERCADO	17	PAINEL DE ALARME ELETRÔNICO, PARA 4 GASES, PARA REDE DE GASES MEDICINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	1,00	R$ 3.426,09	R$ 4.410,06	R$ 3.426,09	R$ 4.410,06

Taliane Moraes Bonfim

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25 jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 0,00% 28,72%
BDI MAT.: 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
12.71	MERCADO	18	PAINEL DE ALARME ELETRÔNICO, PARA 5 GASES, PARA REDE DE GASES MEDICINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	1,00	R$ 4.756,84	R$ 6.123,00	R$ 4.756,83	R$ 6.123,00
13.0			REVESTIMENTO						R$ 381.256,60	R$ 490.701,62
13.1	SINAPI	87882	CHAPISCO APLICADO NO TETO OU EM ALVENARIA E ESTRUTURA, COM ROLO PARA TEXTURA ACRÍLICA. ARGAMASSA TRAÇO 1:4 E EMULSÃO POLIMÉRICA (ADESIVO) COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	M2	4.637,68	4.637,68	R$ 6,14	R$ 7,90	R$ 28.475,35	R$ 36.637,67
13.2	SEINFRA	C1211	EMBOÇO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO, ARENOSO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:7:3 ESP.= 20mm P/ PAREDE	M2	3.397,88	3.397,88	R$ 34,28	R$ 44,12	R$ 116.479,32	R$ 149.914,46
13.3	SEINFRA	C1217	EMBOÇO C/ ARGAMASSA MISTA CIMENTO, CAL HIDRATADA E AREIA S/ PENEIRAR TRAÇO 1:2:11 ESP=20 mm P/ TETO	M2	1.239,79	1.239,79	R$ 38,88	R$ 50,04	R$ 48.203,03	R$ 62.039,09
13.4	SEINFRA	C3546	MUTIRÃO MISTO - REBOCO C/ ARGAMASSA DE CAL TRAÇO 1:4 P/PAREDE	M2	2.516,93	2.516,93	R$ 15,81	R$ 20,35	R$ 39.792,66	R$ 51.219,52
13.5	SEINFRA	C4435	PORCELANATO RETIFICADO POLIDO C/ ARG. CIMENTO E AREIA P/ PAREDE	M2	880,94	880,94	R$ 155,38	R$ 200,00	R$ 136.880,45	R$ 176.188,00
13.6	SEINFRA	C2828	REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, JUNTA ENTRE 6mm E 10mm EM CERÂMICA, ACIMA DE 30x30 cm (900 cm²) E PORCELANATOS (PAREDE/PISO)	M2	880,94	880,94	R$ 12,97	R$ 16,69	R$ 11.425,79	R$ 14.702,88
14.0			PISO						R$ 283.949,36	R$ 365.478,03
14.1	SEINFRA	C1611	LASTRO DE CONCRETO REGULARIZADO ESP.= 5CM	M2	1.239,79	1.239,79	R$ 45,88	R$ 59,05	R$ 56.881,56	R$ 73.209,59
14.2	SINAPI	87620	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 2CM. AF_07/2021	M2	1.239,79	1.239,79	R$ 31,97	R$ 41,15	R$ 39.636,08	R$ 51.017,35
14.3	SEINFRA	C4503	PISO VINÍLICO TIPO "PAVIFLEX", e=1,6mm - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M2	200,99	200,99	R$ 89,23	R$ 114,85	R$ 17.934,33	R$ 23.083,70
14.4	SEINFRA	C4440	PORCELANATO POLIDO C/ ARG. CIMENTO E AREIA P/ PISO	M2	883,37	883,37	R$ 146,85	R$ 189,02	R$ 129.722,88	R$ 166.974,59
14.5	SEINFRA	C2828	REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, JUNTA ENTRE 6mm E 10mm EM CERÂMICA, ACIMA DE 30x30 cm (900 cm²) E PORCELANATOS (PAREDE/PISO)	M2	883,37	883,37	R$ 12,97	R$ 16,69	R$ 11.457,30	R$ 14.743,44
14.6	SINAPI	98689	SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	M	169,64	169,64	R$ 97,88	R$ 125,99	R$ 16.604,36	R$ 21.372,94

Kilviane Marques Barros

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25 jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SI SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 0,00% 28,72% **BDI MAT.:** 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL S/BDI	TOTAL
14.7	SEINFRA	C1869	PEITORIL DE GRANITO L= 15 cm	M	46,64	46,64	R$ 95,24	R$ 122,59	R$ 4.441,99	R$ 5.717,59
14.8	SEINFRA	C1430	GRAMA EM PLACAS E=6 CM FORNECIMENTO E PLANTIO	M2	336,77	336,77	R$ 21,59	R$ 27,79	R$ 7.270,86	R$ 9.358,83
15.0			**PINTURA**						R$ 124.967,14	R$ 160.829,01
15.1	SEINFRA	C2461	TEXTURA ACRÍLICA 1 DEMÃO EM PAREDES EXTERNAS	M2	1.571,19	1.571,19	R$ 13,81	R$ 17,77	R$ 21.698,13	R$ 27.920,04
15.2	SEINFRA	C1208	EMASSAMENTO DE PAREDES INTERNAS 2 DEMÃOS C/MASSA DE PVA	M2	2.516,94	2.516,94	R$ 12,83	R$ 16,51	R$ 32.292,34	R$ 41.554,67
15.3	SEINFRA	C1615	LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES INTERNAS S/MASSA	M2	2.516,94	2.516,94	R$ 21,07	R$ 27,12	R$ 53.031,92	R$ 68.259,41
15.4	SEINFRA	C1206	EMASSAMENTO DE ESQUADRIAS DE MADEIRA P/TINTA ÓLEO OU ESMALTE 2 DEMÃOS	M2	360,98	360,98	R$ 17,80	R$ 22,91	R$ 6.425,44	R$ 8.270,05
15.5	SEINFRA	C1280	ESMALTE DUAS DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE MADEIRA	M2	360,98	360,98	R$ 24,64	R$ 31,71	R$ 8.894,54	R$ 11.446,67
15.6	SEINFRA	C1279	ESMALTE DUAS DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE FERRO	M2	59,09	59,09	R$ 44,42	R$ 57,17	R$ 2.624,77	R$ 3.378,17
16.0			**LOUÇAS, ACESSÓRIOS E BANCADAS**						R$ 36.941,94	R$ 47.551,08
16.1	SEINFRA	C0348	BACIA DE LOUÇA BRANCA C/CAIXA ACOPLADA	UN	18,00	18,00	R$ 661,55	R$ 851,54	R$ 11.907,90	R$ 15.327,72
16.2	SEINFRA	C3513	CHUVEIRO CROMADO C/ ARTICULAÇÃO	UN	8,00	8,00	R$ 105,49	R$ 135,78	R$ 843,92	R$ 1.086,24
16.3	SEINFRA	C1151	DUCHA P/ WC CROMADO (INSTALADO)	UN	18,00	18,00	R$ 72,80	R$ 93,70	R$ 1.310,40	R$ 1.686,60
16.4	SEINFRA	C2254	SABONETEIRA DE LOUÇA BRANCA (15X15)cm S/ALÇA	UN	26,00	26,00	R$ 76,78	R$ 98,83	R$ 1.996,28	R$ 2.569,58
16.5	SEINFRA	C0515	CABIDE DE LOUÇA BRANCA C/DOIS GANCHOS	UN	13,00	13,00	R$ 57,53	R$ 74,05	R$ 747,89	R$ 962,65
16.6	SEINFRA	C0516	CABIDE DE LOUÇA BRANCA C/ UM GANCHO	UN	13,00	13,00	R$ 61,66	R$ 79,36	R$ 801,58	R$ 1.031,68
16.7	SEINFRA	C3996	BANCADA EM GRANITO P/ LAVATÓRIO, INCL. LOUÇA BRANCA E ACESSÓRIOS	CJ	13,00	13,00	R$ 914,53	R$ 1.177,18	R$ 11.888,89	R$ 15.303,34
16.8	SEINFRA	C1792	MICTORIO DE LOUÇA BRANCA	UN	2,00	2,00	R$ 636,24	R$ 818,96	R$ 1.272,48	R$ 1.637,92
16.9	SEINFRA	C3997	BANCADA EM GRANITO P/ PIA DE COZINHA, INCL. CUBA DE AÇO INOX E ACESSÓRIOS	CJ	3,00	3,00	R$ 995,88	R$ 1.281,89	R$ 2.987,64	R$ 3.845,67
16.10	SEINFRA	C3682	TANQUE LAVANDERIA EM AÇO INOX C/CUBA E ESFREGADOR DIMENSÃO 1200X600X200MM	UN	2,00	2,00	R$ 1.592,48	R$ 2.049,84	R$ 3.184,96	R$ 4.099,68
17.0			**SERVIÇOS OPERACIONAIS E DIVERSOS**						R$ 23.580,60	R$ 30.352,10
174.1	SEINFRA	C1251	ESCADA DE MARINHEIRO,C/TUBO GALVANIZADO 3/4",H=VAR	M	3,00	3,00	R$ 358,36	R$ 461,28	R$ 1.075,08	R$ 1.383,84
17.2	SEINFRA	C0360	BANCO DE MADEIRA C/ESTRUTURA DE FERRO - L= 3.00m	UN	2,00	2,00	R$ 1.181,52	R$ 1.520,85	R$ 2.363,04	R$ 3.041,70
174.2	SEINFRA	C3451	LIXEIRA EM FIBRA DE VIDRO CAP.=40L e DIAM.=35cm	UN	8,00	8,00	R$ 365,29	R$ 470,20	R$ 2.922,32	R$ 3.761,60
17.3	SEINFRA	C1628	LIMPEZA GERAL	M2	1.332,83	1.332,83	R$ 12,92	R$ 16,63	R$ 17.220,16	R$ 22.164,96

Kaluiane Moraes Barros

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

DATA: jan/25
FONTE: SEINFRA 28.1 / SINAPI 12/2023
BDI SER.: 28,72%
BDI MAT.: 14,09%

ITEM	FONTE	COD.	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	VLR. S/ BDI	VLR. C/ BDI	TOTAL
							VALOR TOTAL DO CUSTO:	R$ 4.946.485,55
							VALOR DO BDI:	R$ 995.541,71
							VALOR TOTAL COM CUSTO E BDI:	R$ 5.942.027,26

Importa à esse orçamento o valor total de cinco milhões novecentos e quarenta e dois mil e vinte e sete reais e vinte e seis centavos, com BDI de 28,72% de serviço e BDI 14,09% de aquisição de materiais, adicionado ao valor de custo da obra.

Kelviane Marques Barros
Engenheira Civil
CREA - CE Nº 389894CE
CPF: 071.814.543-74

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

LOCAL: CENTRO

MEMORIAL DE CALCULO 01

1.0			**SERVIÇOS PRELIMINARES**			
1.1			PLACAS PADRÃO DE OBRA			
	larg.	compr.		total (m²)		
	3,00	2,00		6,00		
1.2			LOCAÇÃO DA OBRA E GABARITO			
	área nova			584,97	Critério = 793,09m² - (23,11+62,89+122,12)	
	área modificada			434,00	Critério = 62,89+122,12+162,37+86,62)	
	total (m²)			1018,97		

2.0			**DEMOLIÇOES E RETIRADAS**		
2.1			PORTAS E JANELAS DE MADEIRA		
Potas	larg	comp.	Quant.	Total	Descrição
	1,00	2,20	1,00	2,20	porta principal em madeira
	0,80	2,10	17,00	28,56	porta de acesso as salas
	0,60	2,10	10,00	12,60	porta de entrada de banheiro
Janelas					
	0,40	0,40	6,00	0,96	janelas
	1,00	0,40	3,00	1,20	janelas
	1,20	0,40	5,00	2,40	janelas
	0,80	0,40	3,00	0,96	janelas
Total de Esquadrias				48,88	
2.2			ESQUADRIAS METÁLICAS		
	larg	comp.	Quant.	Total	Descrição
	2,40	2,20	1,00	5,28	Portão de entrada no canto da fachada
2.3			METAIS SANITÁRIOS		
	Saboneteiras			6	
	Cabides			4	
	Porta papel			6	
	espelhos			6	
	Total de Metais			22	
2.4			LOUÇAS SANITÁRIAS		
	Bacia sanitária			6	
	Lavatório			6	
	pia			1	
	Chuveiros			4	
	Duchas			6	
	Total de Louças			23	
2.5			PISO CERÂMICO SOBRE LASTRO		
	Área	Esp.	Equação		Descrição
	162,37				Setor 01. área demolida na entrada norte
	86,62				Setor 02. área demolida lado norte central
	62,89				Setor 03. área demolida lado norte leste
	122,12				Setor 04. área demolida lado leste sul
Total	434,00				
2.6			REVESTIMENTO DE BANHEIRO E COZINHA		
	perim.	altura	Equação		
1.0	7,86	3,00	23,58		wc demolido
2.0	6,62	3,00	19,86		wc demolido
3.0	6,98	3,00	20,94		wc demolido
4.0	9,02	3,00	27,06		vestiário demolido
5.0	5,78	3,00	17,34		wc demolido
6.0	8,00	3,00	24,00		wc demolido

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

LOCAL: CENTRO

MEMORIAL DE CALCULO 01

7.0	7,90	3,00	23,70	wc demolido
8.0	10,00	3,00	30,00	wc demolido
9.0	7,60	3,00	22,80	copa
10.0	4,76	3,00	14,28	wc demolido
	Total de revest.		223,56	

2.7			COBERTURA COM TELHAS	
	Área	Perc	Equação	Descrição
	162,37	1,14	185,10	Setor 01. área demolida na entrada norte
	86,62	1,14	98,75	Setor 02. área demolida lado norte central
	62,89	1,14	71,69	Setor 03. área demolida lado norte leste
	122,12	1,14	139,22	Setor 04. área demolida lado leste sul
Total			494,76	

2.8			ALVENARIAS DIVERSAS		
	Perim	Altura	Esp.:	Equação	Descrição
	138,13	3,00	0,15	62,16	Paredes de 15cm de espeçura
	54,90	3,00	0,25	41,18	Paredes de 25cm de espeçura
	0,60	3,00	0,20	0,36	03 pilares de 20x20cm.
				0,00	
Total				103,70	

3.0			MOVIMENTAÇÃO DE TERRA		
3.1			ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO OU SAPATA		
	L1	L2	PROF.	Equação	LOCAL
	1,00	1,20	1,15	1,94	Escavações na uti
	1,00	1,70	1,15	3,83	Escavações na uti
	1,00	1,40	1,15	2,50	Escavações na uti
	1,00	1,30	1,15	2,25	Escavações na uti
	1,00	1,65	1,15	3,52	Escavações na uti
	1,00	1,15	1,15	1,87	Escavações na uti
	4,00	1,30	1,15	9,98	Escavações na uti
	2,00	1,15	1,15	4,03	Escavações na uti
	1,00	1,50	1,15	2,76	Escavações na uti
	2,00	1,20	1,15	4,34	Escavações na uti
	1,00	1,40	1,15	2,67	Escavações na uti
	1,00	1,85	1,15	4,60	Escavações na uti
	1,00	2,05	1,15	5,44	Escavações na uti
	3,00	1,65	1,15	11,17	Escavações na uti
	2,00	0,95	1,15	2,90	Escavações na uti
	1,00	1,30	1,15	2,33	Escavações na uti
	1,00	1,55	1,15	3,23	Escavações na uti
	2,00	1,00	0,85	1,15	2,40 Escavações na uti
	1,00	0,90	1,05	1,15	1,32 Escavações na uti
	2,00	0,90	0,75	1,15	1,96 Escavações na uti
	1,00	0,70	0,90	1,15	0,92 Escavações na uti
	1,00	1,00	1,15	1,15	1,58 Escavações na uti
	1,00	0,90	0,70	1,05	0,84 Escavações no laboratório
	1,00	1,15	0,95	1,05	1,38 Escavações no laboratório
	1,00	0,55	0,70	1,05	0,55 Escavações no laboratório
	13,00	0,90	1,05	1,05	15,70 Escavações no laboratório
	2,00	0,80	0,95	1,05	1,98 Escavações no laboratório
	1,00	1,05	1,20	1,05	1,57 Escavações no laboratório

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

LOCAL: CENTRO

MEMORIAL DE CALCULO 01

1,00	0,80	0,90	1,05	0,95	Escavações no laboratório
3,00	0,75	0,90	1,05	2,68	Escavações no laboratório
2,00	0,75	0,95	1,05	1,87	Escavações no laboratório
8,00	1,00	1,15	1,05	11,55	Escavações no laboratório
1,00	0,75	0,95	1,10	0,98	Centro de Imagem
1,00	0,80	0,95	1,10	1,04	Centro de Imagem
2,00	0,85	1,05	1,10	2,40	Centro de Imagem
2,00	0,95	1,10	1,10	2,77	Centro de Imagem
2,00	1,00	1,20	1,10	3,15	Centro de Imagem
1,00	0,95	1,15	1,10	1,44	Centro de Imagem
8,00	1,05	1,25	1,10	13,66	Centro de Imagem
1,00	1,00	1,35	1,10	1,75	Centro de Imagem
2,00	1,30	1,15	1,10	3,85	Centro de Imagem
7,00	1,15	1,35	1,10	13,96	Centro de Imagem
3,00	1,20	1,40	1,10	6,44	Centro de Imagem
10,00	1,25	1,40	1,10	22,28	Centro de Imagem
2,00	1,35	1,55	1,10	5,26	Centro de Imagem
6,00	1,35	1,50	1,10	15,31	Centro de Imagem
1,00	1,45	1,75	1,10	3,15	Centro de Imagem
3,00	1,50	1,70	1,10	9,50	Centro de Imagem
1,00	1,70	1,60	1,10	3,37	Centro de Imagem
2,00	1,65	1,85	1,10	7,51	Centro de Imagem
TOTAL DO VOLUME DE ESCAÇÃO:				234,43	

3.2			COMPACTAÇÃO MECÂN	Critério = Área do fundo da vala escavada.
L1	L2		PROF.	Equação	LOCAL
1,00	1,20	1,20		1,69	Escavações na uti
1,00	1,70	1,75		3,33	Escavações na uti
1,00	1,40	1,35		2,18	Escavações na uti
1,00	1,30	1,30		1,96	Escavações na uti
1,00	1,65	1,65		3,06	Escavações na uti
1,00	1,15	1,20		1,63	Escavações na uti
4,00	1,30	1,45		8,68	Escavações na uti
2,00	1,15	1,30		3,50	Escavações na uti
1,00	1,50	1,40		2,40	Escavações na uti
2,00	1,20	1,35		3,77	Escavações na uti
1,00	1,40	1,45		2,33	Escavações na uti
1,00	1,85	1,95		4,00	Escavações na uti
1,00	2,05	2,10		4,73	Escavações na uti
3,00	1,65	1,75		9,71	Escavações na uti
2,00	0,95	1,10		2,52	Escavações na uti
1,00	1,30	1,35		2,03	Escavações na uti
1,00	1,55	1,60		2,81	Escavações na uti
2,00	1,00	0,85		2,09	Escavações na uti
1,00	0,90	1,05		1,15	Escavações na uti
2,00	0,90	0,75		1,70	Escavações na uti
1,00	0,70	0,90		0,80	Escavações na uti
1,00	1,00	1,15		1,38	Escavações na uti
1,00	0,90	0,70		0,80	Escavações no laboratório
1,00	1,15	0,95		1,31	Escavações no laboratório
1,00	0,55	0,70		0,52	Escavações no laboratório
13,00	0,90	1,05		14,95	Escavações no laboratório

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

LOCAL: CENTRO

MEMORIAL DE CALCULO 01

2,00	0,80	0,95	1,89	Escavações no laboratório
1,00	1,05	1,20	1,50	Escavações no laboratório
1,00	0,80	0,90	0,90	Escavações no laboratório
3,00	0,75	0,90	2,55	Escavações no laboratório
2,00	0,75	0,95	1,79	Escavações no laboratório
8,00	1,00	1,15	11,00	Escavações no laboratório
1,00	0,75	0,95	0,89	Centro de Imagem
1,00	0,80	0,95	0,95	Centro de Imagem
2,00	0,85	1,05	2,19	Centro de Imagem
2,00	0,95	1,10	2,52	Centro de Imagem
2,00	1,00	1,20	2,86	Centro de Imagem
1,00	0,95	1,15	1,31	Centro de Imagem
8,00	1,05	1,25	12,42	Centro de Imagem
1,00	1,00	1,35	1,60	Centro de Imagem
2,00	1,30	1,15	3,50	Centro de Imagem
7,00	1,15	1,35	12,69	Centro de Imagem
3,00	1,20	1,40	5,85	Centro de Imagem
10,00	1,25	1,40	20,25	Centro de Imagem
2,00	1,35	1,55	4,79	Centro de Imagem
6,00	1,35	1,50	13,92	Centro de Imagem
1,00	1,45	1,75	2,87	Centro de Imagem
3,00	1,50	1,70	8,64	Centro de Imagem
1,00	1,70	1,60	3,06	Centro de Imagem
2,00	1,65	1,85	6,83	Centro de Imagem
TOTAL DA COMPACTAÇÃO:			211,80	

3.3	LASTRO DE CONCRETO EM FUNDO DE VALA	
	Equação	Critério = Área compactada no fundo da vala
Somatório da área de compacação	67,45	uti
Somatório da área de compacação	37,21	laboratório
Somatório da área de compacação	107,14	centro de imagem
TOTAL DO LASTRO COMPACTADO:	211,80	

3.4	VOLUME DO REATERRO		Critério = Escavação - (concreto da sapata + Lastro)
		Valores	
Escavação		234,43	
Concreto		67,64	
Lastro		10,59	lastro em m³
	Equação	156,20	

4.0	ESTRUTURA (INFRA / SUPRAESTRUTURA)		
4.0	*INFRAESTRUTURA*		
4.1.1	CONCRETO SLIMPLES FCK 25MPA		
	SAPATAS		
		Volume	Equação (Obtida do projeto de cálculo estrutural)
		23,9	Volume das sapatas da Uti
		10,57	Volume das sapatas do Laboratório
		33,17	Volume das sapatas do Centro de Imagens
TOTAL DE SAPATAS		67,64	
	VIGAMENTO DE BASE		
		14,25	Volume das vigas de base da Uti

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

LOCAL: CENTRO

MEMORIAL DE CALCULO 01

	8,46	Volume das vigas de base do Laboratório
	18,26	Volume das vigas de base do Centro de Imagens
	40,97	
TOTAL DE CONCRETO DE BASE:	108,61	Concreto de sapata e vigas de base.
4.1.2 ARMADURA CA-50 - 6,3 a 10,0mm²		
SAPATAS		
	Peso(Kg)	Equação (Obtida do projeto de cálculo estrutural)
	698,5	Volume das sapatas da Uti
	548,5	Volume das sapatas do Laboratório
	1259,7	Volume das sapatas do Centro de Imagens
TOTAL DE SAPATAS	2506,7	
VIGAMENTO DE BASE		
	773,7	Volume das vigas de base da Uti
	450,7	Volume das vigas de base do Laboratório
	17,6	Volume das vigas de base do Centro de Imagens
	1242	
TOTAL AÇO-CA50 6,3/10mm²:	3748,7	
4.1.3 ARMADURA CA-50 - 12,5mm²		
SAPATAS		
	Peso(Kg)	Equação (Obtida do projeto de cálculo estrutural)
	636,2	Aço das sapatas da Uti
	206,6	Aço das sapatas do Laboratório
	495,7	Aço das sapatas do Centro de Imagens
TOTAL DE SAPATAS	1338,5	
VIGAMENTO DE BASE		
	60,1	Aço das vigas de base da Uti
		Aço das vigas de base do Laboratório
		Aço das vigas de base do Centro de Imagens
	60,1	
TOTAL AÇO	1398,6	
4.1.4 ARMADURA CA-60 FINA D=3,40 A 6,40mm		
SAPATAS		
	Peso(Kg)	Equação (Obtida do projeto de cálculo estrutural)
	64,2	Aço das sapatas da Uti
	71	Aço das sapatas do Laboratório
	125,3	Aço das sapatas do Centro de Imagens
TOTAL DE SAPATAS	260,5	
VIGAMENTO DE BASE		
	202,2	Aço das vigas de base da Uti
	129,4	Aço das vigas de base do Laboratório
	281,4	Aço das vigas de base do Centro de Imagens
	613	
TOTAL AÇO	873,5	
4.1.5 FORMA PLANA CHAPA COMPENSADA PLASTIFICADA, ESP.= 12mm UTIL. 5X		
SAPATAS		
	Área (/5x)	Equação (Obtida do projeto de cálculo estrutural)
	19,37	Aço das sapatas da Uti

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

LOCAL: CENTRO

MEMORIAL DE CALCULO 01

	15,412	Aço das sapatas do Laboratório
	24,812	Aço das sapatas do Centro de Imagens
TOTAL DE SAPATAS	59,59	
VIGAMENTO DE BASE		
	45,45	Aço das vigas de base da Uti
	27,38	Aço das vigas de base do Laboratório
	59,114	Aço das vigas de base do Centro de Imagens
	131,94	
TOTAL AÇO-CA50 12,5mm²:	191,53	
4.2 SUPRA ESTRUTURA		
4.2.1 CONCRETO SLIMPLES FCK 25MPA		
PILARES		
	Volume	Equação (Obtida do projeto de cálculo estrutural)
	7,71	Uti
	5,8	Laboratório
	2,06	Centro de Imagens
TOTAL DE PILARES	15,57	
VIGAMENTO COBERTA		
	24,04	Uti
	10,94	Laboratório
	28,74	Centro de Imagens
TOTAL DE VIGAMENTO	63,72	
LAJE DE COBERTA		
	24,71	Uti
	15,58	Laboratório
	37,81	Centro de Imagens
TOTAL DE LAJE	78,1	
TOTAL DO CONCRETO I. ESTRUT.	157,39	
4.2.2 ARMADURA CA-50 - 6,3 a 10,0mm²		
PILARES		
	Peso(Kg)	Equação (Obtida do projeto de cálculo estrutural)
	121,3	Uti
	317	Laboratório
	168,7	Centro de Imagens
TOTAL DE PILARES	607	
VIGAMENTO		
	1024,1	Uti
	606,7	Laboratório
	1365,9	Centro de Imagens
TOTAL DE VIGAMENTO	2996,7	
LAJE		
	164	Uti
	129,1	Laboratório
	231,9	Centro de Imagens
TOTAL DE LAJE	525	
VIGOTAS DA LAJE		
	547,9	Uti
		Laboratório
	891	Centro de Imagens
TOTAL DE VIGOTAS	1438,9	
TOTAL AÇO	5567,6	

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

LOCAL: CENTRO

MEMORIAL DE CALCULO 01

4.2.3	ARMADURA CA-50 - 12,5mm²		
	PILARES		
		Peso(Kg)	Equação (Obtida do projeto de cálculo estrutural)
		906,8	Uti
		295,6	Laboratório
		343,6	Centro de Imagens
	TOTAL DE PILARES	1546	
	VIGAMENTO		
		802,4	Uti
		49,6	Laboratório
		818	Centro de Imagens
	TOTAL DE VIGAMENTO	1670	
	LAJE		
			Uti
			Laboratório
		27,3	Centro de Imagens
	TOTAL DE LAJE	27,3	
	VIGOTAS DA LAJE		
			Uti
			Laboratório
		67,1	Centro de Imagens
	TOTAL DE VIGOTAS	67,1	
	TOTAL AÇO	3310,4	
4.2.4	ARMADURA CA-60 FINA D=3,40 A 6,40mm		
	PILARES		
		Peso(Kg)	Equação (Obtida do projeto de cálculo estrutural)
		170,4	Uti
		176,3	Laboratório
		130,9	Centro de Imagens
	TOTAL DE PILARES	477,6	
	VIGAMENTO		
		345,7	Uti
		162,9	Laboratório
		383,9	Centro de Imagens
	TOTAL DE VIGAMENTO	892,5	
	LAJE	678,1	
		479,3	Uti
		1050,2	Laboratório
			Centro de Imagens
	TOTAL DE LAJE	1529,5	
	VIGOTAS DA LAJE		
		746,9	Uti
			Laboratório
		1145,5	Centro de Imagens
	TOTAL DE VIGOTAS	1892,4	
	TOTAL AÇO	4792,0	
4.2.5	FORMA PLANA CHAPA COMPENSADA PLASTIFICADA, ESP.= 12mm UTIL. 5X		
	PILARES		
		ÀREA(m²)	Equação (Obtida do projeto de cálculo estrutural)

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

LOCAL: CENTRO

MEMORIAL DE CALCULO 01

	26,61	Uti
	22,846	Laboratório
	18,112	Centro de Imagens
TOTAL DE PILARES	67,57	
VIGAMENTO		
	70,65	Uti
	40,256	Laboratório
	84,782	Centro de Imagens
TOTAL DE VIGAMENTO	195,69	
TOTAL De FORMA	263,26	

5.0 PAREDES E PAINEIS

5.1 ALVENARIA DE TIJOLO FURADO

	perim.	altura	área:
U.T.I			
	15,78	3,80	59,96
	14,25	3,80	54,15
	33,28	3,80	126,46
	19,65	3,80	74,67
	16,25	3,80	61,75
	7,71	3,80	29,30
	10,34	3,80	39,29
	11,55	3,80	43,89
	9,10	3,80	34,58
	7,65	3,80	29,07
	4,90	3,80	18,62
	5,76	3,80	21,89
	4,30	3,80	16,34
	5,28	3,80	20,06
C. IMAGENS			0,00
	29,12	3,80	110,66
	8,50	3,80	32,30
	32,34	3,80	122,89
	4,30	3,80	16,34
	8,90	3,80	33,82
	18,50	3,80	70,30
	32,00	3,80	121,60
	13,95	3,80	53,01
	29,45	3,80	111,91
	5,13	3,80	19,49
	6,10	3,80	23,18
	3,60	3,80	13,68
	5,95	3,80	22,61
	12,69	3,80	48,22
	5,37	3,80	20,41
	3,50	3,80	13,30
	19,30	3,80	73,34
LABORAT.			0,00
	29,73	3,80	112,97
	18,96	3,80	72,05
	4,15	3,80	15,77
	13,56	3,80	51,53

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

LOCAL: CENTRO

MEMORIAL DE CALCULO 01

	9,90	3,80	37,62	
	14,20	3,80	53,96	
	19,35	3,80	73,53	
	11,20	3,80	42,56	
	11,00	3,80	41,80	
	4,00	3,80	15,20	
	14,60	3,80	55,48	
PLATEBANDA		1,10	0,00	
	15,00	1,10	16,50	
	16,25	1,10	17,88	
	61,73	1,10	67,90	
	68,85	1,10	75,74	
	5,80	1,10	6,38	
	10,90	1,10	11,99	
	61,77	1,10	67,95	
DESCONTO:				239,63
TOTAL DE ALVENARIA:			2134,27	

5.2 CHAPIM PREMOLDADO

COMP.	LARG	ÁREA
15,00	0,16	2,4
16,25	0,16	2,6
61,73	0,16	9,88
68,85	0,16	11,02
5,80	0,16	0,93
10,90	0,16	1,74
61,77	0,16	9,88

TOTAL DE CHAPIM: 38,45

5.3 VERGA PREMOLDADA RETA PORTAS

PORTA	QUANT	LARG	TOTAL
P1	22,00	0,80	22,00
P2	2,00	0,80	2,00
P3	7,00	0,90	7,70
P4	9,00	0,90	9,90
P5	2,00	1,00	2,40
P6	5,00	1,00	6,00
P7	5,00	1,60	9,00
P8	21,00	1,60	37,80
P9	1,00	1,60	1,80
P10	37,00	1,60	66,60
P11	1,00	3,00	3,20
P12	2,00	5,00	10,40
P13	3,00	0,90	3,30
P14	1,00	1,50	1,70
TOTAL DE VERGA			183,80

5.4 VERGA PREMOLDADA RETA JANELA

JANEL.	QUANT	LARG	TOTAL
J1	3,00	0,60	2,40
J2	19,00	0,80	19,00

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

LOCAL: CENTRO

MEMORIAL DE CALCULO 01

J3	12,00	1,00	14,40
J4	7,00	1,80	14,00
J5	2,00	0,80	2,00
TOTAL DE VERGA			51,80

5.5 CONTRA-VERGA PREMOLDADA RETA JANELA

JANEL.	QUANT	LARG	TOTAL
IGUAL A VERGA			51,80

5.6 RODAPÉ

LARG	COMP.	PERIM.	LOCAL
21,40	9,20	61,20	UTI 10 LEITOS
1,60	1,60	6,40	LEITO
1,85	4,85	13,40	UTILIDADES
1,00	4,85	11,70	CICULAÇAO
9,12	5,85	29,94	SALA TOMOGRAFIA
1,60	2,00	7,20	PNE
8,20	5,15	26,70	SALA RAIO X
1,85	4,00	11,70	CICULAÇAO
22,15	3,85	52,00	CICULAÇAO
2,81	3,40	12,42	CICULAÇAO
1,20	2,97	8,34	WC FUNC. FEM.
2,65	3,39	12,08	PNE MSC. FEM
1,20	2,50	7,40	WC FUNC. MAS.
1,50	1,45	5,90	DML
1,75	1,50	6,50	WC
1,50	1,70	6,40	PNE MAS.
1,50	1,70	6,40	PNE FEM
2,30	2,30	9,20	CICULAÇAO
23,11	3,20	52,62	CICULAÇAO
5,24	5,70	21,88	NECROTÉRIO
12,18	12,18	48,73	LABORAT.
5,72	5,72	22,88	LABORAT.
5,29	5,29	21,16	LABORAT.
2,00	2,00	8,00	LIXO 1
2,00	2,00	8,00	LIXO 2
2,00	2,00	8,00	LIXO 3
7,00	8,00	30,00	BOX
TOTAL DE ROD.		516,15	

6.0 COBERTURA

6.1 ESTRUTURA DE MADEIRA PARA TELHA METÁLICA

COMP	LARG	ÁREA	LOCAL
21,40	11,00	235,40	Uti
28,97	17,83	516,54	Centro de Imagem
33,31	8,82	293,79	Laboratório
TOTAL DE ESTRUTURA		1045,73	

6.2 ESTRUTURA DE MADEIRA PARA TELHA CERÂMICA

COMP	LARG	ÁREA	LOCAL
19,48	6,89	134,22	Uti
TOTAL DE ESTRUTURA		134,22	

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

LOCAL: CENTRO

MEMORIAL DE CALCULO 01

6.3	TELHA ONDULADA ALUMÍNIO					
	COMP	LARG		ÁREA	LOCAL	
	21,40	11,00		235,40	Uti	
	28,97	17,83		516,54	Centro de Imagem	
	33,31	8,82		293,79	Laboratório	
TOTAL DE ESTRUTURA				1045,73		
6.4	TELHA CERÂMICA					
	COMP	LARG		ÁREA	LOCAL	
	19,48	6,89		134,22	Uti	
TOTAL DE ESTRUTURA				134,22		
6.5	CUMEEIRA EM TELHA ONDULADA EM ALUMÍNIO					
	COMP			ÁREA	LOCAL	
	28,97			28,97	Uti	
	21,40			21,40	Centro de imagens	
TOTAL DE ESTRUTURA				50,37		
6.6	CUMEEIRA EM TELHA CERÂMICA					
	COMP			ÁREA	LOCAL	
	19,48			19,48	Uti	
				0,00		
TOTAL DE ESTRUTURA				19,48		
6.7	FORRO DE GESSO ACARTONADO ARAMADO - FORNECIMENTO E MONTAGEM					
	COMP			ÁREA	LOCAL	
				1239,80	Uti	
				0,00		
TOTAL DE ESTRUTURA				1239,80		
6.8	RUFO METÁLICO LARG. 33cm					
	COMP	QUANT	EQUAÇÃO	ÁREA	LOCAL	
	11,00	2,00	22,00		Uti	
	17,83	2,00	35,66		Centro de Imagens	
	8,82	2,00	17,64			
	1,20	2,00	2,40			
TOTAL DE ESTRUTURA		77,70		0,00		
6.9	RUFO PREMOLDADO					
	COMP	QUANT	EQUAÇÃO	ÁREA	LOCAL	
	6,70	2,00	13,40		Uti	
TOTAL DE ESTRUTURA		13,40		0,00		

7.0	**IMPERMEABILIZAÇÃO**				
7.1	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFICIE				
	COMP	LARG	QUANT	ÁREA	LOCAL

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

LOCAL: CENTRO

MEMORIAL DE CALCULO 01

	28,97	1,30	2,00	75,32	Centro de Imagem
	21,48	0,40	3,00	25,78	Uti
	33,31	1,30	1,25	54,13	Laboratório
TOTAL DA SUPERFICIE IMPERM.				155,23	

7.2	IMPERMEABILIZAÇÃO DE PISO				
	COMP	LARG	QUANT	ÁREA	LOCAL
	1,50	2,85	1,00	4,28	
	2,25	5,76	1,00	12,96	
	2,56	1,20	1,00	3,07	
	9,34	2,50	1,00	23,35	
	1,50	1,70	2,00	5,10	
	1,50	1,75	2,00	5,25	
	2,50	1,20	1,00	3,00	
	2,00	1,60	1,00	3,20	
	1,80	1,50	1,00	2,70	
	2,63	1,62	2,00	8,52	
	2,85	1,30	2,00	7,41	
	1,20	1,25	1,00	1,50	
	1,35	3,20	2,00	8,64	
				0,00	
TOTAL DA SUPERFICIE DE PISO				88,98	

7.3	IMPERMEABILIZAÇÃO DE PAREDE				
	COMP	LARG	ALT.	ÁREA	LOCAL
	1,60	1,60	3,30	21,12	
	1,60	2,00	3,30	23,76	
	8,20	5,15	3,30	88,11	
	1,20	2,97	3,00	25,02	
	2,65	3,39	3,00	36,24	
	1,20	2,50	3,00	22,2	
	1,50	1,45	3,00	17,7	
	1,75	1,50	3,00	19,5	
	1,50	1,70	3,00	19,2	
	1,50	1,70	3,00	19,2	
	12,18	12,18	3,00	146,175	
	5,24	5,70	3,00	65,64	
	5,72	5,72	3,00	68,64	
	5,29	5,29	3,00	63,48	
TOTAL DE PAREDE IMPERM.				635,99	

8.0	ESQUADRIAS (PORTAS/JANELAS/GRADES/COMBOGOS)	
8.1	***PORTAS***	
8.1.1	KIT DE PORTA DE 80 CM	
		QUANT
		24
TOTAL DE PORTAS		24

8.1.2	KIT DE PORTA DE 90 CM	
		QUANT
		16
TOTAL DE PORTAS		16

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

LOCAL: CENTRO

MEMORIAL DE CALCULO 01

8.1.3	PARANÁ S/ ACESSÓRIOS				
	LARG	ALT	QUANT	ÁREA	
	0,90	2,10	9,00	17,01	
	1,00	2,10	2,00	4,2	
	1,60	2,10	27,00	90,72	
	3,00	2,40	1,00	7,2	
	5,00	2,40	2,00	24	
	1,50	2,10	1,00	3,15	
TOTAL DE ÁREA DE PORTAS				146,28	
8.1.4	DOBRADIÇAS				
				QUANT	
				269	
TOTAL DE DOBRADIÇAS				269	
8.1.5	FECHADURA				
				QUANT	
				91	
TOTAL DE FECHADURA				91	
8.1.6	REVESTIMENTO LAMINADO				
				AREA DE PORTAS	
				292,56	
TOTAL				292,56	
8.1.7	PORTA DE ALUMINIO				
				AREA DE PORTA EM ALUMINIO	
				166,02	
TOTAL				166,02	
8.2	***JANELAS***				
8.2.1	ESQUADRIA				
	LARG	ALT	QUANT	ÁREA	
	0,60	0,60	3,00	1,08	
	0,80	0,60	19,00	9,12	
	1,00	0,60	12,00	7,2	
	1,80	0,60	7,00	7,56	
	0,80	1,10	2,00	1,76	
TOTAL DE ÁREA DE JANELAS				26,72	
8.2.2	EVIDRO				
	LARG	ALT	QUANT	ÁREA	
	0,60	0,60	3,00	1,08	
	0,80	0,60	19,00	9,12	
	1,00	0,60	12,00	7,2	
	1,80	0,60	7,00	7,56	
	0,80	1,10	2,00	1,76	
TOTAL DE ÁREA DE JANELAS				26,72	

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

LOCAL: CENTRO

MEMORIAL DE CALCULO 01

8.3	***GRADES***				
8.2.1	ESQUADRIA				
	LARG	ALT	QUANT	ÁREA	
	1,50	2,10	2,00	6,3	
	3,22	2,70	1,00	8,694	
	1,20	1,20	6,00	8,64	
TOTAL DE ÁREA DE JANELAS				23,63	
8.2.2	CHAPA DE AÇO FINA 3/16" (4,75MM - 38,00KG/M2)				
				KG	
				898,09	
TOTAL				898,09	

9.0	**INSTALAÇÕES HIDROSSANITARIAS E COMB. A INCENDIO**	
	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS E ÁGUAS	
9.1	***PLUVIAIS***	VER PLANILHA EM ANEXO AO PROJETO
9.2	***INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS***	VER PLANILHA EM ANEXO AO PROJETO
9.3	***PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO***	VER PLANILHA EM ANEXO AO PROJETO

10.0	**INSTALAÇÕES ELETRICAS / SPDA / CABEAMENTO ESTRUTURADO**	
10.1	***SPDA***	VER PLANILHA EM ANEXO AO PROJETO
10.2	***ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO***	VER PLANILHA EM ANEXO AO PROJETO
10.3	***CABEAMENTO ESTRUTURADO***	VER PLANILHA EM ANEXO AO PROJETO

11.0	**SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO**	
11.1	***SISTE DE CENTRO DE CLIMATIZAÇÃO***	VER PLANILHA EM ANEXO AO PROJETO
11.2	***SISTEMA DE SPLIT***	VER PLANILHA EM ANEXO AO PROJETO

12.0	**SISTEMA DE GASES MEDICINAIS**
	VER PLANILHA EM ANEXO AO PROJETO

13.0	**REVESTIMENTO**			
13.1	CHAPISCO			
		perim.	altura	área:
	U.T.I			
		15,78	2,80	88,37
		14,25	2,80	79,80
		33,28	2,80	186,37
		19,65	2,80	110,04
		16,25	2,80	91,00
		7,71	2,80	43,18
		10,34	2,80	57,90
		11,55	2,80	64,68
		9,10	2,80	50,96
		7,65	2,80	42,84
		4,90	2,80	27,44
		5,76	2,80	32,26
		4,30	2,80	24,08
		5,28	2,80	29,57
	C. IMAGENS			
		29,12	2,80	163,07

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

LOCAL: CENTRO

MEMORIAL DE CALCULO 01

	8,50	2,80	47,60	
	32,34	2,80	181,10	
	4,30	2,80	24,08	
	8,90	2,80	49,84	
	18,50	2,80	103,60	
	32,00	2,80	179,20	
	13,95	2,80	78,12	
	29,45	2,80	164,92	
	5,13	2,80	28,73	
	6,10	2,80	34,16	
	3,60	2,80	20,16	
	5,95	2,80	33,32	
	12,69	2,80	71,06	
	5,37	2,80	30,07	
	3,50	2,80	19,60	
	19,30	2,80	108,08	
LABORAT.				
	29,73	2,80	166,49	
	18,96	2,80	106,18	
	4,15	2,80	23,24	
	13,56	2,80	75,94	
	9,90	2,80	55,44	
	14,20	2,80	79,52	
	19,35	2,80	108,36	
	11,20	2,80	62,72	
	11,00	2,80	61,60	
	4,00	2,80	22,40	
	14,60	2,80	81,76	
PLATEBANDA				
	15,00	1,10	33,00	
	16,25	1,10	35,75	
	61,73	1,10	135,81	
	68,85	1,10	151,47	
	5,80	1,10	12,76	
	10,90	1,10	23,98	
	61,77	1,10	135,89	
CHAPISCO NO TETO			1239,79	239,63
TOTAL DE EMBOÇO NA ALVENARIA:			4637,67	

13.2	EMBOÇO NA PAREDE	3397,88	IGUAL AO CHAPISCO DA PAREDE

13.3	EMBOÇO NO TETO	LARG	COMP	área:
	U.T.I			
		12,01	21,40	257,01
		9,50	8,72	82,84
	C. IMAGENS			
		19,84	28,97	574,76
		2,35	7,00	16,45
	LABORAT.			
		6,26	12,40	77,62

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

LOCAL: CENTRO

MEMORIAL DE CALCULO 01

		8,45	27,35	231,11
DESCONTO:				
TOTAL DE EMBOÇO				1239,79
13.4	REBOCO			
	EMBOÇO DE PAREDE			3397,88
	PORCELANATO			880,94
	OUTROS REVEST.			
	TOTAL DE REOBOCO			2516,94
13.5	REVESTIMENTO EM PORCELANATO			
	COMP	LARG	ALT.	ÁREA
	1,60	1,60	2,80	17,92
	1,60	2,00	2,80	20,16
	8,20	5,15	2,80	74,76
	1,20	2,97	2,80	23,35
	2,65	3,39	2,80	33,82
	1,20	2,50	2,80	20,72
	1,50	1,45	2,80	16,52
	1,75	1,50	2,80	18,2
	1,50	1,70	2,80	17,92
	1,50	1,70	2,80	17,92
	12,18	12,18	2,80	136,43
	15,85	16,20	2,80	179,48
	4,00	9,28	2,80	74,37
	3,00	5,00	2,80	44,8
	5,24	5,70	2,80	61,26
	5,72	5,72	2,80	64,06
	5,29	5,29	2,80	59,25
TOTAL DE REVESTIMENTO				880,94
13.5	REJUNTE			
	COMP	LARG	ALT.	ÁREA
	1,60	1,60	2,80	17,92
	1,60	2,00	2,80	20,16
	8,20	5,15	2,80	74,76
	1,20	2,97	2,80	23,35
	2,65	3,39	2,80	33,82
	1,20	2,50	2,80	20,72
	1,50	1,45	2,80	16,52
	1,75	1,50	2,80	18,2
	1,50	1,70	2,80	17,92
	1,50	1,70	2,80	17,92
	12,18	12,18	2,80	136,43
	15,85	16,20	2,80	179,48
	4,00	9,28	2,80	74,37
	3,00	5,00	2,80	44,8
	5,24	5,70	2,80	61,26
	5,72	5,72	2,80	64,06
	5,29	5,29	2,80	59,25
TOTAL DE REVESTIMENTO				880,94

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

LOCAL: CENTRO

MEMORIAL DE CALCULO 01

14.0		PISO			
14.1	LASTRO				
		LARG	COMP	área:	
	U.T.I				
		12,01	21,40	257,01	
		9,50	8,72	82,84	
	C. IMAGENS				
		19,84	28,97	574,76	
		2,35	7,00	16,45	
	LABORAT.				
		6,26	12,40	77,62	
		8,45	27,35	231,11	
TOTAL				1239,79	

14.2	CONTRA PISO				
		LARG	COMP	área:	
	U.T.I				
		12,01	21,40	257,01	
		9,50	8,72	82,84	
	C. IMAGENS				
		19,84	28,97	574,76	
		2,35	7,00	16,45	
	LABORAT.				
		6,26	12,40	77,62	
		8,45	27,35	231,11	
TOTAL				1239,79	

14.3	PISO EM MANTA VINÍLICA		
		área:	
	U.T.I		
		177,06	posto de enfermagem da uti
		9,76	isolamento
		4,27	farmácia
		4,84	equipamentos
		5,06	rouparia
TOTAL		200,99	

14.4	PORCELANATO		
		área:	
		155,29	LABORATÓRIIO
		451,44	CENTRO DE IMAGENS
		84,73	UTI
		123,17	CIRCULAÇÃO
		68,74	ESPERA
TOTAL		883,37	

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

LOCAL: CENTRO

MEMORIAL DE CALCULO 01

14.5 REJUNTAMENTO DE PISO

	área:	
	155,29	LABORATÓRIIO
	451,44	CENTRO DE IMAGENS
	84,73	UTI
	123,17	CIRCULAÇÃO
	68,74	ESPERA
TOTAL	883,37	

14.6 SOLEIRAS

PORTA	QUANT	LARG	TOTAL
P1	22,00	0,80	19,36
P2	2,00	0,80	1,76
P3	7,00	0,90	6,86
P4	9,00	0,90	8,82
P5	2,00	1,00	2,16
P6	5,00	1,00	5,40
P7	5,00	1,60	8,40
P8	21,00	1,60	35,28
P9	1,00	1,60	1,68
P10	37,00	1,60	62,16
P11	1,00	3,00	3,08
P12	2,00	5,00	10,16
P13	3,00	0,90	2,94
P14	1,00	1,50	1,58
TOTAL DE SOLEIRAS			169,64

14.7 PEITORIL

JANEL.	QUANT	LARG	TOTAL
J1	3,00	0,60	2,04
J2	19,00	0,80	16,72
J3	12,00	1,00	12,96
J4	7,00	1,80	13,16
J5	2,00	0,80	1,76
TOTAL DE PEITORIL			46,64

14.8 GRAMA

COMP	LARG	TOTAL	
13,87	1,22	16,92	laboratório
58,10	3,64	211,48	centro de imagem uti
19,77	2,55	50,41	jardim interno
4,00	14,49	57,96	jardim externo
		0,00	
TOTAL DE GRAMA		336,77	

15.0 PINTURA

15.1 PAREDE EXTERNAS

PERIM.	ALT	ÁREA	
15,00	1,10	16,50	PLANTEBANDA
16,25	1,10	17,88	

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

LOCAL: CENTRO

MEMORIAL DE CALCULO 01

	61,73	1,10	67,90	
	68,85	1,10	75,74	
	5,80	1,10	6,38	
	10,90	1,10	11,99	
	61,77	1,10	67,95	
	76,82	4,80	368,74	FACHADA SUL
	58,14	4,80	279,07	FACHADA OESTE
	123,47	4,80	592,66	JARDIM CENTRO DE IMAGENS
	13,83	4,80	66,38	JARDIM LABORATORIO
TOTAL DE P. EXTERNAS			1571,19	

15.2	EMASSAMENTO DE PAREDES INTERNAS		
		2516,94	IGUAL A QUANTIDADE DE REBOCO INTERNO.

15.3	PAREDE INTERNA		
		2516,94	IGUAL A QUANTIDADE DE REBOCO INTERNO.

15.4 EMASSAMENTO EM MADEIRA

LARG	ALT	QUANT	ÁREA
0,90	2,10	9,00	42,53
1,00	2,10	2,00	10,5
1,60	2,10	27,00	226,8
3,00	2,40	1,00	18
5,00	2,40	2,00	60
1,50	2,10	1,00	3,15
TOTAL DE ÁREA DE PORTAS			360,98

15.5 PINTURA EM MADEIRA

LARG	ALT	QUANT	ÁREA
0,90	2,10	9,00	42,53
1,00	2,10	2,00	10,5
1,60	2,10	27,00	226,8
3,00	2,40	1,00	18
5,00	2,40	2,00	60
1,50	2,10	1,00	3,15
TOTAL DE ÁREA DE PORTAS			360,98

15.6 ESQUADRIA METÁLICAS

LARG	ALT	QUANT	ÁREA
1,50	2,10	2,00	15,75
3,22	2,70	1,00	21,74
1,20	1,20	6,00	21,6
TOTAL DE AREA DE JANELAS			59,09

Kelviane Marques Barros
Engenheira Civil
CREA - CE Nº 389894CE
CPF: 071.814.543-74

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1791
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

CRONOGRAMA FÍSICO FINACEIRO

ITEM.	ATIVIDADE	VALOR (R$)	%	1º MÊS		2º MÊS		3º MÊS		4º MÊS		5º MÊS		6º MÊS	
				VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	19.553,26	0,3%	19.553,26	100,0%	-		-		-		-		-	
2.0	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS	49.450,66	0,8%	19.780,26	40,0%	19.780,26	40,0%	9.890,13	20,0%	-		-		-	
3.0	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA	46.481,01	0,8%	18.592,40	40,0%	18.592,40	40,0%	9.296,20	20,0%	-		-		-	
4.0	ESTRUTURA (INFRA / SUPRAESTRUTURA)	565.091,91	9,5%	-		-		169.527,57	30,0%	141.272,98	25,0%	141.272,98	25,0%	113.018,38	20,0%
5.0	PAREDES E PAINÉIS	209.299,94	3,5%	-		-		-		-		-		83.719,98	40,0%
6.0	COBERTURA	340.521,71	5,7%	-		-		-		-		-		-	
7.0	IMPERMEABILIZAÇÃO	13.397,51	0,2%	6.698,76	50,0%	6.698,76	50,0%	-		-		-		-	
8.0	ESQUADRIAS (PORTAS / JANELAS / GRADES / COMBOGÓS)	362.146,17	6,1%	-		-		-		-		-		-	
9.0	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS E COMB. A INCÊNDIO	213.020,80	3,6%	-		-		-		-		63.906,24	30,0%	63.906,24	30,0%
10.0	INSTALAÇÕES SPDA / ELÉTRICA / CAB. ESTRUTURADO	1.091.598,98	18,4%	-		-		-		-		-		327.479,69	30,0%
11.0	SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO	339.565,44	5,7%	-		-		-		-		-		-	
12.0	SISTEMA DE GASES MEDICINAIS	1.596.988,03	26,9%	-		-		-		-		-		-	
13.0	REVESTIMENTO	490.701,62	8,3%	-		-		-		-		-		-	
14.0	PISO	365.478,03	6,2%	-		-		-		-		-		-	
15.0	PINTURA	160.829,01	2,7%	-		-		-		-		-		-	
16.0	LOUÇAS, ACESSÓRIOS E BANCADAS	47.551,08	0,8%	-		-		-		-		-		-	
17.0	SERVIÇOS OPERACIONAIS E DIVERSOS	30.352,10	0,5%	-		-		-		-		-		-	
	TOTAL DO ORÇAMENTO	5.942.027,26	100,0%	64.624,68	1,1%	45.071,42	0,8%	188.713,91	3,2%	141.272,98	2,4%	205.179,22	3,5%	588.124,29	9,9%
	TOTAL ACUMULADO			R$ 64.624,68	1,1%	R$ 109.696,11	1,8%	R$ 298.410,01	5,0%	R$ 439.682,99	7,4%	R$ 644.862,21	10,9%	R$ 1.232.986,50	20,8%

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

OBRA: REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE UTI NO HOSPITAL FILANTRÓPICO POLO MUNICIPAL DE CAMOCIM - MAPP 1
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO
CIDADE: CAMOCIM/CE.

CRONOGRAMA FÍSICO FINACEIRO

ITEM.	ATIVIDADE	VALOR (R$)	%	7º MÊS		8º MÊS		9º MÊS		10º MÊS		11º MÊS		12º MÊS	
				VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	19.553,26	0,3%	-		-		-		-		-		-	
2.0	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS	49.450,66	0,8%	-		-		-		-		-		-	
3.0	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA	46.481,01	0,8%	-		-		-		-		-		-	
4.0	ESTRUTURA (INFRA / SUPRAESTRUTURA)	565.091,91	9,5%	-		-		-		-		-		-	
5.0	PAREDES E PAINÉIS	209.299,94	3,5%	83.719,98	40,0%	41.859,99	20,0%	-		-		-		-	
6.0	COBERTURA	340.521,71	5,7%	-		-		85.130,43	25,0%	85.130,43	25,0%	85.130,43	25,0%	85.130,43	25,0%
7.0	IMPERMEABILIZAÇÃO	13.397,51	0,2%	-		-		-		-		-		-	
8.0	ESQUADRIAS (PORTAS / JANELAS / GRADES / COMBOGÓS)	362.146,17	6,1%	-		108.643,85	30,0%	181.073,09	50,0%	72.429,23	20,0%	-		-	
9.0	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS E COMB. A INCÊNDIO	213.020,80	3,6%	42.604,16	20,0%	42.604,16	20,0%	-		-		-		-	
10.0	INSTALAÇÕES SPDA / ELÉTRICA / CAB. ESTRUTURADO	1.091.598,98	18,4%	327.479,69	30,0%	327.479,69	30,0%	109.159,90	10,0%	-		-		-	
11.0	SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO	339.565,44	5,7%	-		-		84.891,36	25,0%	84.891,36	25,0%	84.891,36	25,0%	84.891,36	25,0%
12.0	SISTEMA DE GASES MEDICINAIS	1.596.988,03	26,9%	-		-		399.247,01	25,0%	399.247,01	25,0%	399.247,01	25,0%	399.247,01	25,0%
13.0	REVESTIMENTO	490.701,62	8,3%	-		-		147.210,49	30,0%	147.210,49	30,0%	196.280,65	40,0%	-	
14.0	PISO	365.478,03	6,2%	109.643,41	30,0%	109.643,41	30,0%	109.643,41	30,0%	36.547,80	10,0%	-		-	
15.0	PINTURA	160.829,01	2,7%	-		-		-		-		80.414,51	50,0%	80.414,51	50,0%
16.0	LOUÇAS, ACESSÓRIOS E BANCADAS	47.551,08	0,8%	-		-		-		-		23.775,54	50,0%	23.775,54	50,0%
17.0	SERVIÇOS OPERACIONAIS E DIVERSOS	30.352,10	0,5%	-		-		-		-		-		30.352,10	100,0%
	TOTAL DO ORÇAMENTO	5.942.027,26	100,0%	563.447,24	9,5%	630.231,10	10,6%	1.116.355,67	18,8%	825.456,32	13,9%	869.739,49	14,6%	703.810,94	11,8%
	TOTAL ACUMULADO			R$ 1.796.433,74	30,2%	R$ 2.426.664,84	40,8%	R$ 3.543.020,51	59,6%	R$ 4.368.476,83	73,5%	R$ 5.238.216,32	88,2%	R$ 5.942.027,26	100,0%

Kelviane Marques Barros
Engenheira Civil
CREA - CE Nº 389894CE
CPF: 071.814.543-74

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

OBRA: REFORMA C/ AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIOMENTOS DE ATENÇÃO À SAÚDE EAS
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO, CAMOCIM/CE

ESCOLHA	Fornecimento de Materiais e Equipamentos

1 Declarações de responsabilidade do ORÇAMENTISTA

1.1 Fórmula de cálculo do BDI:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

	102,36%	1,0437975
BDI SEM DESONERAÇÃO		10,89%
Percentual menor que o 1º quartil do BDI Referencial.		

O Orçamento é Desonerado?	**SIM**
Com a CPRB 2,7% o BDI ADOTADO é:	**14,09%**

PARCELAS DO BDI		
COD	**DESCRIÇÃO**	**%**
AC	**Administração central**	**1,50%**
S + G	**Seguro e garantia**	**0,30%**
R	**Risco**	**0,56%**
DF	**Despesas financeiras**	**0,85%**
L	**Lucro**	**3,50%**
I	**Impostos**	**3,65%**
	PIS	*0,65%*
	COFINS	*3,00%*
	ISS	*0,00%*

A fórmula do BDI e os valores de referência de suas parcelas constam no Acórdão 2.622/2013 – Plenário.

1.2 Declaração referente ao SINAPI

Os valores dos serviços com itens que possuem a legenda "AS" (ou seja, que possuem custos referentes a São Paulo) são adequados ao empreendimento em questão.

1.3 Os serviços orçados são suficientes para a execução do objeto.

Kelviane Marques Barros
Engenheira Civil
CREA - CE Nº 389894CE
CPF: 071.814.543-74

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

OBRA: REFORMA C/ AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIOMENTOS DE ATENÇÃO À SAÚDE EAS
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR
LOCAL: CENTRO, CAMOCIM/CE

ESCOLHA	Construção de Edifícios

1 Declarações de responsabilidade do ORÇAMENTISTA

1.1 Fórmula de cálculo do BDI:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

107,30% 1,087425

BDI SEM DESONERAÇÃO	24,99%
Este percentual está na faixa de Referência do BDI.	

O Orçamento é Desonerado?	**SIM**
Com a CPRB 2,7% o BDI ADOTADO é:	**28,72%**

PARCELAS DO BDI		
COD	DESCRIÇÃO	%
AC	Administração central	5,50%
S + G	Seguro e garantia	0,80%
R	Risco	1,00%
DF	Despesas financeiras	1,25%
L	Lucro	7,40%
I	Impostos	6,65%
	PIS	*0,65%*
	COFINS	*3,00%*
	ISS	*3,00%*

A fórmula do BDI e os valores de referência de suas parcelas constam no Acórdão 2.622/2013 – Plenário.

1.2 Declaração referente ao SINAPI

Os valores dos serviços com itens que possuem a legenda "AS" (ou seja, que possuem custos referentes a São Paulo) são adequados ao empreendimento em questão.

1.3 Os serviços orçados são suficientes para a execução do objeto.

Keviane Marques Barros
Engenheira Civil
CREA - CE Nº 389894CE
CPF: 071.814.543-74

HOSPITAL
DEPUTADO
MURILO AGUIAR

OBRA: REFORMA C/ AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIOMENTOS DE ATENÇÃO À SAÚDE EAS
LOCAL: CENTRO, CAMOCIM/CE
DATA: JANEIRO DE 2023

TABELA SEINFRA 28.1- COM DESONERAÇÃO

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE DA MÃO - DE - OBRA - COM DESONERAÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
	GRUPO A		
A1	INSS	0,00	0,00
A2	SESI	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60
A6	Salário Educação	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidentes sde Trabalho	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00
A	**Total de Encargos Sociais Básicos**	**16,80**	**16,80**
	GRUPO B		
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,85	0,00
B2	Feriados	3,71	0,00
B3	Auxilio - Enfermidade	0,87	0,66
B4	13º Salário	11,03	8,33
B5	Licença Paternidade	0,07	0,05
B6	Faltas Justificadas	0,74	0,56
B7	Dias de Chuvas	1,59	0,00
B8	Auxílio Acidentes de Trabalho	0,11	0,08
B9	Férias Gozadas	12,35	9,33
B10	Salário Maternidade	0,04	0,03
B	**Total de Encargos Sociais que recebem incidências de A**	**48,36**	**19,04**
	GRUPO C		
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,52	4,17
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13	0,10
C3	Férias indenizados	1,72	1,30
C4	Depósito Rescisão sem Justa Causa	2,87	2,17
C5	Indenização Adicional	0,46	0,35
C	**Total de Encargos Sociais que não recebem incidências de A**	**10,70**	**8,09**
	GRUPO D		
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,12	3,20
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e eincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,46	0,35
D	**Total de Reincidências de um grupo sobre o outro**	**8,58**	**3,55**
	***GRUPO E**		
E1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	0,00	0,00
E1	**Total dos Encargos Sociais Complementares**	**0,00**	**0,00**
	TOTAL (A+B+C+D+E)	**84,44**	**47,48**

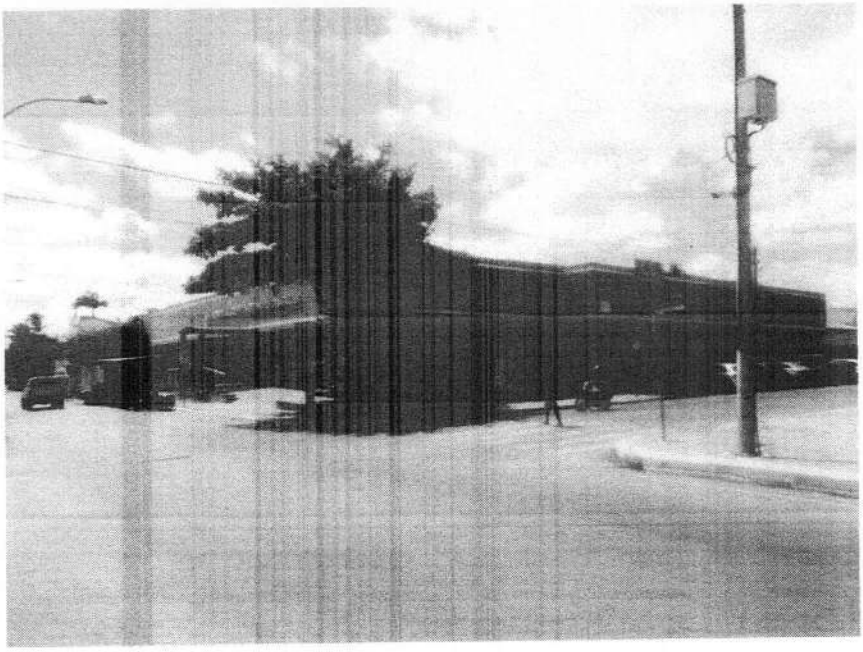
OBS: *Grupo E deverá ser apropiado como item do custo direto

Fonte: Governo do Estado do Ceará-Secretaria de Infraestrutura

MEMORIAL DESCRITIVO
HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

CAMOCIM – CEARÁ

UTI e CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM



Dezembro de 2021

Sumário

1. O HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR 3
2. PROPOSTA 4
3. PROJETO ARQUITETÔNICO 6
3.1 PREMISSAS BÁSICAS: 6
3.2 PARTIDO ARQUITETÔNICO: 6
3.3 ESPACIALIZAÇÃO E FLUXOS: 8
4. ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAIS DE ACABAMENTO: 9
4.1 Piso 9
4.2 Rodapés 10
4.3 Divisórias 10
4.4 Forro 10
4.5 Esquadrias 10
4.6 Bancadas e Divisórias 10
4.7 Louças 10
5. SOLUÇÕES DE INSTALAÇÕES: 11

MEMORIAL DESCRITIVO
HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

1. O HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

A) Qual a classificação do Hospital dentro da estrutura de saúde do Estado?

O **Hospital Deputado Murilo Aguiar** está inserido como **Hospital Pólo da ADS- SESA de Camocim**, que compreende os municípios de Camocim, Barroquinha, Chaval, Martinopole e Granja, e que tem como finalidade a prestação de serviços de saúde especializados de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial, nas clinicas: médica, cirurgia geral, gineco-obstetrícia e pediatria, garantindo o funcionamento 24 horas, com apoio diagnóstico e terapêutico e atendimento de urgência e emergência, de conformidade com a normatização vigente do Sistema Único de Saúde / SUS, visando a garantia da atenção às necessidade de saúde dos cidadãos, assegurando os princípios do SUS, de universalidade do acesso e integralidade da atenção e inserção no Plano Diretor de Regionalização – PDR.

B) Quais municípios atende?

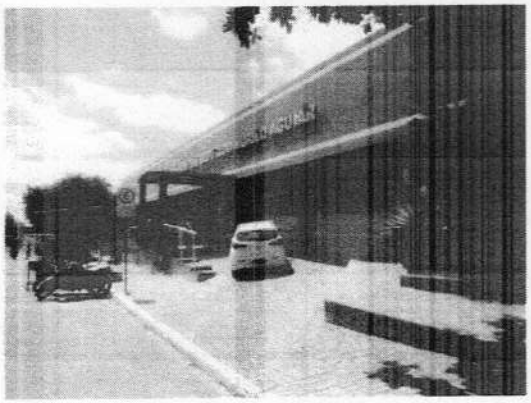
O Hospital Deputado Murilo Aguiar é referência ambulatorial e hospitalar para os municípios de Camocim, Barroquinha, Chaval, Martinópole e Granja, por se tratar de um HOSPITAL PÓLO da Região de Saúde, em virtude de estar inserido no Plano Diretor de Regionalização – PDR, da Secretaria de Saúde de Estado do Ceará.

C) Quais os tipos e os níveis de atendimento/serviços que o Hospital presta?

Conforme consta no SCNES – Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, o Hospital Deputado Murilo Aguiar, é uma unidade hospitalar de atenção secundária, do MAC – Média e Alta Complexidade, considerado um Hospital Geral com atendimento contínuo 24

horas/dia com plantão, atendendo ambulatorial e hospitalar, atendendo urgência/emergência, com sala de atendimento a paciente crítico/sala de estabilização; sala de pequena cirurgia; sala de repouso; no ambulatorial tem clínicas especializadas, sala de cirurgia ambulatorial, sala de nebulização, sala de imunização; na hospitalar existe sala de cirurgia, sala de parto normal, sala de pré-parto, leitos de alojamento conjunto, leitos RN patológico. Existe também os serviços de apoio que são a central de esterilização de materiais, farmácia, lavanderia, necrotério, nutrição, same e serviço de manutenção de equipamentos.

Consta serviços de urgência e emergência, serviços de diagnóstico por imagem, serviços de diagnóstico de laboratório clínico, hospital dia, serviços de atenção a saúde reprodutiva, serviços de cirurgia reparadora, imunização, serviços de fisioterapia, serviços de reabilitação, serviços de atenção ao pré-natal, parto e nascimento.





Fotos das fachadas do Hospital.

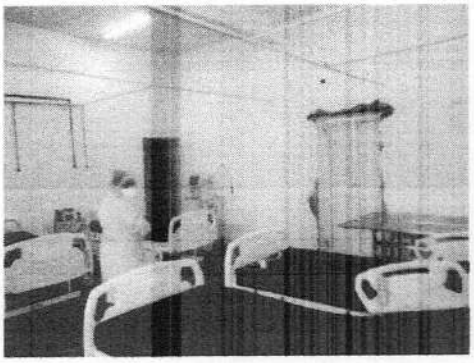
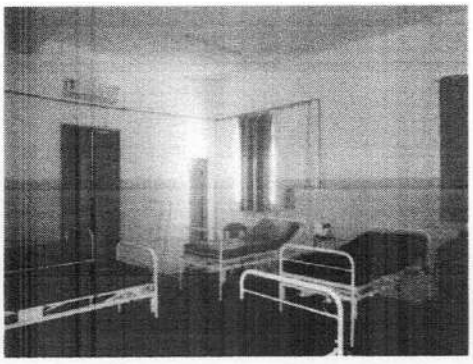
2. PROPOSTA

O objetivo deste memorial é descrever a proposta do projeto para a implantação de uma UTI e de um Centro de Diagnóstico por imagem no Hospital Deputado Murilo Aguiar, em Camocim, Ceará.

Atualmente o Hospital ocupa quase a totalidade do terreno onde está encravado, restando apenas uma área livre a ser utilizada para a implantação do Centro de Diagnóstico por Imagem.

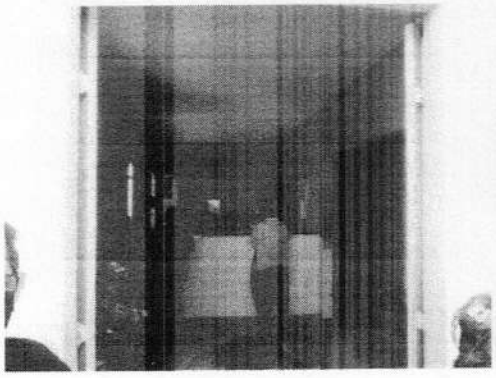
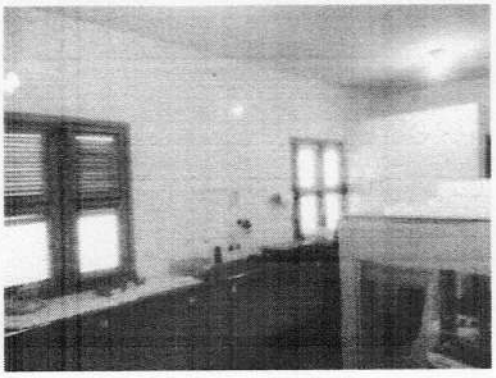
Já a UTI será localizada na área onde originalmente funcionava a Fisioterapia (já desativada) e que por ocasião da pandemia do Covid-19 foi provisoriamente

adaptada, de maneira improvisada, para atender aos pacientes vítimas desta grave enfermidade.

Fotos da área Covid.

Para possibilitar a interligação do Centro de Diagnóstico por imagem com as demais áreas do hospital e acesso ao público externo, foi necessária a total demolição do atual laboratório, que se encontra em desacordo com as normas pertinentes, e a sua reconstrução, obedecendo aos critérios técnicos recomendados.

Fotos do laboratório.

No intuito de garantir uma circulação abrigada entre a UTI, o Centro de Imagem, o Laboratório, e as demais áreas do hospital, propomos uma área de circulação coberta por lajes.

Não é escopo desta proposta arquitetônica qualquer outra intervenção no espaço físico do Hospital, que não terá seu funcionamento afetado pelas obras de ampliação aqui propostas.

A unidade está localizada na Rua 24 d4 Maio nº 698, centro, Camocim, Ceará.

A área atual do Hospital, a área da atual intervenção, bem como a sua área final, estão assim distribuídas:

QUADRO DE ÁREAS

ÁREA EXISTENTE	2.652,09m²
ÁREA DE INTERVENÇÃO	1.332,83m²
ÁREA TOTAL COM INTERVENÇÃO	3.984,92m²

3. PROJETO ARQUITETÔNICO

3.1 PREMISSAS BÁSICAS:

O Projeto Arquitetônico foi elaborado baseado nas seguintes premissas básicas:

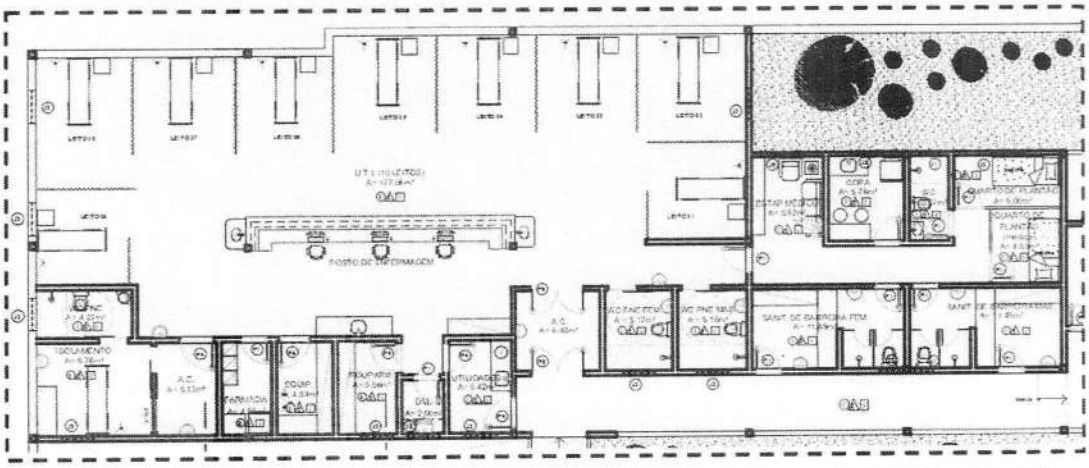
a) Observância às determinações da RDC nº 50, quanto ao Programa de Necessidades, quanto aos fluxos de insumos, serviços, e de pessoal, e quanto às características dos materiais utilizados;

b) Atendimento ás condições ideais de conforto para pacientes e usuários, bem como para os profissionais que trabalham no edifício;

c) Respeito às normas de acessibilidade a pessoas com dificuldades de locomoção, no que tange às circulações horizontais e verticais, e às características de sanitários adaptados para estes pacientes e usuários;

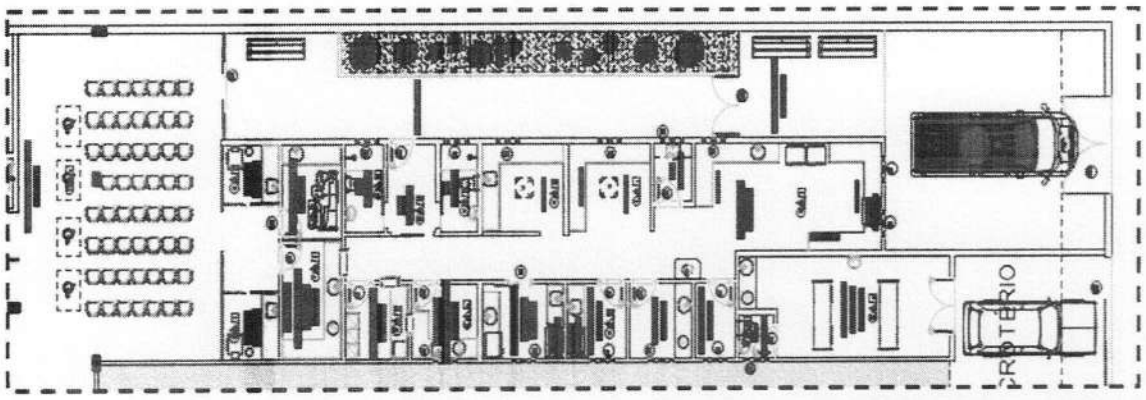
3.2 PARTIDO ARQUITETÔNICO:

O projeto propõe a demolição da área existente destinada aos paciente da pandemia Covid-19 para implantar uma UTI com capacidade de 10 leitos, que funcionará de forma independente, com ambientes de apoio, como utilidades, copa, DML, rouparia, farmácia e repouso.

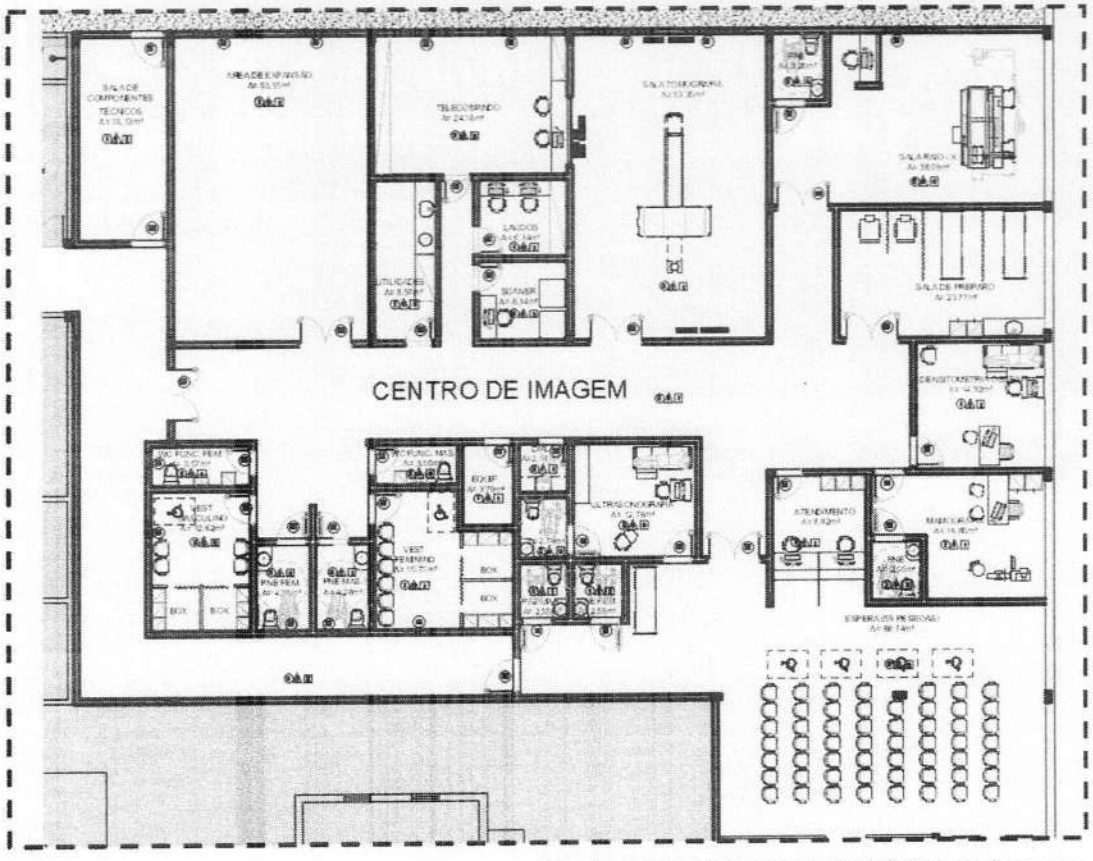


Planta setorial da UTI.

O laboratório hoje existente não obedece as normas técnicas pertinentes e será demolido e reconstruído de forma adequada, dando acesso abrigado para pacientes externos que buscam este serviço, bem como para o Centro de Diagnóstico por imagem, o qual será construído na área hoje disponível no terreno.



Planta setorial do laboratório.



Planta setorial do centro de diagnóstico por imagens.

Por ocasião da criação improvisada da "área COVID", o hospital ficou sem o espaço destinado à guarda e conservação de cadáveres, bem como ficou sem a área destinada à guarda e acondicionamento do lixo hospitalar, o que está sendo agora corrigido.

As modificações propostas na planta da unidade foram balizadas pela estrutura existente, buscando, na medida do possível, minimizar custos de implantação das novas atividades e diminuir a interferência das obras nas atividades normais ora em curso no Hospital Deputado Murilo Aguiar.

3.3 ESPACIALIZAÇÃO E FLUXOS:

Os fluxos da unidade de terapia intensiva foram estabelecidos dentro das possibilidades da área, sem prejudicar o desenvolvimento e segurança de atividades.

A unidade possui 10 leitos individuais, sendo um leito de isolamento com antecâmara, e terá o isolamento reforçado através da diferença de pressão estabelecida no sistema de climatização.

O acesso principal da unidade, com filtro, ocorre através da circulação do pavimento, a qual está diretamente conectada com o restante do hospital, a curta distância do Centro Cirúrgico.

A equipe assistencial possui acesso com barreira, onde dispõe de infraestrutura com sanitários, copa e repouso.

A planta da unidade prevê uma área técnica de casa de máquinas acima da UTI, com todo o isolamento acústico necessário, a fim de não apresentar ruídos para equipe e pacientes.

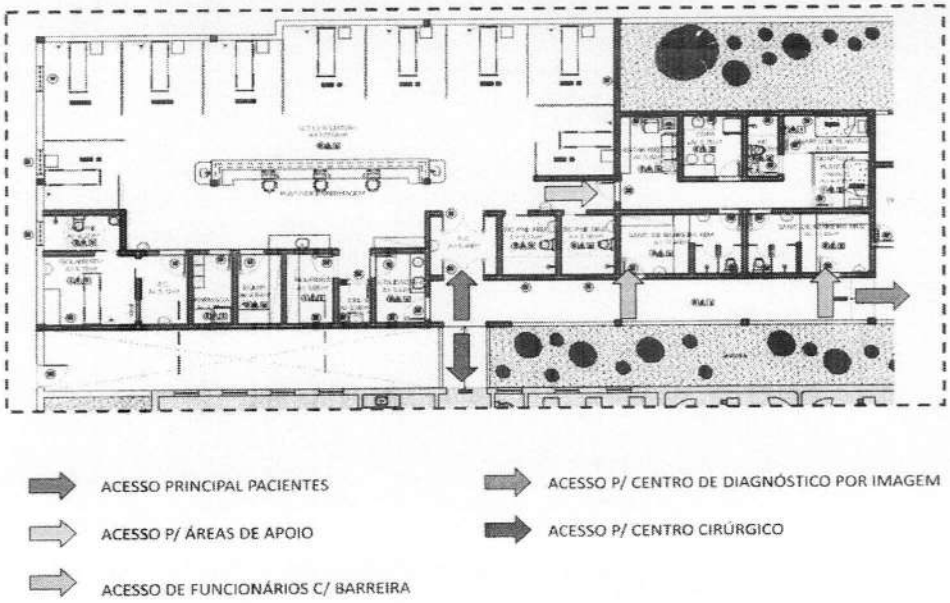


Diagrama de fluxos da UTI.

Como o Hospital é de Referência naquela região do estado, com o afluxo de pessoas oriundas de outros municípios, por vezes apenas para exames complementares, a área do centro de imagens e do laboratório ora proposta, visa facilitar o acesso a esses serviços, de modo a evitar a circulação indesejada de público externo às áreas sensíveis do EAS.

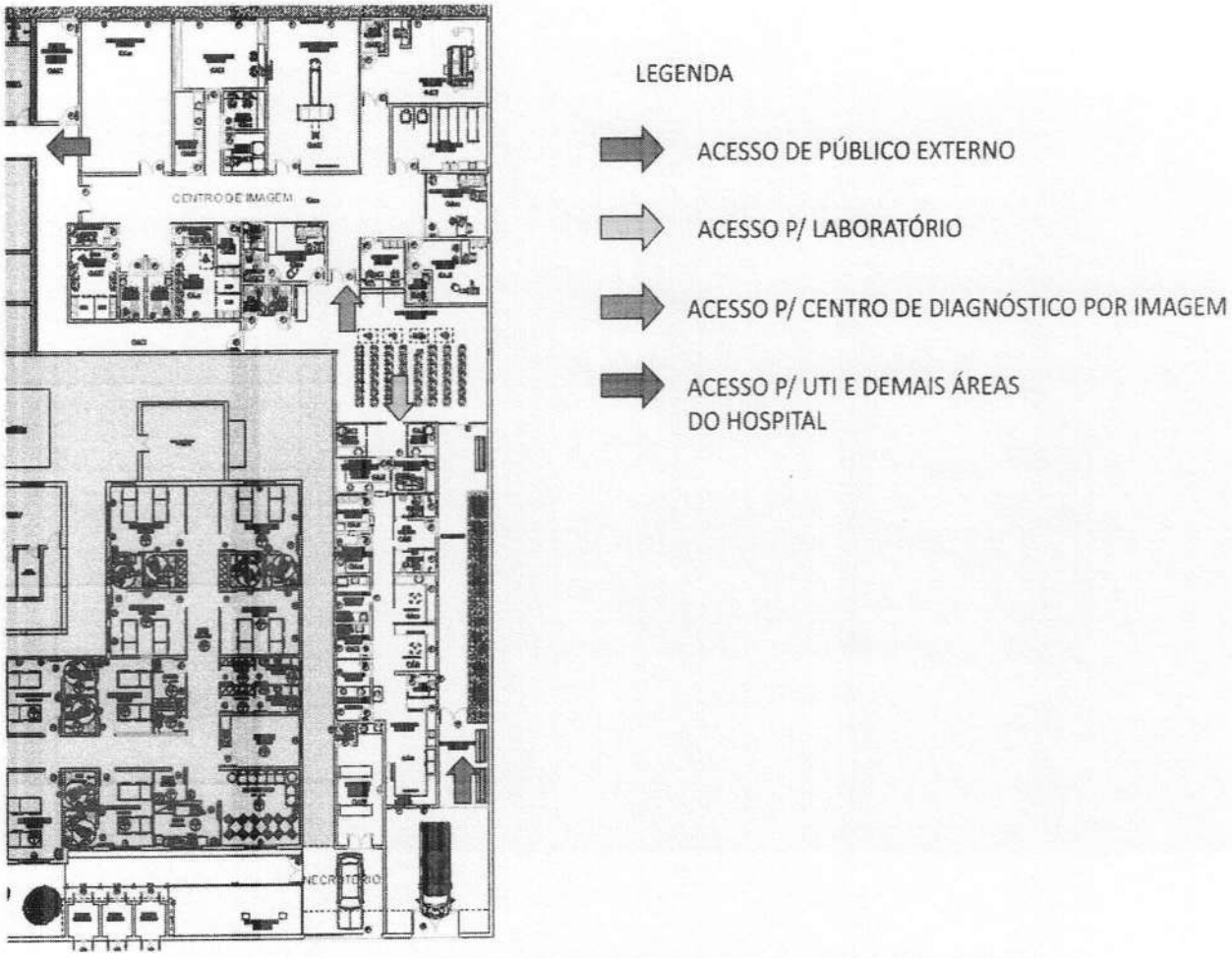


Diagrama de fluxos da área de laboratório e centro de imagens.

4. ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAIS DE ACABAMENTO:

4.1 Piso

- Manta vinílica homogênea linha eclipse premium ref.21020010 (verde) – Tarkett.
  - Salão da UTI, e box dos leitos.
- Manta vinílica homogênea linha eclipse premium ref.21020010 (verde) – Tarkett.

- RPA CC, RPA, salas de endoscopias, equipamentos, armazenamento, auditoria, secretaria.

- Porcelanato Bianco natural retificado- Elizabeth dimensões 0.60x0.60 com rejunte acrílico.

  - Repouso, banheiros, utilidades, DML, copa, vestiários.

4.2 Rodapés

Em manta vinílica conforme especificação do ambiente.

4.3 Divisórias

As paredes existentes e novas divisórias em Drywall serão revestidas por pintura ou porcelanato, conforme indicação no projeto arquitetônico.

- Pintura acrílica Sherwin Williams total care cor branca.
- Pintura acrílica Sherwin Williams total care vidraça.
- Porcelanato Bianco natural retificado- Elizabeth dimensões 0.60x0.60 com rejunte acrílico.
- Pintura acrílica Sherwin Williams total care cor verde.

4.4 Forro

- Forro em gesso acartonado estruturado monolítico com pintura látex PVA no salão e boxes da UTI.
- Forro removível com película PVC nos demais ambientes, exceto área crítica.

4.5 Esquadrias

Portas em compensado revestido por fórmica branca. Ver indicações de aplicação de chapa em aço inox 304, conforme projeto.

4.6 Bancadas e Divisórias

Bancadas em aço inox 304 conforme dimensões de projeto.

Bancadas em Corian Branco conforme dimensões de projeto.

4.7 Louças

- Bacia Convencional Celite Linha Azaleia Ref. 91303
- Lavatório de canto suspenso master gelo Deca Ref. L73
- Lavatório com coluna suspensa Celite linha City Ref. 20202

Metais:

- DML: Tanque de parede em aço inox acetinado ref. 94401107

- Torneira com arejador para jardim e tanque linha Izy Ref. 1154.C37 – Deca
- Torneira de mesa bica alta linha Level Ref. 1189.C26 – Deca
- Torneira de mesa bica baixa linha Level Ref. 1197.C26 – Deca

Acessórios:
- Barra de apoio de aço inox 80cm
- Barra de apoio em aço inox 40cm
- Barra de apoio para lavatório

A determinação precisa da localização dos revestimentos utilizados em pisos, paredes e teto dos ambientes pode ser visualizada em representação gráfica nas plantas do projeto.

5. SOLUÇÕES DE INSTALAÇÕES:

O projeto de climatização da unidade deve seguir a norma **NBR 7256.**

Será necessário projeto complementar de exaustão e ventilação para alguns sanitários, para atender às normas vigentes e ambiência adequada.

A Instalação elétrica deverá ser redimensionada para nova carga elétrica de iluminação e equipamentos. Será necessário o acréscimo de uma Subestação Aérea para atender a UTI e o Centro de Diagnóstico por Imagem.

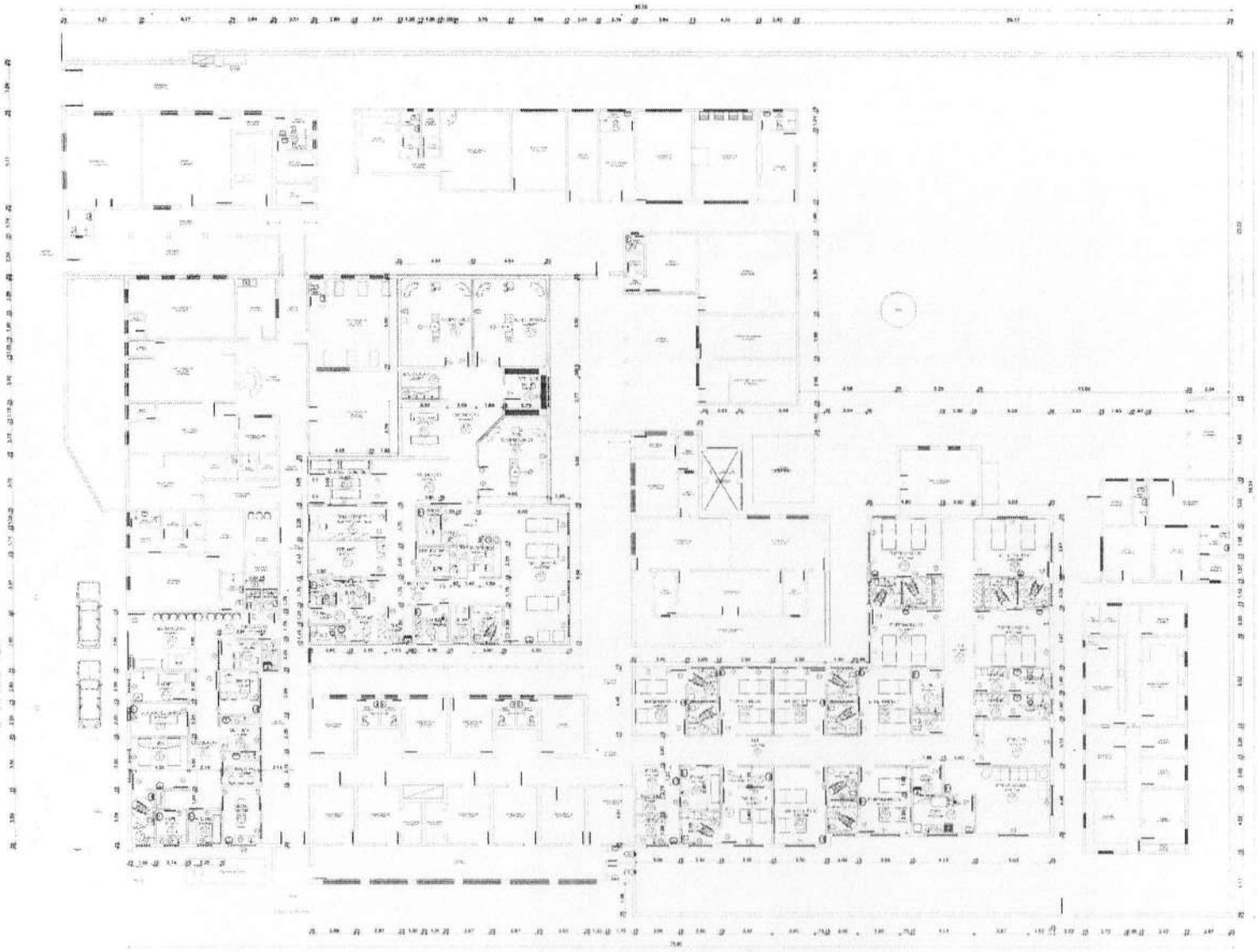
No projeto de Instalações elétricas será previsto IT Médico, de acordo com a Portaria GM nº2662/1955 – MS. Sua localização será ajustada em conformidade com a indicação de projeto,

O esgoto produzido será destinado à rede existente do hospital.

O suprimento de água para as novas áreas será atendido pelos reservatórios existentes, com o prolongamento da rede de distribuição.

Camocim, 09 de outubro de 2026.

Kelviane Marques Barros
Engenheira Civil
CREA - CE Nº 389894CE
CPF: 071.814.543-74



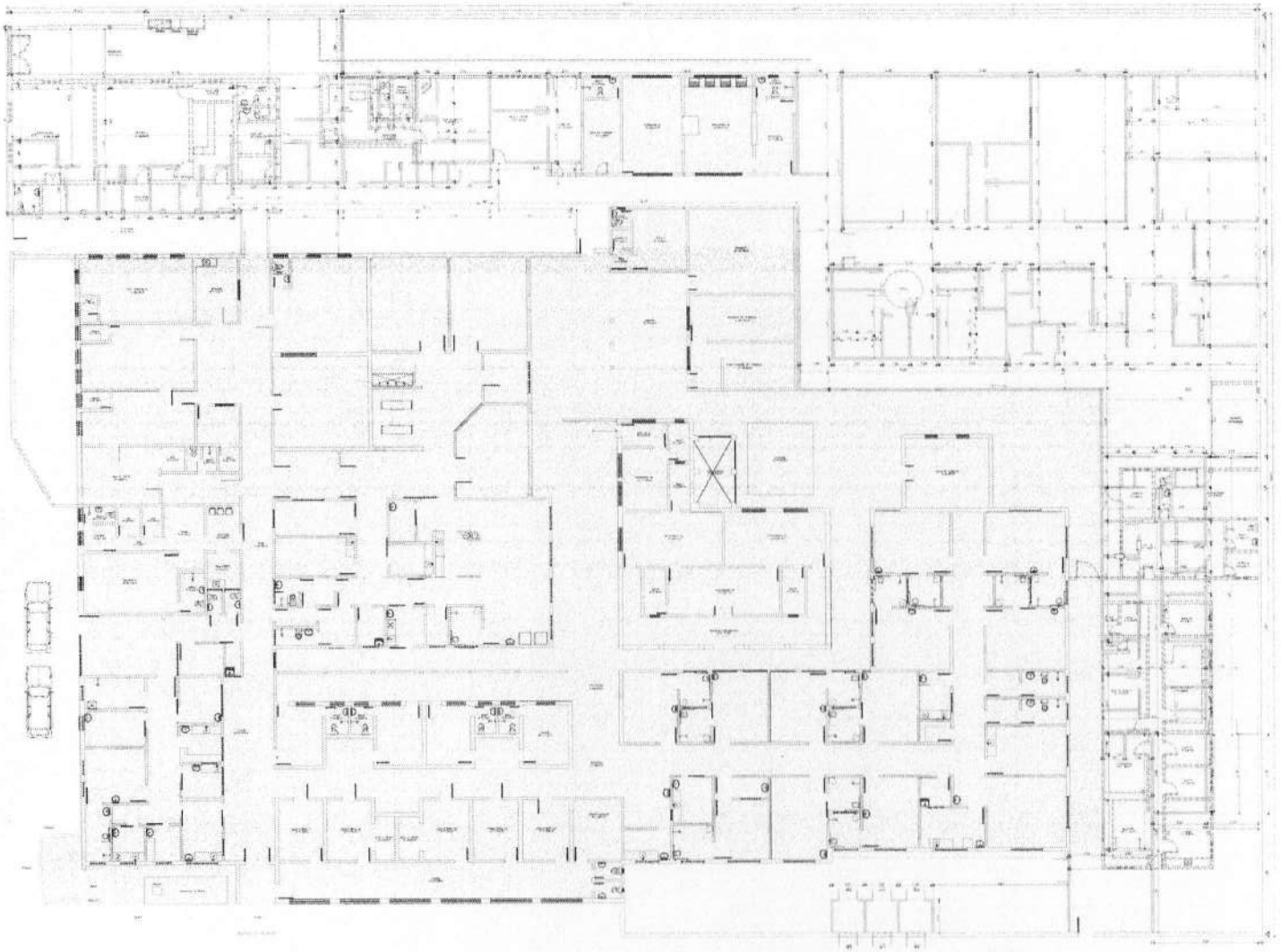
Kelviane Marques Barros
Engenheira Civil
CREA - CE Nº 389894CE
[illegible]14.543-74

HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ATENÇÃO À SAÚDE EAS

CAMOCIM - CE

01/08



QUADRO DE ÁREAS

LEGENDA

Kelviane Marques Barros
Kelviane Marques Barros
Engenheira Civil
CREA - CE Nº 389894CE
CPF: 071.814.543-74

HOSPITAL DEPUTADO MÚRILO AGUIAR

REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ATENÇÃO À SAÚDE EAS

CAMOCIM - CE

02/08



LEGENDA

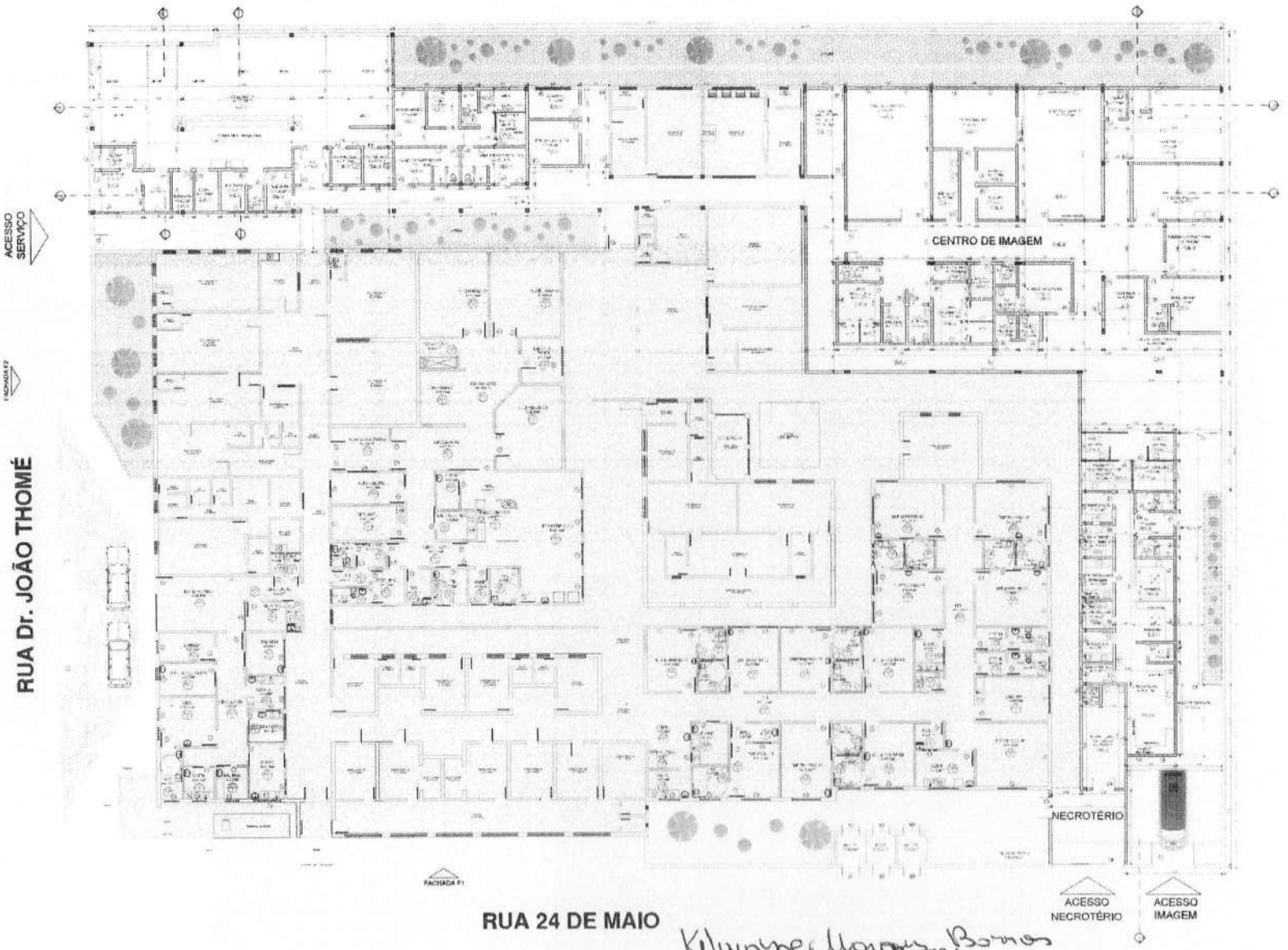
Kelviane Marques Barros
Engenheira Civil
CREA - CE Nº 389894CE

HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

REFORMA C/ AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ATENÇÃO À SAÚDE EAS

CAMOCIM - CE

03/08



LEGENDA

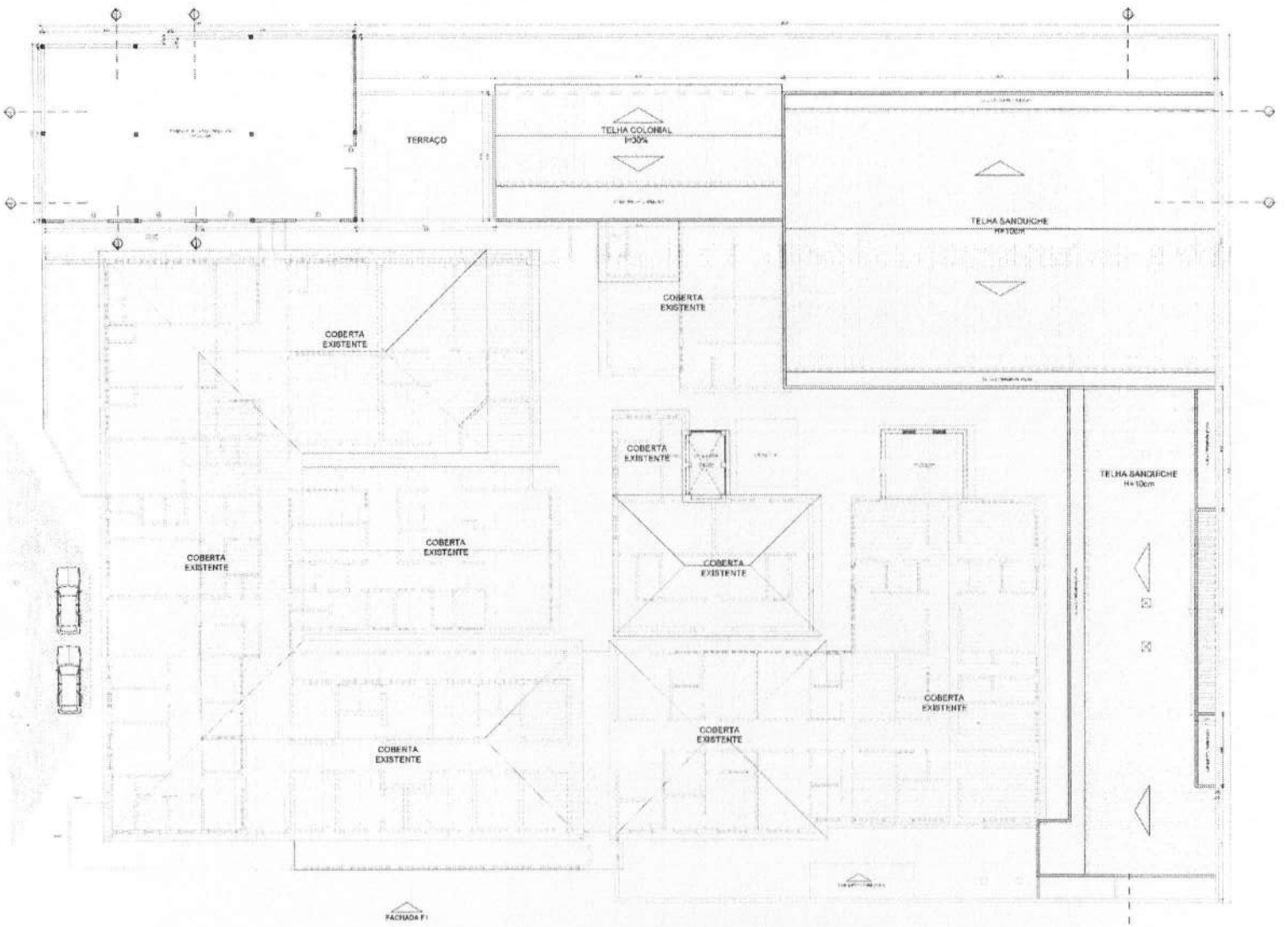
Kelviane Marques Barros Bomfim
Engenheira Civil
CREA - CE Nº 380894[illegible]

HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ATENÇÃO À SAÚDE EAS

CAMOCIM - CE

04/08



RUA Dr. JOÃO THOMÉ

RUA 24 DE MAIO

Kelviane Marques Barros
Engenheira Civil
CREA - CE Nº 389894CE
CPF: 071.814.543-74

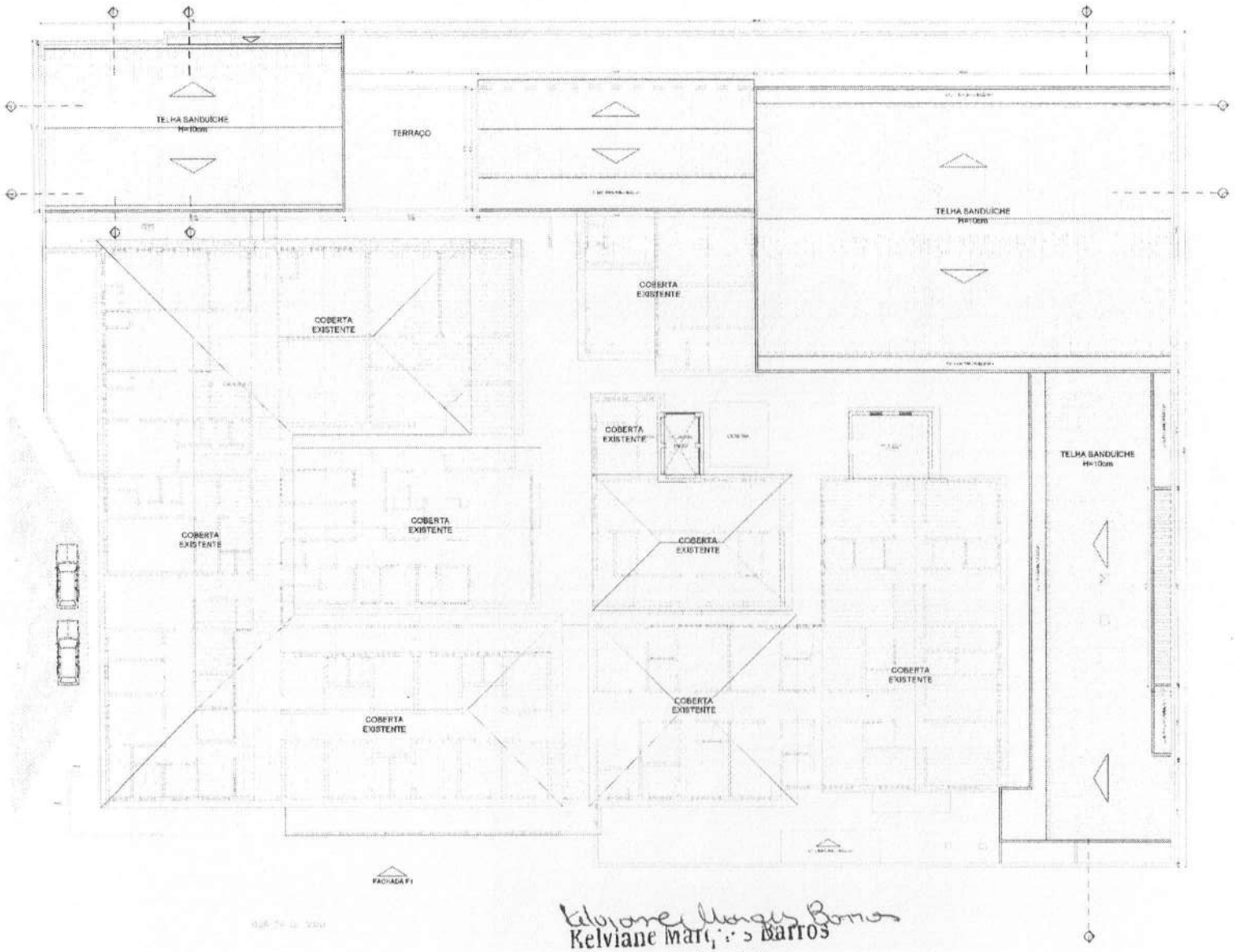
PLANTA DE COBERTURA

HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ATENÇÃO À SAÚDE EAS

CAMOCIM - CE

05/08



Kelviane Marques Barros
Engenheira Civil
CREA - CE Nº 389894CE

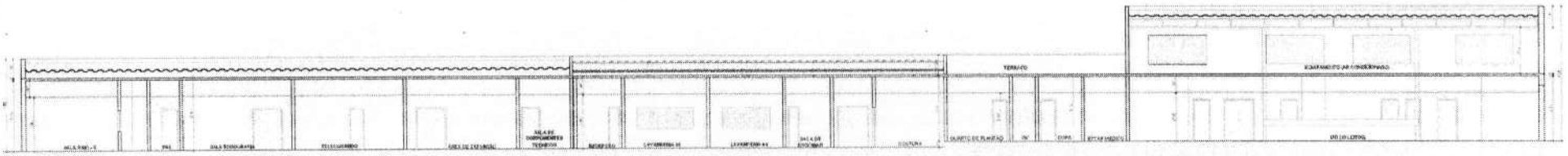
PLANTA DE COBERTA

HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

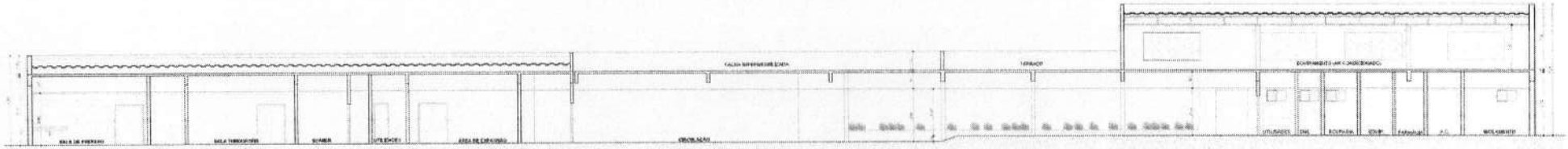
REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ATENÇÃO À SAÚDE EAS

CAMOCIM - CE

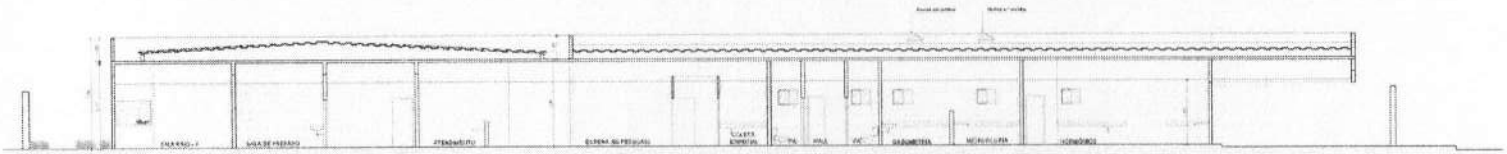
06/08



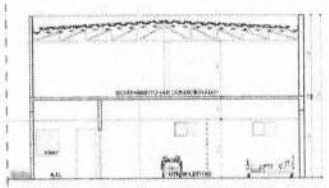
CORTE AA



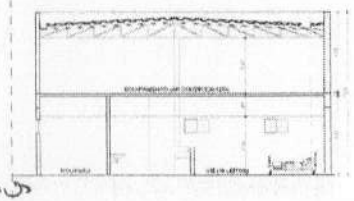
CORTE BB



CORTE CC



CORTE DD



CORTE EE

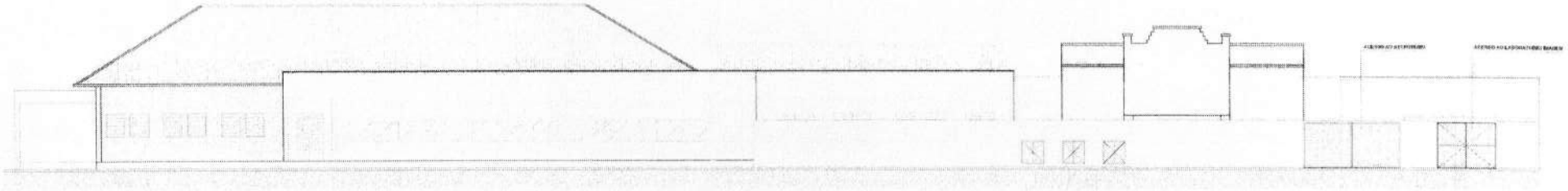
Kelyanne Nunes Barros
Engenheira Civil
CREA - CE Nº 389894CE

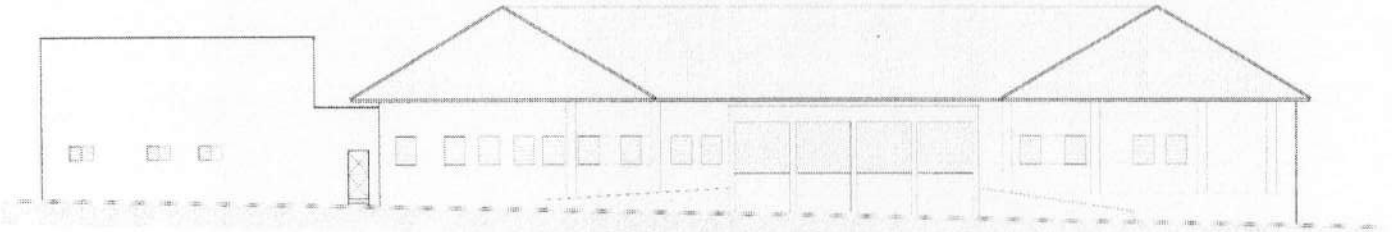
HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ATENÇÃO À SAÚDE EAS

CAMOCIM - CE

07/06





Elviane Marques Barros
Engenheira Civil
CREA - CE Nº 389894CE
914.543-74

HOSPITAL DEPUTADO MURILO AGUIAR

REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ATENÇÃO À SAÚDE EAS

CAMOCIM - CE

08/08

ANEXO II – DECLARAÇÕES
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA(O) Nº 002/2026

Local de Data
À
Associação de Proteção à Saúde, à Maternidade e à Infância de Camocim
Prezados Senhores,

OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de reforma e ampliação para a implantação de 10 leitos de UTI no Hospital Filantrópico polo Municipal de Camocim - Hospital Murilo Aguiar.

Prezados Senhores,

A Empresa.....(nome da empresa)..., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º.....sediada.....(endereço completo).....,

1) DECLARAMOS, para os devidos fins que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Federal nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

2) DECLARAMOS, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que atende a todas as exigências requeridas para habilitação na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA(O), cujo objeto é Contratação de empresa para execução dos serviços de reforma e ampliação para a implantação de 10 leitos de UTI no Hospital Filantrópico polo Municipal de Camocim - Hospital Murilo Aguiar.

3) DECLARAMOS, sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova no processo de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA(O), junto ao Município de Camocim, Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos do edital, se responsabilizando pela veracidade dos documentos apresentados, bem como pela proposta ofertada, tudo de acordo com os prazos e condições determinados.

4) DECLARAMOS, para fins da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA(O) em pauta, sob penas da lei, junto ao Município de Camocim/CE, que não haver, até a presente

data, fato impeditivo no que diz respeito à participação e habilitação no presente processo de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA(O), bem assim estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

5) DECLARAMOS, para os devidos fins, que os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, caso opte pelo benefício previsto.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

_____
(Identificação e assinatura do representante legal do licitante)
CPF Nº _____ - __

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA(O) Nº 002/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAMOCIM/CE, POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E A EMPRESA .....

O Município de Camocim, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Severiano Morel, s/n – Centro – Camocim/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº ...../.....-.., neste ato representado pelo Ordenador de Despesa da Associação de Proteção à Saúde, à Maternidade e à Infância de Camocim, Sr(a). ....., ao final assinado, doravante denominado de CONTRATANTE e a ..... inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., sediada na ....., BAIRRO: ..... – ..... -CEP: ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por ...., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA(O) n. 002/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação serviço engenharia para Contratação de empresa para execução dos serviços de reforma e ampliação para a implantação de 10 leitos de UTI no Hospital Filantrópico polo Municipal de Camocim - Hospital Murilo Aguiar, nas condições estabelecidas no Projeto Básico.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Projeto Básico;
1.2.2. O Edital da Licitação;
1.2.3. A Proposta do contratado;
1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no

período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no _____ datadas de ____/ _____/_____.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer
7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1. São obrigações do Contratante:
8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;
8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Projeto Básico;
8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.15. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

8.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.18. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas

decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4)

Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.23.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

9.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

9.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

9.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

9.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade.

9.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
9.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
9.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
9.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
c) florestas plantadas; e
d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
9.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem

nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.39.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.40. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.40.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.40.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.40.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.40.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.40.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.40.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.40.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.40.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.41. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.41.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.41.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.42. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.43. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.44. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.45. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços

públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.46. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos;

9.46.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

9.47. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA(O), em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento);

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9°, da Lei n° 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°, da Lei n° 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n° 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8°, da Lei n° 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n° 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1°, da Lei n° 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n° 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n° 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão

estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.1.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:
II. Fonte de Recursos:
III. Programa de Trabalho:
IV. Elemento de Despesa:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Camocim/CE para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

....., ... de..... de 20.....

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-